UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DINÂMICAS TERRITORIAIS E SOCIEDADE NA AMAZÔNIA – PDTSA

FRANCILETE SOUZA DE ALMEIDA

ASSENTAMENTOS RURAIS NO SUDESTE PARAENSE: NOVOS TERRITÓRIOS RURAIS E A PLURIATIVIDADE COMO ESTRATÉGIA DE REPRODUÇÃO SOCIAL NO PA BELO VALE, MARABÁ- PA

MARABÁ-PA
2016

FRANCILETE SOUZA DE ALMEIDA

ASSENTAMENTOS RURAIS NO SUDESTE PARAENSE: NOVOS TERRITÓRIOS RURAIS E A PLURIATIVIDADE COMO ESTRATÉGIA DE REPRODUÇÃO SOCIAL NO PA BELO VALE, MARABÁ- PA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA), da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), como requisito para obtenção do grau de mestre, na área de concentração Estado, Território e Dinâmicas Socioambientais na Amazônia.

Aprovada em: 26/09/2016

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Edma Silva Moreira
(Orientadora - PDTSA/Unifesspa)

Prof. Dr. Andréa Hentz de Mello
(Examinadora Interna - PDTSA/Unifesspa)

Prof. Dr. Marcio Douglas Brito do Amaral
(Examinador Externo - PPGEO/UFPA)

MARABÁ-PA
2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Biblioteca Josineide da Silva Tavares da Unifesspa. Marabá, PA

Almeida, Francilete Souza de

A reprodução social em territórios rurais no sudeste paraense / Francilete Souza de Almeida; orientadora, Edma Silva Moreira. — 2016.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Marabá, Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, Marabá, 2016.

1. Assentamentos humanos - Pará. 2. Reforma agrária - Pará. 3. Trabalhadores rurais. 4. Agricultura - Aspectos sociais. 5. Posse da terra. 6. Territorialidade humana. I. Moreira, Edma Silva, orient. II. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. III. Título.

CDD: 23. ed.: 333.318115

DEDICATÓRIA

A minha mãe, pelo seu grande amor e apoio incondicional.
Á José Filho,
Aos meus filhos amados José Eduardo e Maria Luiza.

AGRADECIMENTOS

Pensar em dinâmicas territoriais na Amazônia é um grande desafio, principalmente quando se vivência parte dessas transformações. São muitos os agradecimentos necessários.

A Deus, por ter me sustentado, dado força e coragem para enfrentar os obstáculos encontrados no decorrer dessa trajetória; com sua bondade me permitiu supera-los.

A minha mãe Lilarlete Nascimento, minha maior incentivadora e auxiliadora, meu ombro e porto seguro por toda vida. Se aprendi o que é amor incondicional foi com você.

Ao meu pai Francisco Maia, migrante nordestino, veio para o sudeste paraense com a perspectiva de fugir da fome; foi lavrador, castanheiro, madeireiro e hoje trabalha no setor terciário; sua trajetória me inspira a estudar a região. Obrigada pelos ensinamentos e inspirações.

Ao meu esposo, José Filho, quase me deixou nessa empreitada por sérios problemas de saúde. Sem sua ajuda cotidiana e basilar com nossos filhos e sua parceria no trabalho de campo esse trabalho não seria realizado.

Aos meus presentes, José Eduardo e Maria Luiza, que me deram força para não desistir dessa pós-graduação. Esse trabalho é para vocês meus amores, obrigada pelos filhos maravilhosos que são!

Aos meus irmãos, Márcio Adriano e Marilete, vocês são importantes e especiais na minha vida e junto com meus sobrinhos que me deram, somam minha vida. Obrigada queridos!

A toda minha família, falo todos mesmo! Cada um tem um papel nesse trabalho, seja com uma palavra de incentivo, orações ou com as reclamações pelas minhas ausências. Obrigada, amo cada um de vocês.

Ao Antônio Luiz Silva Soares, “meu eterno diretor”, não tem palavras para dizer o quanto você é especial na minha vida. Desde a minha graduação és um apoio incondicional, um incentivador no mestrado, e um parceiro amigo no trabalho. Se tem um nome para lhe atribuir é Amigo. Obrigada!

Ao Airton dos Reis Pereira meu “cumpadi”, um incentivador e parceiro, que me abriu as portas para docência no Ensino Superior, colabora grandemente para meu aprendizado, obrigada pelas orientações, pela contribuição acadêmica, pelos livros emprestados, pelos debates constantes.

Aos meus amigos, e como eu sou grata a tantos amigos, os do meu trabalho que ficaram sem minha presença nesse período mais me ajudaram significativamente, Vera Froz, Marisa Maltarollo. Aos amigos de vida, sempre dispostos a me ajudar.

Aos professores Gustavo da Silva e Marcelo Gaudêncio pelas tantas vezes que me cederam seus espaços de trabalho para que eu estudasse, pelos textos, colaborações, incentivos e "mapinhas" confeccionados para este trabalho. Eternamente grata!

Aos graduandos da Unifesspa, Carla Moraes, José Neto e Renan Reis bolsistas do Proamazônia e do Laboratório de Cartografia, respectivamente, pela ajuda significativa com a sistematização dos dados coletados no trabalho de campo e pelos mapas construídos.

Ao Irenovan Rodrigues Filho por tantas vezes colaborar com a formatação e organização dos meus trabalhos. Meu amigo, obrigada!

Aos meus colegas do grupo de estudo Proamazônia em especial ao Professor Jorge Antônio pela colaboração na elaboração de mapas e importante ajuda ao longo desse trabalho.

Aos meus colegas do Programa de Pós-graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA), os 17 queridos da minha turma, mas quatro merecem destaque:

Alexandre Bueno, parceiro de longas horas de estudo debatendo nossos temas, dividindo textos, os dilemas e problemas, é o amigo especial, muito da reta final desse trabalho foi incentivado por você. Meu obrigada sem preço!

Etiane Patrícia, meu primeiro contato e apoio nessa empreitada, que dividiu comigo meu primeiro ano de luta, sua ajuda foi fundamental nos primeiros trabalhos. Meu obrigada!

Robson Siqueira, meu amigo da geografia, como não agradecer a sua transferência para Belém para finalizar disciplina em momentos críticos dessa jornada. Sou eternamente grata pela amizade e colaboração!

Messias Francisco, meu amigo filósofo, você é a inspiração de como se fazer um mestrado interdisciplinar, sempre foi um grande apoio. Agradeço imensamente.

Aos os professores do PDTSA: Maurílio Monteiro, Célia Congilio, Nilsa Brito, Hildete dos Anjos, Alixandre dos Anjos. No entanto dois foram especiais pela apoio, contribuição teórica, incentivo, Andréia Hentz e Marcio do Amaral. Obrigada!

Essa dissertação não seria possível sem minha orientadora, Edma Silva Moreira, parte de tudo é uma parceria, que nem sempre foi fácil, tivemos uma relação de conflitos e respeito.

Aprendi a admirar e respeitar cada orientação que me deste e muitas delas não ficarão só nos escritos deste trabalho, levarei para sempre. Obrigada por tudo!!

Por fim, e não menos especial, quero agradecer a todos os entrevistados que muito gentilmente cederam seu tempo para colaborar comigo neste trabalho. Os camponeses assentados do PA Belo Vale, em especial ao seu Zezito (presidente da Associação de Pequenos Produtores Rurais do Complexo Palmeiras Santa Rita I e II), por compartilharem suas vivências e suas territorialidades.

Sonhar
Mais um sonho impossível
Lutar
Quando é fácil ceder
Vencer o inimigo invencível
Negar quando a regra é vender
Sofrer a tortura implacável
Romper a incabível prisão
Voar num limite improvável
Tocar o inacessível chão
É minha lei, é minha questão
Virar esse mundo
Cravar esse chão
Não me importa saber
Se é terrível demais
Quantas guerras terei que vencer
Por um pouco de paz
E amanhã, se esse chão que eu beijei
For meu leito e perdão
Vou saber que valeu delirar
E morrer de paixão
E assim, seja lá como for
Vai ter fim a infinita aflição
E o mundo vai ver uma flor
Brotar do impossível chão
(J. Darion – M. Leigh, versão de Chico Buarque e Ruy Guerra, Sonho Impossível, Rio de Janeiro, 1975 no disco "Chico Buarque e Maria Bethânia Ao Vivo").

RESUMO

As mudanças sociais em curso no sudeste paraense, a partir de 1970 implicaram em políticas públicas de ocupação, implantação de projetos agropecuários, de infraestrutura e de exploração dos recursos naturais, minerais e florestais, com o propósito de desenvolvimento da região aos moldes do capital internacional, mas também, promoveu processos de violência intensos, resultando em conflitos sociais. Os assentamentos rurais enquanto espaço de reprodução social comporta a abordagem territorial não só a questão limítrofe da criação dos assentamentos rurais, com também as lutas e vivências dos atores sociais são transportadas e se reconstroem na coletividade, formando novos territórios, novas territorialidades. Este trabalho tem o propósito de analisar a reprodução social de camponeses em novos territórios rurais, sendo a pluriatividade relevante na construção de sentidos à vida, como no PA Belo Vale, em Marabá. Partimos dos conceitos de Território e Reprodução Social e de referenciais bibliográficas sobre a formação socioterritorial da Amazônia e assentamentos rurais para refletir sobre as dinâmicas territoriais na região. A discussão aqui apresentada adota uma abordagem qualitativa, através de indicadores mistos (quantitativos e qualitativos) analisados na perspectiva dos indicadores sociais, econômicos e territoriais, nos permitiram perceber a dinâmica da reprodução social no território. O trabalho de campo, com entrevistas semiestruturadas, foi desenvolvido com os camponeses do PA Belo Vale, com mais de 30% da amostra; entidades de representação e mediação e as instituições do Estado foram significativas para que compreensão das diversas estratégias de reprodução social do camponês. O uso de imagens de satélites do INPE e processadas através do Proamazônia permitiu detalhar a localização do PA, bem como a classificação do uso do solo, logística e questões socioambientais. O camponês do Belo Vale está inserido num universo rural que apresenta um modo de vida onde se recria as condições básicas e de ajuste social para a sobrevivência na diversificação da produção através de atividades agrícolas e não agrícolas que contribuem para as condições de reprodução social. O PA Belo Vale se mantem territorialmente, se reproduz, enfrenta dificuldades e adversidades, em contextos que lhe conferem especificidades como o tamanho dos lotes e a proximidade com o centro urbano de Marabá que interfere nas relações de trabalho e promovem novas relações no processo de constituição desse camponês. Nesse sentido a reprodução social ocorre na disputa por interesses dos diferentes atores, essa perspectiva desloca a reprodução social do lugar da produção das condições objetivas do campo para o âmbito das disputas políticas, pois o território e as territorialidades nele desenvolvidos resultam de relações de poder, no entanto, ainda sob práticas tradicionais clientelistas que fundamentaram a história do espaço agrário na região e, na atualidade, travestido de “parcerias” influenciam fortemente a dinâmica do PA.

Palavras- Chaves: Novos territórios; camponês; diversidade produtiva.

ABSTRACT

The social changes taking place in southeastern Pará from 1970 onwards involved public policies of occupation, implementation of agricultural and livestock projects, infrastructure and exploitation of natural resources, minerals and forestry, with the purpose of developing the region in the mold of international capital , But also, it promoted intense violence processes, resulting in social conflicts. Rural settlements as a space for social reproduction involves the territorial approach not only the borderline issue of rural settlements, but also the struggles and experiences of social actors are transported and rebuilt in the collective, forming new territories, new territorialities. This work has the purpose of analyzing the social reproduction of peasants in new rural territories, being the relevant pluriatividade in the construction of meanings to life, as in PA Belo Vale, in Marabá. We start from the concepts of Territory and Social Reproduction and bibliographical references on the socio-territorial formation of the Amazon and rural settlements to reflect on the territorial dynamics in the region. The discussion here adopts a qualitative approach, through mixed indicators (quantitative and qualitative) analyzed from the perspective of social, economic and territorial indicators, allowed us to perceive the dynamics of social reproduction in the territory. The field work, with semi-structured interviews was developed with the peasants of the Belo Vale PA, with more than 30% of the sample; Representation and mediation entities and state institutions were significant in order to understand the peasant's diverse social reproduction strategies. The use of INPE satellite images and processed through the Proamazonia allowed to detail the location of the PA, as well as the classification of the land use, logistics and socioenvironmental issues. The peasant of Belo Vale is inserted in a rural universe that presents a way of life where it recreates the basic conditions and of social adjustment for the survival in the diversification of the production through agricultural and non-agricultural activities that contribute to the conditions of social reproduction. PA Belo Vale remains territorial, reproduces itself, faces difficulties and adversities, in contexts that give it specifics such as the size of lots and the proximity to the urban center of Marabá that interferes in the labor relations and promotes new relations in the process of constitution Of this peasant. In this sense social reproduction occurs in the contest for the interests of the different actors, this perspective shifts the social reproduction from the place of production of the objective conditions of the field to the scope of the political disputes, since the territory and territorialities developed in it result from relations of power, However, still under traditional clientelistic practices that grounded the history of agrarian space in the region and, currently, transvestites of "partnerships" strongly influence the dynamics of PA.

Keywords: New territories; farmer; Productive diversity.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Mapa: Localização do PA Belo Vale.....61
FIGURA 2: Mapa: PA Belo Vale: Estrutura da divisão dos lotes.....65
FIGURA 3: Vicinal 1 do PA Belo Vale – Marabá - PA.....71
FIGURA 4: Acesso a Educação no PA Belo Vale por membros da família – Marabá - PA.....71
FIGURA 5: Origem dos Camponeses do PA Belo Vale- Marabá- PA 63
FIGURA 6: Membros por lote no PA Belo Vale – Marabá - PA.....68
FIGURA 7: Casas em construção na Vila do PA Belo Vale - Marabá-PA.....76
FIGURA 8: Mapa: Uso e cobertura do solo em 2008 do PA Belo Vale – Marabá-PA.....80
FIGURA 9: Mapa: Uso e cobertura do solo em 2010do PA Belo Vale – Marabá – PA 80
FIGURA 10: Capoeira predominando na paisagem do lote 44 – PA Belo Vale Marabá – PA.....80
FIGURA 11: Quintal Agroflorestal do lote 39 PA Belo Vale – Marabá- PA 81
FIGURA 12: Atividades de Cultivo e Criação do PA Belo Vale – Marabá- PA.....85
FIGURA 13: Criação de Bovinos no lote 30 - PA Belo Vale - Marabá- PA.....86
FIGURA 14: Tanque de peixes do lote 39- PA Belo Vale – Marabá- PA.....90
FIGURA 15: Produção de abacaxi no lote 44- PA Belo Vale – Marabá – PA.....91
FIGURA 16: Feira dos Produtores Rurais - Marabá Pioneira- Marabá- PA.....91

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Amostra de Pesquisa de campo do PA Belo Vale 28
TABELA 2: Dados do Relatório da Agencia de Assistência Técnica - Ecoassis 29
TABELA 3: Número de PAs, famílias assentadas e área desapropriada na S-27.....36
TABELA 4: Visualização geral dos sistemas de produção do PA Belo Vale.....88

LISTA DE SIGLAS

ALPA- Aços - Laminados do Pará

APPRCPSR - Associação de Pequenos Produtores Rurais do Complexo Palmeiras Santa Rita I e II

ATES - Assessória Técnica, Social e Ambiental

CEPASP - Centro de Estudo e Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular

COOPSERVIÇOS - Cooperativa de Prestação de Serviços

CPT - Comissão Pastoral da Terra

DIM - Distrito Industrial de Marabá

FETAGRI - Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Pará

GETAT - Grupo Executivo de Terras do Araguaia e Tocantins

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH- Índice de Desenvolvimento Humano

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

ONGs - Organizações Não Governamentais

PA - Projeto de Assentamento

PDTSA - Programa de Pós- Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia

PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária

POLAMAZONIA - Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia

PPGEO - Programa de Pós- Graduação em Geografia

PRA - Plano de Recuperação do Assentamento

PRODES – Projeto de Estimativa do Desflorestamento da Amazônia

PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RB - Relação de Beneficiário

SEGRI - Secretaria Municipal de Agricultura

SEVOP - Secretaria Municipal de Obras e Viação

SIPRA - Sistema de Informação de Projetos de Reforma Agrária

SUPRA - Superintendência de Política Agrária

SR-27 - 27ª Superintendência Regional do INCRA

STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais

SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

UFPA - Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 14

2. QUADRO TEÓRICO E METODOLÓGICO 20

3. TERRITÓRIO E OS ASSENTAMENTOS RURAIS 31

3.1. ATORES SOCIAIS E AS RELAÇÕES DE PODER NO ASSENTAMENTO 35

4. A FORMAÇÃO SOCIOTERRITORIAL DA REGIÃO AMAZÔNICA E A CONSTRUÇÃO DE ASSENTAMENTOS RURAIS NO SUDESTE PARAENSE 42

4.1 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS NO SUDESTE PARAENSE 49

4.2 ASSENTAMENTOS RURAIS COMO NOVOS TERRITÓRIOS 54

5. PA BELO VALE: REPRODUÇÃO SOCIAL, PLURIATIVIDADE E TERRITÓRIO 59

5.1. UM POUCO DE CADA COISA: O PA BELO VALE 59

5.1.1 O Belo Vale é nosso Lar: De onde vem e para onde vão os camponeses do PA 67

5.1.2 Os "estranhos" no PA: a criação da vila 73

5.2 O DESMATAMENTO NO PA BELO VALE 78

5.3 "A GENTE TEM QUE SER CRIATIVO": A REPRODUÇÃO E A PLURIATIVIDADE NO PA BELO VALE 84

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS 94

REFERÊNCIAS 97

ANEXOS 102

1. INTRODUÇÃO

A ocupação do sudeste paraense foi impulsionada, nos anos de 1970, com a abertura da rodovia Transamazônica, por conseguinte pela colonização agrícola às margens dessa rodovia e da PA 70. O espaço ocupado, até então, por indígenas, trabalhadores rurais e pela elite local, ligada, sobretudo, à exploração da castanha, dava lugar aos projetos agropecuários, de infraestrutura e de exploração dos recursos naturais, minerais e florestais, com o propósito de desenvolvimento da região aos moldes do capital internacional (HÉBETTE, 2004).

O contexto econômico, político, social, cultural e ambiental da região se reconfigurará adequado aos interesses do capital global. Novos atores sociais passam a reconstruir o território de acordo com seus interesses e estratégias que, em sua maioria, convergiram para um modelo de desenvolvimento desigual e excludente. Tensões, disputas, conflitos e violências serão características presentes nesse modelo de desenvolvimento.

A história do sudeste paraense, a partir dos anos de 1970, será, também, a história dos conflitos agrários que emergem do confronto de atores sociais distintos, com interesses e estratégias diferentes de ocupação e de uso da terra, esta que será considerada "terra sem gente", também da exploração dos recursos naturais. O fundamento desses conflitos é a exploração dos recursos naturais para o mercado internacional com a destruição da natureza, dos territórios e a espoliação dos sujeitos que neles vivem ações marcantes do modo capitalista de produção ao longo de sua história (HÉBETTE, 2004).

Segundo Harvey (2006), a acumulação capitalista deve ser compreendida a partir da volatilidade do capitalismo internacional, "que internaliza práticas canibais, predatórias e fraudulentas" (p.111), em um contexto de espaços temporais distintos; esta forma de acumulação não se restringe apenas aos países considerados periféricos, porém são neles que ocorrem as suas manifestações mais "viciosas" e "desumanas" (p.109). A forma contemporânea de acumulação, principalmente depois da crise de 1973, consolidou-se como uma prática comum de exploração expandida do capital.

> [...] A acumulação por espoliação pode ocorrer de diversos modos e seu modus operandi tem muito de contingente e casual. Apesar disso, é onipresente, sem importar a etapa histórica, e se acelera quando ocorrem crises de sobre acumulação na reprodução ampliada, quando parece não haver outra saída a não ser a desvalorização [...] (HARVEY, 2006. p.111).

A região sudeste paraense, nesse âmbito, é palco de expansão do capital. Essa compreensão pressupõe o abandono da perspectiva de região como um espaço apenas físico-

natural e político-administrativo, pois é nela que o capital, com o estímulo do Estado atua com seu poder político e jurídico legítimos, (re) define suas dimensões geográficas, seus sistemas de relações sociais, econômicas e políticas, assim como, imprimem novas formas de relações do homem com a natureza. Todo um aparato institucional e militar é instalado na região para assegurar a legitimidade da ação do Estado e do capital internacional. Mas, é nela também, que outros atores sociais agem na construção de um território a partir de suas práticas sociais, seus interesses e com suas estratégias de vida, fala-se de camponeses que tem na terra sua condição de existência.

É nesse contexto que se institui a criação de Assentamentos Rurais, como política de reforma agrária para resolver os problemas fundiários, conter os conflitos agrários e, assim, assegurar o desenvolvimento econômico da região.

O propósito dessa dissertação é compreender o processo de territorialização dos camponeses em assentamentos rurais resultado das mudanças econômicas, sociais e culturais no sudeste paraense que impactaram a sua reprodução social.

A literatura voltada a questão rural tem discutido o que vem a ser assentamentos rurais e as formas de reprodução social dos sujeitos que neles vivem. Assim, a palavra assentamento surge no âmbito da burocracia estatal brasileira, na década de 1980. Segundo Bergamasco; Norder (1996) pode ser definido como a "criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais, visando o reordenamento do uso da terra, ou a busca de novos padrões sociais na organização do processo de produção agrícola". A conceituação segundo Furtado; Furtado (2000), aponta críticas a essa definição, pois os assentamentos não podem ser compreendidos apenas como um espaço meramente constituído pelo Estado, pois eles são espaços de múltiplas ações ordenadas por atores diversos e não apenas pelo Estado.

Para Leite et al. (2004) a criação dos assentamentos rurais trouxe novas possibilidades de melhorias, alternativas e oportunidades de trabalho para uma parte da população excluída dos centros urbanos, que ao se tornarem assentados criam novas estratégias de reprodução familiar e de sustento no próprio lote, complementarmente lançando mão de outras fontes de renda e de trabalho fora de sua área, de seu lote.

Partindo dessa compreensão entende-se que os assentamentos rurais institucionalizados pelo Estado constituem-se como novos territórios, resultado da ação de diversos atores sociais (camponeses, assentados, pequenos e médios fazendeiros) que constroem, a partir de seus múltiplos interesses, de disputas e de ações que carregam em si a

lógica do Estado e do capital, de um lado. E a lógica contra hegemônica que questiona a primeira. O território é também a disputa de atores em conflito.

A política de criação desses assentamentos não obedeceu a um planejamento prévio. Foi uma resposta governamental à pressão social exercida através da luta pela terra, ocorrida em nível nacional. Para Fernandes (1999) a luta pela terra no Brasil é marcada historicamente pela violência contra os trabalhadores rurais que são julgados, pela sociedade nacional, como improdutivos, sem relevância à econômica nacional.

Para este autor, o processo de criação de assentamentos pode ser também definido como de 'territorialização da luta pela terra':

> Do mesmo modo que alguns movimentos transformam espaços em territórios, também se territorializam e são desterritorializados e se reterritorializam e carregam consigo suas territorialidades, suas identidades territoriais constituindo uma pluriterritorialidade. A transformação do espaço em território acontece por meio da conflitualidade, definida pelo estado permanente de conflitos no enfretamento entre as forças políticas que procuram criar, conquistar e controlar seus territórios. A criação ou conquista de um território pode acontecer com a desterritorialização e com a reterritorialização. Os territórios se movimentam também pela conflitualidade. O território é espaço de vida e morte, de liberdade e de resistência. Por essa razão, carrega em si sua identidade, que expressa sua territorialidade (FERNANDES, 2005, p. 30).

Paulino (2006) considera que esse processo de territorialização é um *continum*, marcado por lutas e violências permanentes onde a territorialidade assume um valor bem particular, à medida que os assentados a constroem a partir de suas condições objetivas de vida, mais também de suas vontades.

Avançando nessa perspectiva, Pereira (2014), ao analisar a luta pela terra no sudeste paraense, conclui que a violência nas disputas por terra tem sentido e significado divergentes para os atores concernidos:

> Para os proprietários e empresários rurais a violência era interpretada como reações às ocupações e às desapropriações de seus imóveis e como forma de evitar não só a perda da renda da terra, mas de prestígio social e poder. Para os trabalhadores rurais, significava não apenas manifestações de autodefesa, mas também como forma de obter apoio e solidariedade da Igreja Católica e dos STRs à medida que era também interpretada como maneira eficiente de pressionar os aparelhos de poder a executar as leis referentes à reforma agrária no Brasil, como por exemplo, o Estatuto da Terra. [...] a problemática da luta em torno da posse da terra não foi apenas o *lócus* do confronto entre trabalhadores e fazendeiros, empresários e comerciantes, mas espaço de atuação de uma multiplicidade de atores, de relações, de negociações e de enfrentamentos (PEREIRA, 2014, p. 10).

Esses sentidos e significados diferentes reforçam que esse território é um espaço de disputas entre atores diferentes onde o conflito e a violência é fator permanente. Nesse

contexto, que condições objetivas contribuem para os assentados permanecerem em seus lotes nos assentamentos rurais no sudeste paraense?

Nosso objetivo é compreender como ocorre a reprodução social nesses novos territórios, considerando o jogo de interesses dos atores sociais, suas estratégias de territorialização, bem como, os desafios para neles permanecerem. Partindo da hipótese que os camponeses no PA Belo Vale ao serem inseridos nesses novos territórios, os assentamentos rurais no sudeste paraense, criam e recriam novas estratégias de reprodução social e consequentemente novas relações sócios territoriais e culturais pela manutenção das bases de existência de reprodução de vida em contextos de mudanças, conflitos sociais e lutas constantes.

Como objetivos específicos destacamos: identificar quais atores sociais fazem parte do assentamento, seus interesses e estratégias; Identificar as atividades produtivas e as formas de relação dos atores sociais com a natureza; Analisar como a pluriatividade repercute na reprodução social no PA Belo Vale

Do ponto de vista das relações sociais, Candido (1982) propõe que devemos ter o olhar no cotidiano, nas vivências e estabilidade familiar; trazendo isso para análise local, pensamos nos assentamentos rurais como território de convívio, onde se recria as condições básicas e de ajuste social para a sobrevivência e a estabilidade da produção familiar, enquanto sujeito, na busca da manutenção de sua base de existência, que ocorre por meio da reprodução social.

O recorte temporal e espacial proposto nesta dissertação foi o Município de Marabá dos anos de 1970 aos dias atuais, seguindo o proposto no projeto acima mencionado. A partir dos anos de 1970 a configuração geopolítica da região de Marabá se modificará com os investimentos financeiros para a agropecuária, mineração e exploração florestal. Novos atores emergem e imprimem uma nova dinâmica territorial, social, econômica e ambiental que necessita ser melhor compreendida.

O recorte espacial considera o Projeto de Assentamento Belo Vale, *lócus* da pesquisa, por ser um assentamento que apresenta um panorama geral das dinâmicas territoriais presentes no contexto agrário do sudeste paraense, qual seja: a) sua criação esta no contexto dos conflitos agrários; b) se localiza em uma área que recentemente sofreu impactos com a implantação da Aços Laminados do Pará (ALPA) c) o espaço enfrenta intensa destruição ambiental; d) está as proximidades do centro urbano da cidade de Marabá. Esses fatores promovem modificações aceleradas no assentamento.

Refletir sobre os Assentamentos Rurais nessa perspectiva se faz relevante, já que eles representam 15% do território ocupado do sudeste paraense, constituindo-se, atualmente, um dos elementos da paisagem regional, sobretudo após as políticas de reforma agrária e apoio à agricultura familiar implementada pelo governo federal, que criou muitos assentamentos rurais entre 1987 e 2015. Atualmente, os projetos de assentamentos somam 504 totalizando 71.527 famílias, que ocupam 4.646.595,50 ha na região (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 2015; MICHELOTTI, 2008).

O trabalho faz parte dos esforços de um grupo de Pesquisa Proamazônia que discute o desmatamento em área de assentamento e tem como objetivo o desenvolvimento de competências e formação de recursos humanos com habilidades específicas voltadas ao monitoramento e à recuperação de áreas degradadas em Projetos de Assentamentos rurais na Amazônia [1]. Neste aspecto, este trabalho ao analisar o PA Belo Vale, contribui para os estudos desse grupo no que tange aos fatores ambientais, sobretudo o desmatamento, e sua relação com as condições objetivas de reprodução social do camponês.

Esse trabalho está organizado da seguinte maneira. Inicialmente apresento a problemática da pesquisa, os objetivos e seus procedimentos metodológicos. Para tanto, reflete-se sobre as mudanças na região sudeste paraense e a emergência de novos territórios, os assentamentos rurais, onde uma parte da população agrária irá se reproduzir, em situações de conflitos, mas também de desenvolvimento de estratégias que garantam suas condições de existência; descreve-se sobre o surgimento dos assentamentos rurais, resultado da luta pela terra na Amazônia.

No capítulo seguinte, "Território e territorialidades para compreensão dos assentamentos rurais", tem-se como objetivo compreender a construção dos assentamentos rurais no sudeste paraense a partir do Território, fazendo uma breve caracterização proposta

[1] Também denominado Proamazônia - O Projeto Desenvolvimento de Competências e Formação de Recursos Humanos em Recuperação de Áreas Degradadas em Projetos de Assentamentos em áreas Amazônicas tem como objetivos, ampliar a produção e a difusão do conhecimento sobre recomposição florestal com espécies nativas; difundir técnicas capazes de incrementar o desenvolvimento e manejo das mudas; facilitando assim que famílias de assentados, no bioma amazônico, logrem êxito na fase crítica de implantação de SAF em seus lotes e viabilizando formação de recursos humanos em nível de pós-graduação por meio de parcerias interinstitucionais e do envolvimento na pesquisa. Para alcançar os objetivos, serão desenvolvidas atividades integradas entre os grupos de professores dos programas de pós-graduação da UFPA e da UFMA; e de professores da UFRA objetivando realizar: 1) Análise da trajetória do uso da terra, da cobertura vegetal e da qualidade do solo nas áreas degradadas; 2) Identificação da ocorrência, caracterização de fungos micorrízicos arbusculares em raízes de plantas e no solo e inoculação, em campo, das mudas a serem introduzidas nas áreas degradadas com o fungo micorrízicos arbusculares; 3) Sensoriamento remoto da recomposição em áreas degradadas; 4) Extração de padrões e nível de sucesso do plantio; 5) elaboração de material didático voltado a divulgação dos achados científicos do projeto em escolas dos ensinos médio e fundamental; e 6) Divulgação do projeto e dos Resultados Obtidos. (FRANCÊS, 2013).

através de autores que discutem essa categoria teórica; ainda se objetiva caracterizar, os atores e suas territorialidades dos assentamentos rurais no sudeste paraense.

No quarto capítulo: "A formação socioterritorial da região amazônica e a constituição de assentamentos rurais no sudeste paraense", tem como pressuposto compreender historicamente a região, particularmente pós 1970 quando se intensifica a inserção da Amazônia ao capital global e, neste contexto, analisar a histórica luta pela terra e a formação dos assentamentos rurais no sudeste paraense para se compreender os processos e dinâmicas territoriais materializadas.

O capítulo de número cinco, intitulado "PA Belo Vale: reprodução social, a pluriatividade e território", reflete sobre as estratégias de reprodução social que resultam da ação de diversos atores que estão presentes dentro e fora do assentamento e como estes desenvolvem as atividades produtivas, bem como se relacionam com o território. Ainda se objetiva analisar a pluriatividade como processo de reprodução como especificidade do PA.

Posteriormente traçamos as considerações finais e as contribuições apresentadas permitiram compreender as condições da reprodução social em assentamentos rurais no sudeste paraense. Esses assentamentos instituídos pelo Estado constituem-se como novos territórios resultado da ação de diversos atores sociais que constroem territorialidades, a partir de seus múltiplos interesses, disputas ações econômicas, sociais, culturais e ambientais. A reprodução social ocorre pela pluriatividade, mas também pela luta pela terra, pelo jogo de interesses entre diversos atores e onde a Associação assume posição central nas discussões, negociações e decisões sobre as ações que se desenvolve no PA Belo Vale.

2. QUADRO TEÓRICO E METODOLÓGICO

2.1 REFERENCIAL CONCEITUAL

Com o propósito de entender e revelar a dinâmica territorial e mudança social que está em curso no sudeste paraense, com a constituição territorial dos assentamentos rurais, a partir da compreensão das formas atuais de reprodução social de camponeses no PA Belo Vale, Marabá- PA a nosso ver só pode ser compreendido a partir do método dialético, bem explicitado na definição de Lefebvre (1979):

> O método dialético, com efeito, representa o universal concreto. Fornece leis que são supremamente objetivas, sendo ao mesmo tempo leis do real e leis do pensamento, isto é, leis de todo o movimento, tanto no real quanto no pensamento. [...] As leis do método devem ser concretas no sentido de que nos permitem penetrar em todo objeto, em toda realidade. Com efeito, são leis internas, necessárias, de todo o devir: de todos os objetos e de cada objeto, do universo como totalidade e de cada objeto como parcela do universo (LEFEBVRE, 1979, p. 237).

Devemos nos ater que estamos nos propondo a fazer um estudo de um assentamento rural inserido em um contexto de complexidade maior, pois a análise dialética exige uma interpretação mais ampla das relações e processos inseridos. Não é a escala espacial, ou tempo histórico, mais a complexidade neles embutidos que lhe dão especificidades, que devem ser compreendidos e potencializados na análise.

Se entendermos os assentamentos rurais como territórios onde os atores sociais se reproduzem, falta-nos compreender um elemento movimentador dessa dinâmica: a reprodução social, entendida aqui como o processo mediante o qual uma sociedade, através de diversos mecanismos, reproduz a sua própria estrutura (LEFEBVRE, 1973).

O conceito de reprodução das relações de produção foi formulado por Henry Lefebvre (1973, 2008), como "fio condutor, um instrumento intelectual para descrição e a análise crítica do real" que "possui um alcance global e sintético" (LEFEBVRE, 1973, p. 6) revela a dinâmica da sociedade capitalista e o complexo processo de produção e reprodução das condições necessárias à sua sobrevivência. A produção é concebida de maneira ampliada, englobando a produção material, de bens necessários à subsistência, como também ideológica e cultural, através das quais o capital se desenvolve (Ibidem, p. 6).

Nesse sentido, Lefebvre (2008), é claro quando afirma que "o modo de produção capitalista deve se defender num front muito mais amplo, mais diversificado e mais complexo, a saber: a (re) produção das relações de produção" (2008, p. 47). Assim, este conceito designa um processo complexo que arrasta consigo contradições inerentes de uma

sociedade capitalista, mas também as desloca, as modifica, as amplifica de acordo com a dinâmica das estruturas sociais. A relevância deste conceito reside no fato de abarcar a totalidade das relações de produção, não se atendo à reprodução biológica, à reprodução material ou à reprodução espiritual da sociedade, mas como embasamento teórico que permite a análise das dinâmicas sociais como parte da totalidade do processo social que buscamos compreender a partir da análise da reprodução social no assentamento Belo Vale.

O esquema conceitual aqui delimitado propõe o território como um espaço constituído a partir das relações sociais, das práticas culturais, das ações públicas, do poder, dos conflitos e das ações coletivas.

Os assentamentos rurais são formações territoriais institucionalizadas, resultado de lutas de diversos atores, para garantir sua reprodução social. Num processo dinâmico e complexo, as relações que os atores exercem no espaço, modificam não somente a paisagem, como também as formas de se relacionar com os outros agentes, sobretudo se o assentamento está próximo do espaço urbano, como é caso do Belo Vale, as modificações, as relações sociais são mais intensas e aceleradas.

Os assentamentos rurais são territórios constituídos a partir das relações de poder entre o Estado, os fazendeiros, representante da elite agrária local e os camponeses, portanto resultado de processos sociais contraditórios, que se dão de forma conflituosa, não harmônica. As relações sociais são centradas na atuação dos atores e sujeitos históricos que contem em si a síntese dialética da relação entre natureza e sociedade, como explicita Fernandes:

> [...] Em suas diferentes acepções, o território sempre foi estudado a partir das relações de poder, desde o Estado ao capital, desde diferentes sujeitos, instituições e relações. Na essencialidade do conceito de território estão seus principais atributos: totalidade, multidimensionalidade, escalaridade e soberania. Portanto, é impossível compreender o conceito de território sem conceber as relações de poder que determinam a soberania. Quando nos referimos ao território em sua multiescalaridade, ou seja, em suas diversas escalas geográficas, como espaço de governança de um país, de um estado ou de um município, o sentido político da soberania pode ser explicitado pela autonomia dos governos na tomada de decisões. Quando nos referimos ao território como propriedade particular individual ou comunitária, o sentido político da soberania pode ser explicitado pela autonomia de seus proprietários na tomada de decisões a respeito do desenvolvimento desses territórios (FERNANDES, 2007, p. 04).

Após estudo de várias obras centradas no conceito de território de diversos autores de áreas do conhecimento diferentes, consideramos fundamentais para a compreensão dos assentamentos rurais tomá-los como unidades territoriais já que, a ideia central nessas obras é a de que o território resulta da construção social conflituosa, assim temos: RAFFESTIN

(1993), SANTOS (1994 e 2006), HAESBAERT (2010), CORRÊA (1995, 1997), LEFEBVRE (1979, 1991, 2006).

Segundo Raffestein (1993, p.150) o território é o "espaço da prática social", que implica na apropriação de um espaço e na noção de limite manifesta-se nas relações de poder sobre uma porção precisa; é também um "produto usado, vivido pelos atores, utilizado como meio para sua prática, seu cotidiano" (ibidem, p. 158), são manifestações das relações de poder, "produto e meio de produção que pode ser compreendido através das estratégias feitas pelos atores no território, concebida e imposta pelos poderes hegemônicos" (ibidem, p.157).

A leitura da dinâmica do assentamento Belo Vale a luz da categoria da reprodução social dos seus atores, corresponderá à tradução mais próxima do "real" das relações sociais, do cotidiano, na vivência entre os que ali habitam permanentemente, os que estão ali apenas aos finais de semana e/ou feriados, e os representantes do governo ou do setor privado e ONGs dentre outros.

Outro aspecto a se analisar na dinâmica de Assentamentos Rurais é a pluriatividade entendida por Schneider (2003), como a combinação da atividade agrícola com atividades não agrícolas por membros de uma mesma unidade familiar, pois ela constitui-se hoje em atividades através das quais os sujeitos desenvolvem sua forma de vida nos assentamentos.

> [...] pode-se definir a pluriatividade como um fenômeno através do qual membros das famílias que habitam no meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, ou, mais rigorosamente, pelo exercício de atividades não-agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural. Nesse sentido, ainda que se possa afirmar que a pluriatividade seja decorrente de fatores que lhe são exógenos, como o mercado de trabalho não agrícola, ela pode ser definida como uma prática que depende de decisões individuais ou familiares [...] (SCHNEIDER, 2003, p. 112).

Segundo Schneider (2009, p.2) o espaço agrário deveria ser pensado além das atividades agrícolas, já que o "crescimento das atividades não agrícolas em espaços rurais é evidente atualmente. Esse crescimento está relacionado às alterações no mercado de trabalho global que interfere diretamente nos espaços rurais", chegando, inclusive, em muitos casos a imprimir novos modos de ocupação da terra e da força de trabalho. Em seu artigo "A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação", Schneider faz um resgaste histórico, conceitual e classificatório das atividades e das estratégias de reprodução do trabalhador rural no Brasil, onde destaca:

> Assim como a entendemos, a pluriatividade que ocorre no meio rural refere-se a um fenômeno que pressupõe a combinação de pelo menos duas atividades, sendo uma delas a agricultura. Estas atividades são exercidas por indivíduos que pertencem a

> um grupo doméstico ligado por laços de parentesco e consangüinidade (filiação) entre si, podendo a ele pertencer, eventualmente, outros membros não consangüíneos (adoção), que compartilham entre si um mesmo espaço de moradia e trabalho (não necessariamente em um mesmo alojamento ou habitação) e se identificam como uma família (SCHNEIDER, 2009, p. 3).

A pluriatividade diverge em significados, espacialidades temporalidades, ou seja, dependendo do lugar, condição econômica, área de análise tem um significado, por isso é relevante compreender a pluriatividade como uma estratégia econômica para reprodução em assentamento rural, que por si só já traz especificidades que devem ser levadas em consideração. "As atividades não agrícolas estão expressas nas diversas atividades desenvolvidas, como a prestação de serviços, o turismo rural, o artesanato e outros, que podem não implicar na expansão da pluriatividade das famílias" (SCHNEIDER, 2009, p. 3).

Por esta razão, o estudo da pluriatividade requer uma análise do contexto e das condições territoriais: os conflitos, as condições naturais do solo, diversidade técnica; em que vivem as famílias assim como o estudo das expectativas e dos interesses dos indivíduos (SCHNEIDER, 2009).

Há um crescimento das ocupações não agrícolas das pessoas ou famílias com domicílio rural, neste ou naquele setor ou ramo; os indivíduos que formam uma família podem optar entre combinar duas ou mais ocupações (assumindo a condição de pluriativos) ou escolher pela troca de ocupação, deixando o trabalho agrícola e passando a ocupar-se exclusivamente em atividades não agrícolas, mesmo sem deixar de residir no meio rural (SCHNEIDER, 2009).

Em seu doutoramento, Ney (2010) faz um estudo sobre as atividades agrícolas e não agrícolas no meio rural do Rio de Janeiro, corrobora com Schneider ao discorrer que a redução do peso das atividades agrícolas no emprego e na renda das pessoas, é cada vez mais presente; a tendência do crescimento de ocupações e rendas diversificadas nas famílias marcam que a pluriatividade tem sido determinante para que as famílias, antes centradas na agricultura, possam permanecer em seus territórios rurais, mesmo que eles tenham sido reduzidos devido o avanço dos espaços urbanos.

É importante destacar que no PA Belo Vale a pluriatividade se mostra latente fazendo parte das estratégias de reprodução social como forma de adaptação, ou seja, recriações das condições de reprodução, tal como Hébette (2004) afirma que esse processo, intrínseco a esse grupo social, pois para o campesinato amazônico faz parte de sua natureza a combinação de atividades agrícolas e extrativistas que se somam às atividades complementares como, por exemplo, a garimpagem e o trabalho nas fazendas.

2.2 METODOLOGIA

Para construir esse trabalho parto do entendimento que a metodologia se configura como:

> [...] um conjunto de abordagens teóricas, técnicas e processos utilizados pela ciência para formular e resolver problemas construídos de uma maneira sistemática, ela é primordial para a o estabelecimento do caminho a ser percorrido na pesquisa (PAULINO, 2006, p.20).

Segundo a autora, o grande desafio no percurso metodológico está no plano teórico, já que o cientista trabalha com conceitos que não são consenso, nem poderiam ser caso se considere que eles remetem a concepções políticas e sociais e de disputa no campo acadêmico. Para Pereira (2016, p.32), analisando Reinhart Kosselleck, o conceito está associado a uma determinada palavra, mas ele é mais que uma palavra; é uma abstração que pode ser estabelecida pelo seu uso, e manter-se como conceito deve se manter polissêmico e de caráter não definitivo:

> [...] os conceitos são acima de tudo construções politico-semânticas: são forjados nas lutas, nas disputas, sejam elas semânticas, sejam elas políticas. Entendidos dessa forma, os conceitos são frutos de disputas e não só estabelecem posições e direitos, mas demarcam espaços e poder. (PEREIRA, 2016, p.33).

Compreendemos que o território resulta das dinâmicas praticadas por atores sociais diversos expressas no espaço, a territorialidade, são construções cotidianas dessa formação territorial, onde a reprodução social é um dos movimentadores dessa dinâmica configura-se o cenário teórico basilar deste trabalho. Como alude Haesbaert (2010), os conceitos entram assim na própria produção do real que ele diz representar. O real é sempre uma construção, dentro do jogo indissociável entre os campos ideal e material, objetivo e subjetivo. O que define cada conceito é então a problemática à qual está ligado, é a perspectiva teórica no qual ele se insere.

Para proceder à análise que constitui o objeto deste trabalho, partimos dos conceitos de Território e Reprodução Social e de referencias bibliográficas sobre a formação socioterritorial da Amazônia e sobre assentamentos rurais para refletir sobre as dinâmicas territoriais na região. Estes são considerados aqui como espaços de reprodução de vida e de práticas sociais, culturais, econômicas e ambientais, e ainda, uma unidade territorial, resultado das lutas pela terra, impulsionadas intencionalmente pelo Estado e da própria dinâmica do capital.

Essa dissertação baseia-se ainda, em análises de documentos, sejam em fontes como tabelas estatísticas, fotografias, atas, relatórios, mapas, informativos, depoimentos orais e escritos, extraem deles toda a análise, organizando-os e interpretando-os segundo os objetivos da investigação. Isto por que inspirado em Lüke; André (1986) a análise documental constitui uma técnica importante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema.

A luz dessa perspectiva documental foi realizado leitura do Plano de Recuperação do Assentamento (PRA)[2], nos arquivos da Associação de Pequenos Produtores Rurais do Complexo Palmeiras Santa Rita I e II (APPRCPSR)[3], Comissão Pastoral da Terra (CPT) em Marabá e na Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI).

É importante destacar que a discussão aqui apresentada, adota uma abordagem qualitativa, "enfatizando não a quantificação ou descrição dos dados pesquisados, mas destacando a importância das informações que podem ser geradas a partir de um olhar cuidadoso e crítico das fontes documentais" (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 82). Compreende-se ainda que, dependendo da área de pesquisa do investigador e dos interesses do estudo, documentos que podem ser desprezíveis para uns podem ocupar lugar central para outros (LÜDKE; ANDRÉ, 1986).

Segundo Creswell (2010. p, 241), a pesquisa qualitativa apresenta quatro aspectos fundamentais: "distribuição do tempo; atribuição de peso; combinação e teorização". A distribuição do tempo relaciona-se com os períodos das coletas dos dados qualitativos e quantitativos. No entanto, isso não significa que no decorrer da pesquisa não se possam mobilizar dados quantitativos na qual as interpretações que se constroem não estão isoladas das condições em que o pesquisador se encontra. Por isso, é importante considerar que "a coleta de material não é apenas um momento de acumulação de informações [...]" isolado e

[2] Este é um documento relevante para compreensão das características do PA Belo Vale, pois realiza um diagnóstico situacional dessa comunidade, visando conhecer a realidade dos moradores com vista a demarcar o contexto local, com destaque para os aspectos fisiográficos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, bem como identificar necessidades locais para subsidiar propostas para o plano, posteriormente se detalha o PDA: justificativas, objetivos, metas, procedimentos técnicos ou metodologia, além de um plano de execução ou gestão da atividade. Uma síntese analítica de cada sistema ou atividade coletiva permite uma melhor avaliação destas ações, considerando os aspectos sociais, ambientais, políticos e econômicos que compreende este plano.

[3] A primeira associação criada na área foi em 1998, em virtude da ocupação que abrangia onde atualmente está o PA Belo Vale, Palmeira Jussara e Santa Rita (este último na época chamava-se Gleba Santa Rita). Neste período existia outra associação, mas a representante não conseguia repassar os benefícios aos camponeses, por isso foi criada outra associação dentro da área para representar os três setores, que hoje são os três PAs mencionados (na época não eram projetos de assentamento). Em 2003 foi criado o PA Belo Vale, sendo que a associação já existente ficou com o PA Belo Vale porque o seu representante morava no PA e as famílias quiseram que ele continuasse como representante (COOPSERVIÇOS, 2009).

preponderante na construção de uma pesquisa. Ela faz parte de um momento precioso, aberto a possibilidades de novas descobertas, de confrontos teórico-metodológicos (CARDOSO, 1986, p. 101) mostrando que é necessário pensar no movimento, na dinâmica de construção do objeto.

Para Lüdke; André (1986, p. 80) "a imersão na realidade do outro, sujeito estranho e com saberes adquiridos com a prática de suas atividades ao longo da trajetória de vida, não se mostra uma tarefa fácil mais necessária, neste contexto a aparelhagem instrumental se faz necessária, como a observação, que constitui um dos principais instrumentos de coleta de dados nas abordagens qualitativas". Ainda segundo os autores "a experiência direta é o melhor teste de verificação da ocorrência de um determinado fenômeno" (ibidem, p.80). O observador pode recorrer aos conhecimentos e experiências pessoais como complemento no processo de compreensão e interpretação do fenômeno estudado. A observação permite também que o observador chegue mais perto da perspectiva dos sujeitos e se revela de extrema utilidade na descoberta de aspectos novos de um problema. Por último, a observação permite a coleta de dados em situações em que é impossível estabelecer outras formas de levantamento ou outras formas de comunicação (ibidem, p.81).

Para desenvolver a análise e coleta de dados realizamos observações dos diferentes cenários que se apresentaram no decorrer do percurso e das atividades realizadas, para tal as entrevistas se constituíram fundamentais, uma vez que objetivamos perceber as relações sociais no PA Belo Vale. Para as entrevistas nos baseamos nos escritos de Quivy (1998 p. 19), ao afirmar que "o processo de entrevista é bastante esclarecedor, pois permite a extração de informações e elementos de reflexão muito ricos em virtude de se caracterizar por um contato direto entre o investigador e os seus interlocutores".

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com três grupos: os camponeses do PA Belo Vale; as entidades de representação e mediação e as instituições do Estado. Essa classificação é resultado de uma primeira aproximação com o PA Belo Vale. A coleta de dados foi com os camponeses que se encontram nos lotes, sua situação quanto à legalidade em relação ao INCRA, ou seja, se está ou não em Relação de Beneficiários (RB), portanto se ele é ou não assentado, não foi imperativo para a pesquisa. Ressalta-se, entretanto, que ficamos atentos em nossas observações o que ao significado, sentidos dessa situação para os camponeses do PA Belo Vale, inclusive com o cuidado de relacionar essa questão com as estratégias e o jogo de interesses dos atores ali presentes.

Durante a pesquisa de campo no PA Belo Vale perguntamos como os entrevistados se denominaria, e deixamos livres para nos dizer: Com essas questões em mente, tivemos

como resultado: 09 se intitularam agricultores, 04 colonos, 03 trabalhadores assalariados (empregados) e 02 disseram que não sabiam, pois faziam de tudo um pouco. Nenhum dos nossos entrevistados afirmou ser camponês, então porque o uso dessa categoria?

O fato do termo camponês não ser usual aos próprios camponeses não o invalida, sua apropriação aqui, "pois não se trata de uma questão meramente vocabular, mas eminentemente política" (PAULINO, 2006, p.20), o seu uso se mantem pelo efeito de unidade de classe que essa categoria carrega, ao contrário de outras categorias genéricas como a de trabalhador. Além disso, utiliza-la é considerar relevante seu projeto histórico e político, que procura na terra muito mais que renda, mas a caracterização de um modo vida pautado na autonomia do trabalho e na reprodução social pelos laços familiares e comunitários (PAULINO, 2006).

O segundo grupo de entrevistados foi o das instituições de representação dos camponeses APPRCPSR realizou-se duas entrevistas com o presidente em períodos diferentes (agosto de 2015 e janeiro de 2016), Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e FETAGRI e de mediação CPT, onde foram realizadas uma entrevista com lideranças e/ou representantes de cada entidade, com a finalidade perceber como essas entidades atuam e/ou atuaram na formação, consolidação e mediação territorial, social, econômica do PA.

O terceiro grupo de entrevistados é composto pelas instituições do Estado: INCRA e Prefeitura. Neste grupo, foram realizados três entrevistas, uma com o secretário Municipal de Agricultura e duas com representantes do INCRA. Nesta última foram realizadas pesquisas sistemáticas na busca de documentos e mapas. Por isso, é importante considerar que "a coleta de material não é apenas um momento de acumulação de informações, mas se combina com os objetivos da pesquisa" (CARDOSO, 1986, p.101) mostrando que é necessário pensar no movimento dos atores, a dinâmica na construção dos processos.

As variáveis e os indicadores mistos (qualitativos e quantitativos) analisados e realizados na perspectiva dos indicadores sociais, econômicos e territoriais nos permitiram perceber a dinâmica da reprodução social no território; os indicadores sociais foram fixados na educação, saúde, perfil demográfico; os dados foram obtidos através do PRA, relatório da empresa de assistência técnica Ecoassis Engenharia Agroambiental[4] e na pesquisa de campo, foram significativas para que percebessem as diversas estratégias de reprodução social no PA Belo Vale.

[4]Agencia de Consultoria e Assistência Técnica Agroambiental – ECOASSIS ENGENHARIA AGROAMBIENTAL, a partir deste ponto denominaremos a empresa por Ecoassis, no intuito de facilitar a leitura, uma vez que o nome de fantasia da mesma não é sigla ou abreviatura.

Os indicadores econômicos: renda mensal, crédito Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Bolsa Família, aposentadoria, produção, criação e extrativismo vegetal foram obtidos no PRA, em documentos do INCRA, obtidos na pesquisa de campo e no Relatório da Ecoassis. Os indicadores territoriais: mudanças e permanências da paisagem e da configuração territorial, condição da floresta, foram coletados em pesquisadas de campo e imagens de satélites do INCRA, Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE) e do Proamazônia.

A amostra da pesquisa é um dado importante a ser mencionado, principalmente no que tange as entrevistas com o primeiro grupo, os camponeses foram realizadas um total de 18 entrevistas através de questionários semiestruturados, no período de julho de 2015 a junho de 2016, perfazendo um percentual de aproximadamente 30%[5] entrevistas no total de 61 lotes. É importante destacar que as entrevistas foram realizadas nas duas estações climáticas: o verão e o inverno amazônicos, pois as dinâmicas geográficas se diferenciam nestes períodos.

Tabela 01: Amostra de Pesquisa de Campo do PA Belo Vale – Marabá- PA

Projeto de Assentamento	**Total**	**Nº de entrevistados**	**%**
Belo Vale	61	18	30
Estado - INCRA			
Secretaria Municipal de Agricultura de Marabá	04	02	50
Entidades de Mediação - CPT	01	01	100
Sindicatos e Associações	03	02	66

Fonte: Dados de campo (2015- 2016)

Em 2015 a empresa de Assistência Técnica Ecoassis Engenharia Agroflorestal iniciou a atualização dos dados do PA para o INCRA - Relatório Físico de Atividade Individual-, realizado com 26 assentados, tabela 2, os quais tivemos acesso e tabulamos alguns dados. Com o propósito de perceber através dos dados fornecidos pela empresa e as entrevistas por nós realizadas comparações pertinentes aos dois levantamentos de forma a contribuir na compreensão da reprodução social construídas pelos camponeses em relação com atores extra locais no assentamento Belo Vale.

[5] Estabelecemos 18 entrevistados como um cálculo aproximado de 30%, com a perspectiva de que são 61 lotes, uma vez que o 62 seria a vila, logo 30% de 61 seria 18,3, arredondamos para 18 moradores dos lotes.

Tabela 02: Dados do Relatório da Agência de Assistência Técnica – Ecoassis

PA	Nº de famílias assentadas	Nº de famílias entrevistadas	%
Belo Vale	61	26	43

Fonte: Ecoassis (2015)

Neste contexto, dois pontos devem ser considerados: o primeiro pauta-se nos dados que a empresa de assessoria técnica nos forneceu, os questionários aplicados seguem uma padronização estabelecida pelo INCRA, os dados são de 2015 que se ampliariam em 2016[6], eles são importantes para nosso trabalho, pois em parte, atualiza os dados do PRA de 2009. O segundo estaria em explicitar que nosso debate é qualitativo, os dados colhidos através da pesquisa de campo segue outra proposta metodológica que relaciona às entrevistas as observações, mas as duas análises com amostras e perspectivas diferentes (Tabelas 01 e 02) foram válidas para compreensão das complexidades do PA Belo Vale propostos para essa dissertação. Soma-se a esse procedimento a utilização do registro fotográfico como forma de registro visual das condições objetivas selecionadas, sobre as referentes e às condições ambientais.

Para resguardar os entrevistados, optamos por não identificá-los, tanto lideranças, agentes mediadores quanto os camponeses ou representantes do Estado. Estão numerados de 01 a 23, sendo que de 01 a 18 são os camponeses assentados do PA e os números subsequentes pertencem às representações do Estado, sindicatos, associação e mediação.

As entrevistas concedidas só foram possíveis com a mediação do presidente da associação, algumas até mesmo agendadas pelo mesmo, nossa participação na reunião da associação, bem como a receptividade por parte de alguns demonstrava esse "consentimento", evidenciando as relações de poder entre os atores que compõem aquele território.

O Geoprocessamento foi outra importante ferramenta metodológica, através de imagens de satélites do INPE, indicadas pelo PRODES[7] e do sistema de classificação

[6] Conforme esclarecimentos via nota oficial, desde 07 de Março de 2016 a Ecoassis não presta mais serviços no PA Belo Vale, devido o não recebimento de notas empenhadas na autarquia federal (INCRA), estando à mesma em atraso desde o mês de agosto/2015 até a data da paralização, inviabilizando a manutenção da Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER.

[7] O projeto PRODES (Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite) realiza o monitoramento por satélites do desmatamento por corte raso na Amazônia Legal e produz, desde 1988, as taxas anuais de desmatamento na região, que são usadas pelo governo brasileiro para o estabelecimento de políticas públicas. As taxas anuais são estimadas a partir dos incrementos de desmatamento identificados em cada imagem de satélite que cobre a Amazônia Lega (INPE, 2015).

TerrasClass[8], trabalhadas através de programas específicos de tratamento de imagens, observamos muito dos indicadores acima descritos. Assim, o uso de cartas-imagem em trabalhos e pesquisas de campo, permitiu uma maior aproximação do pesquisador em relação ao objeto de estudo, dinamizou e ampliou nossa percepção espacial.

> O mapeamento do uso e cobertura da terra da Amazônia realizado pelo TerraClass, desenvolvido pelo INPE em parceria com a EMBRAPA e apoiado pelo "Projeto Cenários para a Amazônia", foi a primeira iniciativa de mapeamento para toda a extensão da Amazônia Legal e revelou os usos e coberturas da terra nas áreas desmatadas nos anos de 2008 e 2010. O TerraClass combina diferentes técnicas de classificação e produtos de sensoriamento remoto para produzir mapas de uso e cobertura da terra das áreas de fisionomia florestal que foram desmatadas (ALMEIDA, et al. 2014, p.138).

É importante destacar que o uso de imagens de satélites enriqueceram a análise das territorialidades identificadas no PA Belo Vale, uma vez que são mecanismos de interpretações para se confrontar algumas realidades empíricas. Como nosso foco foi evidenciar as questões ambientais, dentre elas a cobertura vegetal e a diversidade produtiva, o uso das imagens foram enriquecedores na visualização dessas condições e também na compreensão da reprodução social nesse contexto.

Após os procedimentos de coleta dos dados primários e secundários, realizamos os cruzamentos desses dados no intuito de relacionar as variáveis e seus respectivos indicadores, bem como o referencial teórico com a empiria.

[8] O projeto Terra Class, cujo objetivo é qualificar o desflorestamento da Amazônia legal, tendo por base as áreas desflorestadas mapeadas e publicadas pelo Projeto PRODES e as imagens de satélite, apresenta os resultados do mapeamento do uso e cobertura da terra na Amazônia Legal para todas as áreas desflorestadas de até o ano de 2010. Com este resultado é possível fazer uma avaliação da dinâmica do uso e ocupação das áreas desflorestadas, possibilitando a comparação entre o mapeamento 2008 e 2010 (INPE, 2015).

3. TERRITÓRIO E OS ASSENTAMENTOS RURAIS

O presente capítulo se propõe a discutir a construção dos assentamentos rurais no sudeste paraense a partir da retomada da categoria- Território- muito utilizada na contemporaneidade pela Geografia e demais áreas de conhecimento das Ciências Humanas. Isso porque, no nosso entendimento, essa categoria melhor traduz o processo em análise nessa dissertação, pois através delas podemos evidenciar os assentamentos rurais como novos territórios que se reproduzem em permanente conflitualidade.

Haesbaert (2003, p.4) ao refletir sobre a categoria território com diferentes enfoques classifica-os em três vertentes básicas: a primeira ele denomina-a de jurídico-política, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, e no qual, se exerce um determinado poder, especialmente estatal. A segunda é denominada de simbólica cultural (lista), apresenta como fundamental a dimensão simbólica, mais subjetiva; aqui o território é aceito, sobretudo, como resultado da assimilação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido. A terceira e última vertente é a econômica que representa a dimensão espacial das relações econômicas e onde o território é tido como fonte de recursos econômicos, mais também onde se encontram as classes sociais, a relação capital-trabalho, melhor, a divisão territorial do trabalho. Ambas vertentes não estão separadas entre si, constituem a forma e o conteúdo que carrega o território.

A partir dessa categorização, o autor possibilita tornar mais concreta a comprensão do território; "destaca, então, ser o território concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem cultural, não sendo, assim, possível conceber territórios puros" (HAESBAERT, 2010, p. 23). A dimensão das relações de poder é fundamental na comprensão do território, em nível macro e micro.

Mas, para melhor compreender o território é necessário recorrer ao conceito de espaço social. Em Lefebvre (2006), o espaço social se situa igualmente entre o espaço físico, o da materialidade das ações humanas e o espaço mental, da abstração humana. Essas dimensões imbricadas torna-o concreto a partir das ações dos sujeitos nele concernidos; essas ações são concretas, mas também abstratas para esse autor. Nesse âmbito, o espaço é percebido a partir das práticas sociais nele desenvolvidas, também é concebido por meio das representações sobre ele e, por fim, ele é vivido a partir do que os atores produzem e se reproduzem.

Lefebvre (1991, p. 102) defende que é no espaço social que ocorre a materialização da existência humana, ainda, que sem relações sociais ele não se sustenta, posto que, a partir das relações sociais, os sujeitos criam uma determinada leitura e significado do espaço de acordo com o campo de forças em disputas. Reforçando essa compreensão, Santos (1977) destaca que o espaço é detentor de um carácter multidimensional, que possui utilidades distintas mais interligadas: os espaços políticos, os espaços culturais, os espaços econômicos e os ciberespaços:

> [...] Assim o espaço, reproduz-se ele mesmo no interior da totalidade, quando evolui em função do modo de produção e de seus momentos sucessivos. Mas o espaço influencia também a evolução de outras estruturas, e por isso, torna-se um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos (SANTOS, 1977, p. 91).

A totalidade social é o caráter marcante da análise de Lefebvre sobre o espaço. A aproximação do entendimento de território em Haesbaert e, de espaço social, em Lefebvre ocorre por meio da dimensão política, das relações de poder que estão presentes nas duas abordagens. Ainda que Haesbaert parta da dimensão relacional do "micropoder" de Foucault (2014), e Lefebvre (2006), de uma analise marxista na qual o poder emana eminentemente do Estado, é inegável que o território, como espaço social, é constituído a partir de relações de poder, como descreve Fernandes (2005).

Nessa perspectiva ainda, destaca Raffestin (1993, p. 147) que a partir do processo de territorialização dos sujeitos no espaço social, estes se apropriam dele de forma concreta e simbólica. Assim, nesse autor, um território nunca é exclusivamente o que pretendia esta ou aquela classe social, 'mas resulta do jogo multilateral dos múltiplos atores em causa'. A dimensão simbólica tem um lugar relevantes para esse autor, pois "o processo de construção das relações sociais são carregadas da dimensão simbólica que dá concretude a vida social" (ibidem, p. 152).

O esquema conceitual aqui delimitado propõe o território como um espaço constituído a partir das relações sociais, das práticas culturais, das ações públicas, do poder, dos conflitos e das ações coletivas, defendida por Fernandes (1999, 2005). Os autores propostos são importantes para uma compreensão dos várias interpretações do território. No entanto nossa compreensão aqui adotada para o território é que o mesmo e o espaço social estão imbricados na leitura da realidade social, não podem ser tomados em separados, pois a análise das relações sociais presentes neles revela a totalidade dos processos sociais. Nessa perspectiva, Fernandes (2005) nos apresenta um aporte relevante ao considerar que a transformação do espaço em território acontece por meio da conflitualidade, definida pelo

estado permanente de conflitos, no enfretamento entre as forças sociopolíticas que procuram criar, conquistar e controlar seus territórios.

Para esse autor, o processo de criação ou conquista de um território pode acontecer com a desterritorialização e com a reterritorialização dos sujeitos neles concernidos. Reforça o autor que os territórios se movimentam também pela conflitualidade, tal como se evidencia no contexto amazônico em que a sua construção, a partir dos anos de 1970, é marcada pelos conflitos sociais de toda ordem, induzidos por ações políticas estatais. O território não é algo dado, anterior à ação humana, não é mero palco ou cenário de conflitos, mais sim, o resultado de várias práticas sociais e representações territoriais que cada grupo social nele envolvido imprime, constrói como considera Fernandes (2005, p. 25) "[...] Todavia, o conceito de território é utilizado como uma dimensão das relações sociais, enquanto na verdade, o território é multidimensional, constituindo-se em uma totalidade".

Tem-se que a marca das relações de poder definem as dinâmicas do território, como considera Souza (2012), ao analisar o território como o espaço determinado e delimitado por e a partir de relações de poder, que define, assim, um limite e que opera sobre um substrato referencial. O território, portanto, pode estar referenciado a formas jurídico-políticas – exemplo clássico de um Estado-Nação – culturais – de uma associação de bairro dentro de uma cidade e/ou econômicas – de uma grande empresa.

As relações econômicas permeiam as relações e de poder e influenciam na formação territorial, Fernandes (2008, p. 5), afirma que as relações sociais capitalistas produzem relações sociais não capitalistas também; os territórios capitalistas produzem territórios não capitalistas. Esta produção ocorre de modo desigual e conflitante, gerando disputas territoriais permanentes. As disputas territoriais não se limitam à dimensão econômica. Pelo fato do território ser uma totalidade, e multidimensional, as disputas territoriais se desdobram em todas as dimensões, portanto, as disputas ocorrem também no âmbito político, teórico e ideológico, o que nos possibilita compreender os territórios materiais e imateriais. As políticas de dominação e de resistência utilizam o conceito de territórios para delimitar tanto os espaços geográficos disputados, quanto de demarcar os pleiteados.

Neste contexto, é importante ressaltar que, são os atores com suas especificidades de interesses na produção do território e de sua territorialidade que reproduzem relações socioeconômicas diferenciadas conferindo-lhe particularidades muita das vezes complexas. A ação dos atores impregna marcas ao território como, por exemplo, a luta pela terra que é um reflexo da marca dos camponeses no contexto amazônico, ou seja, das relações de poder resultante da produção capitalista na formação dos territórios nessa região.

O que há de comum entre as perspectivas abordadas reside na característica dos territórios serem dinâmicos, políticos, econômicos, culturais e simbólicos. São as marcas da totalidade social. Podemos afirmar que a reprodução social ocorre através das relações materializadas no território que estão em mutação constante, ou seja, de um contínuo de transformações que produzem novos e velhos territórios convivendo e produzindo, permanentemente, novas territorialidades na dinâmica territorial regional, como profundamente destacam os autores abaixo:

> Por território entende-se geralmente a extensão apropriada e usada. Mas o sentido da palavra territorialidade como sinônimo de pertencer aquilo que nos pertence [...] esse sentimento de exclusividade e limite ultrapassa a raça humana e prescinde a existência de Estado. Assim, essa ideia de territorialidade se estende aos próprios animais, como sinônimo de área de vivencia e de reprodução. Mas a territorialidade humana pressupõe também a preocupação com o destino, a construção do futuro, o que, entre os seres vivos, é privilégio do homem (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p.19).

A territorialidade humana é a "face do vivido", "do poder"; é uma relação com o espaço que tenta afetar, influenciar ou controlar ações por meio do reforço do controle sobre uma área geográfica específica Raffestin (1993, p. 158-159), esta embasada na identidade social, cultural que se resiste a reapropriação do espaço, de base territorial; manifesta-se em todas as escalas, desde as relações pessoais e cotidianas até as complexas relações sociais (BECKER, 2010).

A abordagem territorial comporta não só a questão limítrofe de um lote de um PA, por exemplo, através das ações do Estado, com também as lutas e vivências dos atores sociais são transportadas e se reconstroem na coletividade, formando novos territórios, novas territorialidades com dinâmicas próprias, através das políticas públicas, das lutas coletivas e individuais, a especificidade o condiciona a relações únicas, e ao mesmo tempo semelhantes à de outros territórios.

Neste contexto, analisamos os assentamentos rurais como territórios dotados de características próprias no desenvolvimento histórico rural do sudeste paraense, mas que faz parte de uma dinâmica maior e semelhante que é a ampliação do capital. É necessário compreender a diversidade de situações que combinam atividades econômicas, dimensões históricas e culturais, resistência, permanências que partilham de muitas das vezes, de um eixo comum consciente e inconsciente, que vai além da reprodução social de seus atores específicos.

Assim, os assentamentos rurais devem ser vistos como um novo território, não só pelo seu caráter jurídico único de delimitação através de políticas publicas, mas também, através das mudanças das relações estabelecidas neste espaço, das territorialidades neles desenvolvidas. O assentamento incorpora o novo, modificando as práticas sociais, diversificando a produção e introduzindo novas atividades. É relevante então afirmar que, os assentamentos e as territorialidades ganham importância no desenvolvimento da luta pela terra e na dinâmica regional.

3.1. ATORES SOCIAIS E AS RELAÇÕES DE PODER NO ASSENTAMENTO

Os atores e sujeitos sociais presentes nos assentamentos rurais no sudeste paraense, são variados em suas ações socioterritoriais. No caso em analise eles são identificados como: camponês, o Estado, cooperativas de assistência técnicas e as entidades de representação. Suas ações impregnam marcas no território procedentes de uma dinâmica histórica, política, cultural e ambiental são identificados como formação e manutenção dos assentamentos rurais são reflexos.

Para Assis (2014), a região do sudeste paraense na atualidade apresenta uma diversidade dos atores nos territórios rurais, fruto das políticas governamentais desenvolvidas após 1960, que provocaram modificações nas formas de gestão dos recursos naturais, o que pode ser claramente a identificado no desenho da paisagem atual.

Objetivando identificar e entender essa diversidade e as formas de atuação dos atores nos assentamento rurais, em especial no PA Belo Vale, e suas contribuições às dinâmicas locais e as territorializações construídas por eles, retomamos seus mecanismos de territorialização devemos nos ater as temporalidades dos processos sociais, econômicos e políticos desses atores.

O camponês é uma categoria política que tem feito parte dos estudos de vários pesquisadores sobre o território agrário no Brasil e no mundo; optamos por essa categoria por ela melhor traduzir, a luz da análise teórica aqui adotada, a realidade local. Os atores do PA Belo Vale, como camponeses, agem enquanto um grupo social cujas atividades e modo desenvolvidos estão ligados à terra, característica marcante do campesinato.

A família, os laços de vizinhança, o trabalho e a terra vinculam as relações do camponês ao seu território, garantindo a construção de suas territorialidades e tornando possível sua permanência no local frente às dificuldades encontradas no seu cotidiano.

Ademais, esses elementos propiciam a recriação de sentidos e de significados à vida nos seus territórios que apresentam transformações econômicas, sociais e ambientais.

Neste sentido, pensar o campesinato no sudeste paraense, é considera-lo como sujeito histórico que contribui para a formação territorial da região; esta ocorre em contexto de conflitos e resistência pela terra.

Para Hébette (2004), o camponês luta por sua autonomia, é apegado à terra e desenvolve uma estrutura organizacional de que diz respeito ao seu modo de vida, não por simples tradição, mas porque é resistente e por apegado a sua liberdade.

> A persistência do campesinato no interior de uma sociedade globalmente subordinada ao capital e numa área de influencia progressivamente penetrada por relações tipicamente capitalistas de produção apoia-se no intercambio espontâneo entre unidades camponesas e em relação mercantis ao comercio local. Parece depender da vizinhança que sustenta essas trocas. É difícil, por isso, encontrar lavradores isolados nos meio das fazendas [...] (HEBETTE, 2004, p. 151).

Essas correlações de forças na fronteira amazônica propiciaram lutas pela terra, contra a desterritorialização de camponeses e de outras temporalidades amazônicas, como índios, caboclos, quilombos, posseiros, etc. Neste contexto, há a emergência dos movimentos camponeses organizados, através das entidades de representação e mediação pressionando por novos territórios - os assentamentos rurais- resultado da capacidade de luta e reinvenção do camponês.

> A luta pela terra hoje existente no país constitui, de um modo geral, mais um capítulo da história do campesinato brasileiro, movido pelo conflito entre a territorialidade capitalista e a territorialidade camponesa inaugurado com a criação do mercado de terras no Brasil na segunda metade do século XIX. Mas as novidades dessa luta na atualidade são muitas, a começar pelo processo de recampesinização da família sem-terra que se dá com o assentamento destas. Esse processo representa um movimento em sentido oposto ao processo de proletarização em curso no campo e que nega o poder incondicional e avassalador deste, demonstrando que a possibilidade de recriação camponesa (MARQUES, 2006, p.11).

As ações dos camponeses não devem ser compreendidas como ações isoladas do modo de produção capitalista, elas fazem parte desse sistema, porém se colocam como forma de enfrentamento a ele, pois suas lógicas são diferentes, quer dizer, não vislumbram apenas e somente o lucro, mas as suas condições de reprodução social. No caso do PA Belo Vale, por exemplo, essa situação é visível no desenvolvimento de pluriatividades como maneira de produção diversificada de atividades agrícolas e não agrícolas. A prática de pluriatividades proporciona ao camponês a permanência nos lotes de assentamentos rurais, dado o avanço do capital.

O Estado é um ator que interfere significantemente na formação territorial e nas territorialidades presentes nos assentamentos rurais no sudeste paraense. Objetivamente ele se materializa através das ações do INCRA e das políticas públicas nacionais para os assentamentos rurais e para região. Ele tem ação de regulador e fomentador de políticas para essas unidades territoriais e algumas vezes de mediador de conflitos. Uma de suas estratégias é de implementar, nesses territórios, instrumentos políticos e operacionais, enfim de estratégias políticas e de arranjos institucionais que respondam ações dos seus interesses e através dos quais ele possa exercer seu poder.

O Estado ao regulamentar um PA, está institucionalizando um território; quando libera créditos condicionados, abre estradas, fomenta assistência técnica promove, com outros atores, territorialidades, que são baseadas por instrumentos jurídico-administrativas, que tem como função político-burocrática promover procedimentos e práticas intervencionistas para a promoção daquilo que ele considera como desenvolvimento sustentável e de novas relações econômicas, sociais e políticas locais para a reprodução do trabalho familiar (SCHMINK; WOOD, 2012).

Outro ator presente como Estado é a Prefeitura de Marabá, através suas secretarias, principalmente Secretaria Municipal de Agricultura (SEAGRI) e da Secretaria Municipal de Obras e Viação (SEVOP); estas configuram-se como parceiros da Associação do PA Belo Vale APPRCPSR na implementação de apoio através da abertura e reforma estradas, pontes e sazonalmente, realizam o processo de aração e compra de calcário para potencializar o solo.

Resultado dessas parcerias o PA Belo Vale consegue manter suas estradas em bom funcionamento, parte dos lotes são arados, uma escola de 1º ao 5º ano em funcionamento e ônibus escolares para atender as demandas de 6º ao 9º ano e Ensino Médio no centro urbano de Marabá e vilas próximas; essa parceria favorece também contratos de trabalho como funcionários públicos aos camponeses do Belo Vale, que assumem trabalhos na escola do PA ou em outros PAs próximos.

> Temos boa relação com INCRA e com a Prefeitura, você tem que aprender a lidar com esse povo para as coisas funcionarem. O INCRA é mais difícil pra lidar, as coisas mesmo negociadas, demoram pra resolver, tive que aprender na dureza da vida, tenho pouco estudo, como presidente da Associação tive que me virar, agora já estou bem acostumado, e corro atrás das coisas, sei em que sala bater, com quem conversar para aprovar um crédito, documentos, mas é tudo demorado, não é os funcionários não, é o INCRA mesmo. Com a prefeitura conseguimos ir mais rápido, são nossos parceiros desde o início, mas ajeitamos direitinhos os que nos ajudam, quando é eleição, trabalhamos para eleger nossos parceiros, organizo reunião é por causa deles que temos condições de rodar verão ou inverno, o trator vem fazer aração para todos, pagamos o combustível e as horas do operador, a escola e os ônibus pegam nossos filhos para levar para escola, me diz como não povo desses? (ENTREVISTADO, Nº1, 2015).

As relações de poder está presente na fala do entrevistado, ao afirmamos que é mais fácil relacionar com os atores formuladores de políticas públicas, pois eles assumem o papel de mediador do processo junto ao Estado; mesmo com as dificuldades burocráticas ele as justifica com a necessária parceria do Estado que favorece o apadrinhamento político como meio para sanar ou amenizar as dificuldades operacionais e burocráticas que o PA apresenta.

Segundo Assis (2014) a multiplicação de forças associativas nas comunidades e nos assentamentos que surgem no fim da década de 1990 na região, concomitante com o avanço da luta pela terra, provocou transformações significativas nas entidades sindicais. As relações entre os sindicatos e as associações, e entre as associações e suas comunidades foram se processando através dos embates e avanços nas negociações, um processo complexo e não harmônico, mas de riqueza social e política:

> [...] Com a associações emergiram de forma explosiva e estimulada por diferentes atores, portadores de interesses diferenciados, quebrando uma teia de relações baseadas ao longo de muitos anos pelos sindicatos dos trabalhadores rurais [...] Contribuiu para isso o fato de que o tema pela luta pela terra estava progressivamente saindo da pauta de reinvindicação, na mesma medida que as famílias tinham sua situação regularizada. Outras demandas surgiam e eram facilmente conduzidas por outros grupos (ASSIS, 2014, p. 176).

É nesse contexto que emerge em 1998 a APPRCPSR, filiada à FETAGRI, e que se constitui num ator relevante no Belo Vale por facilitar as parcerias, as negociações e os acordos entre ela e o INCRA ou ela e as secretarias municipais, mas vale ressaltar, que é por meio dela que também ocorrem formas de sujeição da associação ao poder do Estado. Segundos dados do atual presidente, em 2016, 92% dos camponeses assentados são associados, esse alto percentual, justifica ele, está diretamente relacionado à concessão de créditos para habitação, para as atividades agrícolas e para a infraestrutura. Reforça, ainda que no PA a relação com Estado é positiva que é expressa no fato de que dos 61 lotes existentes, apenas 4 não consta em RB, isto devido as dificuldades financeiras do INCRA, nos últimos anos.

O Estado possui grande capacidade de atuação no que se refere às ações de infraestrutura, financiamentos nos projetos de assentamentos, etc. Essa atuação depende de vários fatores e interesses políticos e econômicos. A heterogeneidade de sua atuação nesses territórios pode acentuar a desvalorização de um PA em detrimento do outro e consequentemente, interferir na reprodução camponesa e nas estratégias para permanência na terra, a medida que ele pode controlar o PA aos seus interesses.

A presidência da APPRCPSR é exercida por um mesmo representante há mais de 16 anos, que ficou ausente apenas no período de 2010 a 2012, essa permanência no poder é muito comum na história da região, e resulta das concessões e diálogos com os outros atores sociais que se mantem no poder. No entanto, não há uma homogeneidade, nessas relações de poder, elas carregam em si disputas que marcam separações profundas no PA, sobretudo quanto está em jogo as demandas da associação, pois não há um consenso entre os associados, o relato de um assentado é emblemático nesse aspecto:

> A associação só atende os que têm mais dinheiro ou poder político, os que votam nos que eles querem, o trator da prefeitura vem arrumar as estradas da parte perto do lote do presidente, nós que ficamos para esse lado perto do Burguinho, somos abandonados, eu falo para senhora, produzimos pouco, mas se tivéssemos mais ajuda da associação produziríamos melhor, afinal temos que nos ajudar. Eu ando tão desanimado, que nem vou mais para reuniões, só se aprova o que o presidente quer, e promessas e mais promessas, ações pra nós, neca" (ENTREVISTADO Nº 17, 2016).

A formação das associações é uma construção coletiva que trás, interesses diversos, mas também apoio mútuo; os camponeses apresentam uma consciência política dos seus direitos e da sua importância para suas ações políticas, pois reconhecem que ela é voltada para a garantia de sua reprodução social no território.

As empresas de Assistência Técnica- ATES [9] contratadas pelo INCRA para assessorar os PAs também é um ator, emerge para aplicar a política pública de assistência técnica, seu objetivo é assessorar técnica, social e ambientalmente os PAs criados pelo INCRA, seguindo a perspectiva de tornar viáveis os assentamentos. Essa política pública é resultado de anos de luta e reinvindicações dos camponeses no sentido de ampliar e desenvolver práticas com suporte técnico específico para seus lotes.

No Belo Vale esse ator se materializa com as empresas de assistência técnica COOPSERVIÇOS e Ecoassis. A primeira atuou de 2005 a 2009, elaborou o primeiro PRA com o objetivo de "realizar um diagnóstico considerando tanto os aspectos internos e externos do Assentamento, seus potenciais, as necessidades e dificuldades das famílias assentadas" (COOPSERVIÇOS, 2009, p.08) e, a partir dele construir com os camponeses um Plano de Ação que" viabilizasse as potencialidades do assentamento, o propósito de seu plano de ação

[9] ATES (pronuncia-se "atés") quer dizer Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária. É um programa coordenado pelo Incra que ajuda a desenvolver os assentamentos unindo o saber tradicional dos assentados ao conhecimento científico. O objetivo é tornar os assentamentos unidades de produção estruturadas, voltadas ao desenvolvimento rural sustentável, sem perder o foco na preservação ambiental. Os trabalhos são feitos em parceria com instituições públicas e privadas, entidades que representam os trabalhadores rurais e Ongs ligadas à reforma agrária. Atuam equipes compostas por técnicos em Ciências Agrárias, Sociais, Ambientais e Econômicas (INCRA, 2016).

era desenvolver uma agricultura camponesa considerando todas as suas dimensões: social, econômica, política e ambiental" (ibidem, p.09). Em termos de funcionamento realizou os primeiros projetos para liberação dos créditos e prestava assistência na execução dos projetos aprovados.

A segunda empresa Emater prestou assistência de 2012 e 2013, no intuito de auxiliar os projetos que haviam se iniciado ou em projeção no PRA. A terceira empresa denomina-se de Ecoassis, começa atuar em 2015 e foi contratada para atualizar os dados do PRA, acima referido e prestar assistência técnica aos camponeses; não finalizou seu relatório e desde junho de 2016 afirma está desligada do INCRA, o PA desde então está sem assessoria e muitos projetos aguardam liberação de créditos.

As lacunas de tempo entre uma empresa contratada e outra segundo a coordenação da ATES do INCRA SR 27 deve-se as tramitações legais necessárias para se efetivar a nova contratação, considerado um dos grandes entraves para o desenvolvimento das políticas propostas para os PAs no que tange aos projetos e liberação dos recursos.

As estratégias e ações desse ator não são isoladas do Estado, elas são imbricadas na perspectiva de transformar os PAs em unidades territoriais produtivas ao inseri-los na lógica capitalista de produção, mesmo que essa ação contribua para a desconsideração do modo de vida camponês. As maiores dificuldades relatadas são os créditos aprovados condicionados a pecuária ou a algum tipo de atividade que não se aplica as condições ambientais, territoriais, ou interesse do camponês. Outro entrave desse processo está no número de PAs que a empresa assume e o número de técnicos insuficientes para atender as demandas, transformando, na maioria das vezes, a assistência técnica em reuniões nas associações, visitas burocráticas para cumprir as necessidades de liberação de crédito e manutenção das atividades produtivas:

> Dona essas empresas de assistência na verdade não deu assistência técnica, vieram, fizeram reuniões, respondemos um montão de coisas, eles dizem que vão fazer um tanto coisa, que você pensa, agora vai! Ai vem o PRONAF pra gado, eu já recebi uma terra toda capoerada, e recebo dinheiro para 9 vacas e um touro, material pra cerca, e uma dívida, eu nunca criei gado, só plantava, os pastos ruins não deu pra aumentar o gado, fui perdendo reis, os técnicos da empresa viam pra gente assinar as folhinhas e não me dizia como cuidar ou separar pastos, se não fosse minha venda de pão de queijo eu teria que mudar de rumos [...] se eu tivesse alguém pra dizer: vai por aqui! Começa por aqui! Não teria errado tanto e estaria melhor [...] já plantei arroz, não deu direito, plantei milho, não deu também, abacaxi esse deu, mas todos os vizinhos também plantaram e não tinha pra quem vender fácil, erramos muito porque não sabemos pra onde ir direito, e por isso que muitos desistem [...] (ENTREVISTADO Nº 13, 2016).

As reclamações e frustrações dos camponeses se sustentam pela ação nem sempre efetiva da assistência, a conquista da terra é só um passo nesse processo conflituoso, se reproduzir para permanecer é uma luta constante. Estes quando podem, buscam assessorias particulares ou parcerias com a Prefeitura ou com o governo estadual. Na busca de encontrar uma saída para a situação, os movimentos sociais no Brasil e na região tem desenvolvido ações no sentido de capacitar os camponeses através de cursos técnicos e formação superior que garantem uma assistência técnica de qualidade e que reconheça suas especificidades.

Camponeses, Estado, Associação e Cooperativa de Assistência Técnica atuam no PA por meio de uma "aparente" parceria que pode ser compreendida como forma de dominação de um lado e, do outro, como ação de garantir a reprodução social. Ambas as formas coexistem no nosso entendimento, faces de um mesmo processo que está assentado em relações políticas tradicionais, com forte poder clientelista; estes têm sido o caminho percorrido para a conquista de benefícios ao PA, mas também para benefícios pessoais.

É por meio de relações políticas tradicionais que esses atores atuam, recriam e se reproduzem no Belo Vale; num jogo que objetiva ganhos políticos, sociais, ambientais e econômicos que não estão claros da mesma forma para cada um deles, o que favorece a dominação e o controle de uns sobre outros. Os camponeses nesse processo buscam atingir seus objetivos por meio da associação ou não, mas sempre se movimentando no território. É assim que sua territorialidade é construída, no conflito, na disputa, e algumas vezes, na resistência contra o controle ou o impedimento de sua autonomia. Vale lembrar que esse controle também e do capital que também se favoreceu das relações políticas tradicionais.

4. A FORMAÇÃO SOCIOTERRITORIAL DA REGIÃO AMAZÔNICA E A CONSTRUÇÃO DE ASSENTAMENTOS RURAIS NO SUDESTE PARAENSE

A necessidade de se entender os assentamentos rurais no sudeste paraense como novos territórios de reprodução social, cultural e ambiental a partir da compreensão das formas atuais de reprodução social de camponeses que ocupam esses espaços na região de Marabá, pressupõe a análise dos processos que configuraram essa região. As dinâmicas territoriais, nestes territórios, dão-se de maneira contraditória ao longo da história e estão intrinsecamente ligadas por uma multiplicidade de fatores e interesses.

Nos deteremos nesse capítulo em compreender as particularidades da Amazônia em sua formação econômica, social e territorial; as contradições que a região apresenta ao expressar representações do cotidiano, do lugar e da natureza, sobretudo do conflito. Portanto, a região, neste contexto, é onde o homem está integrado, ambientado no e pelo conflito, expressa seus desejos e aspirações e feições, emite juízos, se territorializa e estabelece territorialidades.

Vista, desde os primórdios, como região de grandes potencialidades econômicas, sua ocupação tem início no século XVII, a partir das políticas públicas de manutenção territorial da Coroa Portuguesa, que dinamizaram a ocupação dessa área como forma de garantir a posse do território. Através de fortes militares implantados no curso do rio Amazonas defendia-se, militarmente, o território e, com as missões religiosas neutralizavam os indígenas. A ocupação da Amazônica ganha à dimensão dos rios, única via de transporte da região devido, em tese, ao tamanho e densidade da floresta, bem como sua gigantesca rede de drenagem. No século XIX, o interesse predominante foi a extração da borracha que deu novo impulso a ocupação da região. Cidades como Belém e Manaus cresceram rapidamente (ALMEIDA, 2002).

Até metade do século XX, a ocupação da Amazônia era basicamente constituída de pontos no mapa seguindo o padrão dos rios. Não havia uma dinamização no sentido de se ocupar seu interior, alegando-se dificuldades naturais da região. No entanto, as transformações na região amazônica ao longo de sua história não devem ser vistas como processos estanques e indissociados, uma vez que a organização do território em um dado momento depende da configuração que toma a luta pelo seu controle.

Neste contexto, disporemos mais atenção às mudanças processadas na região amazônica, a partir da década de 1970, “a abertura da fronteira”, período em que ocorrem as

maiores e mais rápidas alterações nas formas tradicionais de organização regional. As transformações socioespaciais deste período deram cunho a novas formas territoriais específicas na Amazônia, dentre elas os assentamentos rurais.

É fundamental destacar que, para este trabalho o debate sobre fronteira não é o foco principal, mais ele se faz necessário ao se afirmar que os assentamentos rurais são novas configurações territoriais na Amazônia, eles emergem desses processos que têm a região como uma fronteira em expansão do capital, no entanto, os camponeses não só "apreendem com o Estado", eles reestruturam-se criam novas formas de gestão além do Estado, reinventam-se na relação com o espaço e as coletividades que se estabelecem. Novos territórios forjados no embate, no enfrentamento do que está posto e nas possibilidades que os camponeses assentados têm para se reproduzir, como também nas dimensões simbólicas, culturais e ambientais.

Neste sentido, são os sujeitos que configuram a fronteira transformam o espaço e os condicionam. Ela é uma zona de transição constante entre os diferentes e os que se reconhecem; as territorialidades desses sujeitos estão em permanente negociação e busca pela legitimação. Para Martins (2009) são os sujeitos que estabelecem e transformam os espaços de fronteira:

> [...] a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade. É isso o que faz dela uma realidade singular. A primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e os civilizados de outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses pobres, de outro. Mas o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. Não só o desencontro e o conflito decorrentes das diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um desses grupos humanos. O desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da história [...] (MARTINS, 2009, p.133).

A conflitualidade coexiste, pois a fronteira comporta diferentes grupos com temporalidades e interesses diversos; a fronteira tem dois lados segundo o autor, com sujeitos que apresentam temporalidades historicidades próprias, como os indígenas, os camponeses e outro com os chamados "civilizados" em que a intolerância e a violência produzem um cenário de total instabilidade e tensão na fronteira.

Portanto, a fronteira é um lugar de constantes disputas de territórios. Estas disputas são realizadas por diferentes grupos que comportam diferentes modos de ver e fazer a vida. A luta pela terra é um elemento agregador e desagregador na fronteira. "É na fronteira que se

pode observar melhor como as sociedades se formam, se organizam ou se reproduzem" (MARTINS, 2009, p. 12).

O sudeste paraense constituirá essa fronteira de encontros de sujeitos, dos conflitos, da violência e da degradação ambiental e humana, sobretudo a partir das politicas de desenvolvimento do Estado na Amazônia.

A presença do Estado é fundamental para dinamização das políticas públicas que modificaram significativamente as relações sociais na gestão territorial na região:

> A maior presença do Estado, por meio da criação de um conjunto de instituições e da propaganda em torno de planos, programas e projetos de desenvolvimento, acenando com a possibilidade de canalização de recursos e outros benefícios, provocou um conjunto de mudanças no cenário econômico, político e na apropriação das terras. Como vimos anteriormente, a apropriação de grandes áreas era inclusive estimulada e legalizada pelo próprio governo (ASSIS, 2014, p. 45).

No sentido de implementar a ocupação da região amazônica, o Estado implanta a rede rodoviária, ampliada com os eixos viários como Belém- Brasília, Transamazônica, Santarém-Cuiabá e Porto Velho- Manaus que serão responsáveis pelo acesso e distribuição da força de trabalho migrante no território. Aliada a este processo tem-se ainda a suplantação do território, antes gerenciado pelos estados, agora sendo área de interesse federal, facilitando suas estratégias de ocupação. Assis (2014) reforça:

> A partir dos anos 1960, as políticas governamentais aceleraram a ocupação da região amazônica e, em especial, o sul e sudeste paraense. O fluxo migratório de diversas partes do país em direção ao sudeste paraense foi quase contínuo [...], com pequenos intervalos entre um evento motivador e outro. A abertura de estradas, a construção de pontes e ferrovias, a descoberta de novas áreas de garimpo, a construção de hidrelétrica, o anúncio de instalação de indústrias, a abertura de fazendas e a política de incentivos fiscais e de crédito funcionavam como elementos de atração para os indivíduos de diferentes regiões (ASSIS, 2014, p. 46).

A base desse esforço em modernizar a Amazônia era o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que preconizou a colonização por pequenos produtores em lotes de cem hectares, em ambos os lados da rodovia. O projeto de assentamento resultado de uma política de colonização dirigida que buscava criar uma prospera classe de pequenos produtores ao distribuir terras agrícolas gratuitamente, em territórios esparsamente povoados. A estrada Norte Sul (PA-150) que ligava as cidade de Marabá e Conceição do Araguaia a Transamazônica, e a rodovia Belém-Brasília formava um corredor através do qual os assentados entraram e ocuparam espontaneamente pequenos lotes no sudeste do Pará. Nesse meio tempo, investidores altamente financiados, de maioria do sul e sudeste do Brasil, aproveitando-se dos lucrativos incentivos fiscais e programas de créditos oferecidos pelo

governo por meio da SUDAM, converteram imensas porções de terras em pastagens ou comparam terras para investimento, especulação (SCHMINK; WOOD, 2012). Assim:

> A colonização dirigida como processo historicamente específico de ocupação de novas terras, adquire aí uma feição própria, diferente de experiências similares de outras áreas, devido ao ritmo da ocupação e a interferência do Estado (ALMEIDA, 2002, p. 28).

Outra feição do processo de inserção da Amazônia no sistema globalizado é o da exploração dos recursos minerais em grande escala, dando cunho aos grandes projetos, resultado de uma aliança entre Estado, multinacionais e setores nacionais. Após 1950 e, posteriormente nos governos militares o estabelecimento de políticas de incentivo a instalação de grandes empresas mineradoras na região, como o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia e o Programa Grande Carajás, esses programas estariam aptos a efetivar a verticalização da produção industrial de bens minerais não considerados detentores de grandes vantagens comparativas. A extração e a transformação industrial de minerais acalentaram, em amplos e diversos segmentos sociais, expectativas de rápida modernização e desenvolvimento (MONTEIRO, 2005). "Na visão do regime militar, a construção de estradas, além de conectar a Amazônia às regiões mais dinâmicas do país, também indicavam as futuras rotas para a mineração em larga escala e a "interiorização" da indústria" (ASSIS, 2014, p. 58).

Segundo Becker (2008), a mobilização da força de trabalho para região constitui-se então, como estratégica para Estado. Ele a promove, através da colonização privada ou dirigida; atraindo migrantes em massa, seja pela propaganda, seja acenando com o emprego em grandes obras viárias e hidráulicas ou com a perspectiva de acesso a terra, estende as redes viárias, urbana e de telecomunicações.

> Nas décadas de 1960 e 1970, as estradas federais foram abertas com maior intensidade. Com isso, acelera-se o *cercamento* das terras e uma redefinição gradativa da rede urbana, tornando-a cada vez mais complexa com o surgimento de novas cidades e municípios. As rodovias conectaram o Sul e Sudeste do Pará às outras regiões do país, inserido-os dentro de um contexto geopolítico de integração ao capitalismo financeiro internacional e nacional (BRIGEL, 2015, p.129).

Nesse sentido, a urbanização da Amazônia apresenta-se como condição para efetivação da produção capitalista, que precisou criar um mercado de trabalho, com uma massa de trabalhadores livres, despossuídos de qualquer meio de produção, como única forma de torna-los assalariados. A cidade, de acordo com Becker (2008) se torna ponto de

concentração de mão de obra, de forma a garantir a circulação de capitais, mercadorias, informações e trabalhadores para as atividades econômicas desenvolvidas na região.

A lógica de ocupação da Amazônia neste contexto, foi de dinamização do território para implementação de políticas públicas para o capital global. Nesta, os capitais internacional e nacional, implantaram ações no intuito de acelerar a produção de produtos primários para exploração, logo as duas fronteiras foram utilizadas, agrícola e urbana com suas especificidades. Nesse processo não foram levados em consideração as territorialidades existentes na região, salvo quando elas inviabilizavam a lógica da dinamização da produção a um custo ambiental extremamente significativo.

A expansão da territorialização agrícola e urbana na região amazônica e no sudeste paraense após 1960 fez-se com incentivos ao latifúndio e exploração dos recursos minerais, segundo Assis (2014):

> Foi neste contexto que surgiram os Pólos de desenvolvimento orientados para atividades produtivas exportáveis. A pecuária de corte e a mineração foram exemplos de setores que mereceram programas setoriais visando sua consolidação. No que se referiu à colonização, o II PDA propôs medidas para consolidação dos núcleos coloniais já instalados orientadas para atender à lógica dos Pólos de desenvolvimento. A consolidação dessa reorientação veio efetivamente com o lançamento do Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), que criou quinze Pólos de desenvolvimento. Além deles foram definidos ainda pólos de desenvolvimento madeireiros, agro-industriais e urbanos. A influência dos empresários do setor agropecuário era tal que chegaram a solicitar que o governo federal declarasse a Amazônia área preferencial para exportação de carne bovina (ASSIS, 2014, p. 59).

A perspectiva de gestão territorial desenvolvida pelo Estado através de seus projetos desenvolvimentistas objetivava a acumulação de capital com os investimentos estrangeiros e dos grandes projetos econômicos. Fundamental nessa visão estava a preferência por grandes investimentos de capital intensivo em detrimento dos pequenos projetos orientados para a absorção mais intensiva de mão de obra. Essa lógica não priorizava os pequenos produtores, as comunidades tradicionais, os povos indígenas existentes na região. Como resultado dessa dinâmica terá o conflito. "[...] A violência tornou-se lugar-comum quando pecuaristas, grileiros e camponeses agricultores entraram em disputa pelo controle dos territórios [...]" (SCHMINK; WOOD, 2012, p. 36).

Ainda sobre este contexto, Assis (2014) complementa:

> Em meados dos anos 1970, o fracasso da colonização oficial era evidente. Enquanto a política de colonização declinava em suas estratégias, o fluxo de famílias camponesas para a região intensificava-se. O governo federal não se mostrava tão confiante numa dinamização econômica a partir de uma lógica de ocupação que priorizasse os pequenos e médios produtores. [...] Na verdade, não se tratava apenas

> de expulsão pura e simples, mas de um processo mais complexo inerente ao avanço do capitalismo no campo, definido por Martins (1991) como sendo um processo de "expropriação" dos trabalhadores rurais (ASSIS, 2014, p. 60).

Os conflitos pela terra na região Amazônica, nas décadas de 1970 e 1980, especialmente no Sudeste do Pará ocorreram não apenas em razão da superposição de grandes propriedades às posses de trabalhadores rurais. Mas, fundamentalmente, é preciso considerar também a disputa, ao mesmo tempo, entre trabalhadores rurais e empresários, comerciantes ou fazendeiros de outras regiões do País, pela posse de uma mesma área de terra devoluta. Além disso, é necessário levar em conta também a ocupação por parte dos trabalhadores rurais de imóveis titulados ou aforados pertencentes, sobretudo, a empresas agropecuárias (PEREIRA, 2015).

No início da década de 1980, o Estado cria o Grupo Executivo das Terras do Araguaia e Terras do Araguaia- Tocantins (GETAT) para agilizar as titularizações de terras e minimizar esses violentos confrontos que persistiam e se multiplicavam. Sobre o GETAT, Schmink; Wood (2012) destaca:

> [...] um poderoso órgão que respondia diretamente ao Conselho de Segurança Nacional. Revestido do poder de agilizar os processos de titulação, o Getat teve como objetivo primordial dissipar as tensões, resolvendo os casos de conflitos de terra mais ameaçadores. O órgão contava com uma burocracia ágil para cumprir seus propósitos [...]. Embora as intervenções fossem designadas para cultivar apoio político, as atividades do Getat tiveram, frequentemente, efeito inverso, enfraquecendo o regime militar, ao invés de fortalecer sua legitimidade politica [...] (SCHMINK; WOOD, 2012, p. 43).

Correlacionando a estratégia do Estado para inserção da Amazônia no sistema capitalista globalizado através de políticas públicas pontuais mais eficazes dentro da lógica de exploração capitalista, Hébette (2004) tece algumas considerações relevantes, afirmando que com a leva de migrantes que vieram para a região ocorreu uma exploração dos recursos naturais desenfreadas, por exemplo, para a abertura de estradas. Consequentemente, a floresta Amazônica sofreu grandes perdas, com o desmatamento desenfreado em prol do "desenvolvimento" para a região.

Para o referido autor o que se verifica na Amazônia é a especulação, a grilagem e a violência, uma vez que neste processo os latifúndios se tornaram cada vez maiores, e a exploração dessa terra acaba gerando consequências, pois não eram "terra sem homens", desta forma a população indígena foi obrigada a deixar suas terras e migrar pra um território desconhecido, perdendo suas terras, sua cultura e seus costumes, seu passado.

O desmatamento no sudeste paraense incidirá em territórios que foram destinados as grandes fazendas pecuaristas, nos chamados “territórios da mineração”, que posteriormente em assentamentos rurais, em todas essas etapas o desmatamento esta presente como prática. Segundo dados do INPE (2014) o desmatamento chegou a mais de 50% da região em 2010, decorrente de fatores, como por exemplo, o avanço da pecuária, do agronegócio, da mineração e urbanização nos últimos cinquenta anos. O desmatamento e a pressão exacerbada sobre as várias fontes de recursos naturais como resultado do que Hébette (2004) chama de “modernização forçada” da Amazônia provoca um reordenamento territorial que incide diretamente sobre a reprodução social dos camponeses e da maioria dos grupos sociais que vivem na região.

Nesta perspectiva, Costa; Godoy (2008) complementam afirmando que o território exprime uma ação imediata de limites sob a superfície e é reconfigurado de acordo com os objetivos dos agentes sociais e pelo contexto histórico em que está inserido. Assim, pode-se admitir que a escala global, sob o comando das lógicas capitalistas, procura impor uma racionalidade a todos os lugares os quais dinamizam as ações no território. Sendo assim, o território pode ser considerado como um produto que acumula diferentes processos de um tempo de sucessões de coexistência; um produto histórico a partir de uma relação de poder sob a ótica produtivista, como aponta Haesbaert.

Após a década de 1990, com o avanço do processo de globalização as noções de espaço e tempo foram reconfiguradas na Amazônia, dando origem a uma sociedade e a uma economia que precisam lidar, constantemente, com a flexibilidade e a conectividade, a tendência é causar impactos e pressionar padrões de governabilidade vigente, tanto na esfera local e nacional, quanto na esfera global (CASTRO, 2005).

Novas territorialidades surgem e as incertezas quanto aos modos de transformação do território são expressivas; os conflitos agrários aumentam, ganham projeções e destaques internacionais, bem como as questões ambientais. A lógica globalizante toma a Amazônia como um espaço a ser preservado para a sobrevivência do planeta.

Coexistem nessa percepção interesses ambientalistas, e também interesses econômicos e geopolíticos, expressos num processo de mercantilizarão da natureza. Essas territorialidades se expressam no espaço agrário do sudeste paraense, onde está em jogo a materialização da luta pela terra enquanto extensão espacial e meio de produção, que geralmente são conflituosas.

4.1 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS NO SUDESTE PARAENSE

A formação histórica do sudeste paraense mostra que ela esteve basicamente ligada ao extrativismo: caucho, castanha, madeira e garimpos de diamantes, ouro, extração de ferro e, posteriormente pecuária e o comércio permeando com mais ou menos intensidade todas essas atividades, ou seja, a territorialização da região esteve atrelada às atividades econômicas desenvolvidas.

A economia da castanha, durante três décadas dominou a economia local sendo comandadas pela família Mutran, Almeida e Moraes. Neste contexto, essas famílias possuíam não só o castanhal onde estabeleciam o aviamento como também, a comercialização da castanha, ou seja, todo o processo produtivo era basicamente monopolizado por elas que, concomitantemente, adquiriram poder político, formando uma verdadeira oligarquia (EMMI, 1999).

Ainda segundo a autora a exploração da castanha marcou a microrregião de Marabá de forma impressionante. Mesmo com a atividade pecuarista tendo ganhado impulso a partir de 1940 e firma-se em 1950, a cidade respirava no período da safra, a movimentação social e econômica gerada pela castanha.

A partir dos anos de 1970, essa realidade começa a modificar-se com a integração da Amazônia ao processo capitalista moderno que alterou as relações existentes na região e em especial em Marabá, pela sua importância no contexto regional. Grandes alterações ocorrem nesse período, principalmente com os incentivos do Estado em estabelecer a pecuária na região distribuindo grandes quantidades de terras e pecuaristas do Sul e Sudeste do país e instituições financeiras nacionais e internacionais.

Becker (2008) reconhece que o conjunto de investimentos públicos e privados alterou principalmente o papel que as cidades exerciam na região, na medida em que o universo urbano passou a servir de base logística para a ação do Estado, e com o decorrer do tempo foi esboçada uma rede urbana com diferentes níveis hierárquicos ao longo dos eixos de rios e estradas, substituindo o padrão dendritico na rede ribeirinha tradicional, característico do período da economia mercantilista. Alguns centros urbanos passam a assumir funções de polo regional, no sudeste paraense, teremos Marabá com cidade mais importante (ALMEIDA, 2002).

Em muitos casos, a mera expectativa de realização de grandes obras estimula processos de especulação fundiária, a abertura de novas frentes de desmatamento e a

ocupação desordenada do espaço. Os investimentos em infraestrutura tendem a provocar uma forte valorização de terras em sua área de influência, mesmo antes de sua realização.

A migração controlada pelo Estado ocorreu entre 1966 e 1985 intensificando a apropriação privada da terra por parte das empresas agropecuárias, grandes fazendeiros, pequenos produtores e grileiros, Lefebvre (1978) denomina este processo como a produção do espaço pelo Estado, isto é, após a consolidação do território o Estado passa o produzir o seu próprio espaço político exercendo, assim, o controle social com base nas normas e leis, imprimindo ao território um controle técnico e político almejando a apropriação física e o seu domínio (BECKER, 1998).

A política de migração para Amazônia mobilizou a força de trabalho representando desse modo, uma das principais estratégias do Estado para expansão da fronteira, pois a região se caracterizava por sua baixa densidade populacional, tornando-se necessário o deslocamento em massa permitindo a organização de um mercado de trabalho regional consolidado. Segundo Becker (1990) para atrair migrantes para a Amazônia o governo utilizava instrumentos como propagandas e ofertas de empregos nas grandes obras implantadas na região, além de possibilitar o acesso a terra.

Os grandes produtores rurais, as empresas agropecuárias os pequenos produtores e os grileiros produzem multiplicidades de formas espaciais que coexistem na região. Dentre esses atores sociais ligados a territorialização do agrário na região as empresas agropecuárias foram as que receberam, concentraram terras e incentivos fiscais e financiamentos. A aquisição de grandes quantidades de terras estava associada a atividade de criação de bovinos; uma vez que a criação de boi de forma extensiva implicava em grandes quantidades de pastos, adquirem além da terra bem localizada para facilitar a busca por força de trabalho, grandes somas em incentivos e empréstimos. Utiliza-se da mão de obra assalariada e incipiente. Esses atores, geralmente grandes empresas multinacionais ou bancos nacionais, funcionaram para o Estado, como grande promotor na apropriação de terras e do desmatamento na região (PEREIRA, 2015).

No entanto, Hébette (2004), afirma que seria incorreto reduzir a esse período de intensa concentração de terras na Amazônia, como também fazer coincidir sua gênese com as medidas do governo central: “seria projetar para a esfera da politica formal (a esfera do Estado) um processo que é eminentemente econômico e pertence à sociedade civil” (HÉBETTE, 2004, p 43). Seria Projetar para esfera da política um processo histórico de concentração de terras que vem desde o início da colonização do Brasil. Com a Lei de Terras,

1850, ocorreu a transformação da terra em mercadoria no mesmo tempo em que garantiu a posse da mesma aos antigos latifundiários (EMMI, 1999).

Segundo a autora a aquisição de terras devolutas, gerou polêmicas e controvérsias entre as regiões Norte e Nordeste e as regiões Sul e Sudeste, pois inviabilizava que os estados, principalmente do Norte, com maior percentual de terras devolutas gerissem esses "espaços vazios", essa realidade só se altera 11 anos depois com a transferência de terras devolutas do patrimônio da União para os estados, previstas na Constituição Republicana de 1891; a região Norte se beneficiou com a formação de novos latifúndios, uma vez que essas terras ao serem transferidas para os estados passam para o controle das oligarquias regionais que delas vão se apropriar (EMMI, 1999, p.48).

Neste contexto, a gerência das terras devolutas pelos estados foi marcada pelas relações de poder e clientelismo e formação de novas oligarquias agrárias. A partir de 1930, até o início da década de 1950 a forma predominante de apropriação de terras no Pará foi o arrendamento, que consistia em um instrumento político, através de uma intermediação entre prefeitura e governo do estado, que geralmente seguia as orientações dos gastos municipais. A partir de 1954, entra em vigor a Lei 913 que generaliza o aforamento[10] (EMMI, 1999).

A expulsão e a expropriação de posseiros por empresas e proprietários rurais do Centro-Sul do País, especialmente na Amazônia, era o principal fator dos conflitos e das violências que ocorreram em razão dos confrontos e das disputas por terras na região. Os posseiros eram migrantes de longa data, sobreviviam das lavouras de subsistência (arroz, feijão, fava, mandioca, milho etc.) combinadas com criações de animais, produção extrativista e o uso da pesca e da caça e não possuíam nenhum tipo de documento que os legitimasse como proprietários de suas terras (PEREIRA, 2015).

> Os conflitos pela posse da terra na região de Marabá ganham maior evidência a partir da década de 1970 e recrudescem nos fins desta, tendo se acentuado não só em número como em manifestações de violência no início da década de 1980. Esses conflitos opõem: grupos de trabalhadores rurais recém- chegados à área, ou de moradores antigos e grupos indígenas aos representantes da oligarquia da castanha e componentes da empresa capitalista que se expande na área: pecuaristas do Centro-Sul e ligados ao capital financeiro [...] (EMMI, 1999, p.123).

[10] Baseado na Lei Estadual 913, o aforamento consistia na firmação um acordo de concessão de terras, para uso por um período de 99 anos pelo foreiro, mas a terra continuava sendo do estado, toda transferência de foreiro necessitava de anuência do estado. Na prática as clausulas constantes nos contratos de aforamentos nunca foram observadas e os foreiros tornaram-se de fato os donos das áreas concedidas. No Pará, os aforamentos abrangem um período que vai de 1955 a 1966, posteriormente só serão adquiridos por transferências de direitos dos foreiros originais (EMMI, 1999).

Aqui nos remete novamente a Martins (2009) que diz que a região é permeada pelo conflito, pelo encontro e desencontro, do encontro de diferentes vivências e temporalidades, de culturas que se chocam. Quando a pressão se junta com a falta de alternativa, o conflito é eminente. Ainda sobre, o autor afirma:

> [...] é inteiramente outro tempo histórico do pistoleiro que mata índios e camponeses a mando do patrão e grande proprietários de terra: seu tempo é o de poder pessoal da ordem política patrimonial, e não o de uma sociedade moderna, igualitária e democrática que atribui à instituição neutra da justiça a decisão sobre os litígios entre seus membros. A bala do seu tiro não só atravessa o espaço entre ele e a vítima. Atravessa a distância histórica entre seus mundos, que é o que os separar. Estão juntos na complexidade de um tempo histórico composto pela mediação do capital, que junta sem destruir inteiramente essa diversidade de situações (MARTINS, 2009, p.139).

O processo de distribuição de terras na Amazônia pelo Estado materializa-se em 1970 com a criação do INCRA. Este órgão assumiu o papel de organizar a política de terras do governo. Por um lado, os focos de tensão fundiária nas áreas de ocupação consolidada, a luta pela terra por pequenos agricultores com ou sem terras seriam foco de ação governamental coordenada. Por outro, no lugar de promover uma mudança na estrutura fundiária nos locais de conflito com a instituição de uma reforma agrária, a opção governamental foi abrir novas áreas de ocupação, distribuindo terras públicas em territórios ainda inabitados.

O deslocamento do eixo da política fundiária, com o INCRA agindo, sobretudo, com seu modelo de colonização, em detrimento de uma reforma agrária é crucial como explicação da dinâmica territorial brasileira desde então (TOURNEAU; BURSZTYN, 2010).

Para Pereira (2015) os grupos sociais estiveram envolvidos na luta pela terra, na Amazônia e especificamente no sudeste do paraense, desdobradas em diversas estratégias e táticas de enfrentamentos, disputas, combates e negociações. O trabalho desse autor é importante para se analisar os conflitos na região no período compreendido entre os anos que estão na segunda metade da década de 1970 e a primeira metade da década dos anos 2000, tempo em que os conflitos e as violências em torno da terra, nessa parte do território amazônico, aconteceram não só em virtude da expulsão e expropriação dos posseiros[11] que há muito tempo ocupavam áreas de terras devolutas, mas também e, sobretudo, devido aos

[11] Não trabalharemos com essa categoria mais é importante descreve-la, pois faz parte da história agrária da região e esta implícito no trabalho citado. Para Pereira (2015) posseiro é todo trabalhador rural que, não sendo proprietário rural, possua e trabalhe com sua família um trecho de terra, em áreas consideradas devolutas, caracterizado como suficiente para garantir-lhe a subsistência, o progresso social e econômico e, sem oposição nem reconhecimento de domínio alheio, tenha-o tornado produtivo por seu trabalho e nele tenha sua morada habitual.

embates, simultâneos, entre trabalhadores rurais e empresários, comerciantes ou fazendeiros migrantes do Centro-Sul do Brasil, pelas mesmas áreas de terras devolutas consideradas novas.

Nesse período os ocupantes de terras eram conhecidos também como posseiros. Só a partir da segunda metade da década de 1990 que passaram, aos poucos, a ser chamados de sem terras, porque as suas estratégias e táticas de luta também mudaram. Ao mesmo tempo em que a transição de posseiro para sem terra foi se materializando no contexto da luta pela terra na região, deixou marcas profundas no território advindas daqueles que foram excluídos de todo esse processo. Surgiram milhares de famílias de Sem Terra e aumentaram a violência e os conflitos no campo brasileiro. Surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que se territorializam em assentamento. Segundo Fernandes (1999), ao longo dos anos 1980 e 1990, as ações do MST tiveram sucesso, fazendo com que as ocupações se tornassem muito mais constantes e o número de pessoas envolvidas aumentasse significativamente (PEREIRA, 2015).

O avanço da luta pela terra impulsionada pelos movimentos sociais no sudeste paraense levou à construção de uma série de assentamentos rurais, redefinindo em parte a posse e uso da terra, configurando um novo mapa fundiário na região e ampliando significativamente o que Almeida (2006) chamará de territorialização do campesinato no Sudeste do Pará.

O MST encontra-se inserido em toda a trajetória de luta dos camponeses, mas, apresenta-se como o movimento de maior destaque, por ter uma organização mais sólida, de caráter nacional. Sua organização política e luta baseia-se no binômio de ação acampamento-assentamento.

> O acampamento enquanto estratégia de luta dos trabalhadores rurais [...] não fazia parte dos planos da organização dos posseiros no sul e sudeste do Pará até o final da década de 1980 e nem das entidades de mediação como a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Para direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) [...] e para CPT, a forma como o MST lutava pela terra era a transposição de um modelo sulista sem levar em conta as experiências locais. Consideravam os militantes do MST, às vezes, um tanto inflexíveis diante de seus pontos de vista e teimosos em reproduzir, na Amazônia, a mesma estratégia e metodologia, sem considerar as dinâmicas próprias específicas do lugar (PEREIRA, 2015, p. 295).

Esse processo de "territorialização" do MST no sudeste paraense evidencia dois movimentos: o primeiro da tentativa de territorialização de uma nova metodologia da luta pela terra e um segundo de resistência dos agentes aqui existentes, mudar as relações, o modo de fazer- ou seja, práticas sociais dos sujeitos existentes é complexo e muitas vezes, sucinta o

persistir. O MST para se territorializar enquanto movimento singular de representação na região precisou mostrar que suas estratégias produziam melhores resultados e neste processo, teve suas ações influências pelo fazer dos sujeitos existentes. Portanto, como afirma Raffestin (1993), o território resulta da ação dos atores sociais, que são marcados pelas relações de poder, [...] do Estado ao indivíduo passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontramos atores 'produzem' territórios [...], em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados [...] (Ibidem, p. 152).

Segundo Silva (2003) a luta pela terra imprimiu no Brasil, a partir de 1984, uma nova forma de ocupação econômica do território: os assentamentos rurais. Do processo de luta resultou a criação do primeiro assentamento no país, em março de 1984, quando o governador do estado de São Paulo, Franco Montoro, assinou a desapropriação de uma área de 13.310ha e assentou cerca de 561 famílias na Gleba XV de Novembro, que representa o marco desta nova forma de ocupação que acontece no território do Pontal do Paranapanema - SP.

4.2 ASSENTAMENTOS RURAIS COMO NOVOS TERRITÓRIOS

O INCRA (2016), em sua página oficial, define assentamento rural como um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, instaladas onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a um único proprietário, cada uma dessas unidades, chamadas de parcelas, lotes ou glebas é entregue pelo INCRA a uma família sem condições econômicas para adquirir e manter um imóvel rural por outras vias. O tamanho e a localização de cada lote são determinados pela geografia do terreno e pelas condições produtivas que o local oferece.

Para Fernandes (1999) os assentamentos rurais não são apenas unidades demarcadas pelo poder público, mas territórios em disputa e que estão em constante construção, onde as relações sociais nele estabelecidas podem garantir a reprodução social dos atores constituidores materializados no espaço, com características próprias que devem ser levadas em consideração para uma compreensão mais próxima das suas especificidades. "O assentamento é o território conquistado, é, portanto um novo recurso na luta pela terra que significa parte das possíveis conquistas representa a possibilidade da territorialização" (FERNANDES, 1999. p. 181).

Neste contexto, concebemos os assentamentos rurais como novos territórios, não só por constituir espaços delimitados pelo Estado únicos, mas também por ser resultado de relações sociais, de lutas, conflitos e relações de poder de ação de atores. São novos também porque emergem de políticas.

Ao longo dos anos, os assentamentos aparecem como a consagração da luta pela terra, que logo se desdobram em novas perspectivas de produção, renda, moradia e condições dignas de vida e de trabalho. Pode-se especular assentamentos como ponto de chegada, ou seja, o acesso a terra permitindo a integração social. No sudeste paraense a luta pela terra segundo Pereira (2015) manteve a Reforma Agrária na pauta do Governo, o deslocamento da luta pela terra do posseiro para o sem terra, permitiu que o Estado criasse uma política de arrecadação de terras públicas e desapropriação de latifúndios, criados no período da exploração de castanha, os títulos de aforamento. Mesmo não sendo uma politica de Reforma Agrária de fato, as realidades socioeconômicas no meio agrário não permitiu que houvesse mudanças estruturais. No entanto, teve um aumento expressivo de PAs a partir de 1996. O primeiro PA criado na região foi em 1987, o Castanhal Araras, em São João do Araguaia, nesse mesmo ano mais 05 foram criados.

> Entre 1987 e 2006, o INCRA criou [...] 473 PAs e assentou 85.057 famílias e mais de 4 milhões de hectares de terra. Até o final de 1996, existiam, nesse território, apenas 86 PAs. Após esse ano, devido à luta dos trabalhadores rurais, beneficiados pela repercussão nacional e internacional do Massacre de Eldorado dos Carajás[12], quando o Governo Federal tomou medidas para assentar as milhares de famílias [...] (PEREIRA, 2015, p.312).

O avanço do número de PAs no sudeste do Pará foi expressivo, principalmente no período de 1997 a 2006, dentre eles o PA Belo Vale. Segundo INCRA (2016), a região pertencente a SR 27 possui 452 assentamentos com mais de dez anos, comportando 66.567 famílias e 59 assentamentos rurais com menos de dez anos comportando 5.652 famílias, perfazendo um total na atualidade de 511 assentamentos rurais e 72.211 famílias. Analisando esses dados e de Pereira (2015), que criou uma periodização, percebemos algumas variações importantes. A tabela 03 é uma atualização dos dados apresentados pelo autor, utilizando as mesmas variáveis: o número de PAs, famílias e área de abrangência total, nos períodos de 1987- 1996 e de 1997-2006, tendo o Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA), da Superintendência Regional do INCRA- 27 (SR-27)[13], atualizamos de 2007-2016.

Tabela 03: Número de PAs, famílias assentadas e área desapropriada na SR-27

Períodos de Referência	**1987-1996**	**1997-2006**	**2007-2016**	**Total**

[12] O episódio que ficou mundialmente conhecido como Massacre de Eldorado dos Carajás, ocorreu em 17 de abril de 1996, onde dezenove trabalhadores rurais sem terra foram mortos pela polícia militar na chamada curva do S próximo a cidade de Eldorado dos Carajás no sudeste do Pará.

[13] Superintendência Regional do Sul e Sudeste do Pará abrange 39 municípios do sudeste do Pará.

Nº de Assentamentos	86	387	38	511
Número de Famílias	35.243	51.814	51.814	72.211
Área (ha)	1.988.555,8890	2.406.999,0915	329.765,6081	4,679.037,2400

Fonte: INCRA/SIPRA, 12/05/2016; Organização: Airton dos Reis Pereira;
NOTA: atualizado pela autora

A datação proposto pelo autor segue a dinâmica no processo de criação dos PAs na região, os primeiros foram criados em 1987 e seguiu um ritmo de conquista lento, as lutas pela terra ainda rendia resultados pequenos, o enfrentamento direto, e atuação pontual dos STR, CPT, FETAGRI e desarticulados em nível regional. A chegada do MST após 1990 e o Massacre de Eldorado dos Carajás, dentre outros fatores, forçou o Estado a dar um salto no número do PAs, de 1997-2006. Este nos chama atenção que os anos de maior número de famílias assentadas foi de 1997-1999; de 2000- 2006 esse volume cai, resultado das políticas nacionais para contenção da ocupação de terra no país, como a Medida Provisória nº 2.183-56/2001[14], e a consequente "criminalização dos movimentos sociais". Sobre esse possesso histórico, Michelotti (2008) reforça:

> [...] esse processo de criação de assentamentos, a partir de 1987 no Sudeste do Pará, é altamente heterogêneo. Por um lado, sua heterogeneidade é fruto das variações no seu ritmo e intensidade, em função das modificações na correlação de forças entre movimentos sociais e sucessivos governos, dado que nunca se constituiu numa efetiva reforma agrária e sim numa regularização fundiária reativa às lutas pela terra. Por outro lado, porque nesse processo, houve regularização de terras ocupadas de maneiras completamente distintas, desde antigas ocupações de posseiros da década de 1970 até ocupações mais recentes organizadas por múltiplos movimentos sociais, orientados por estratégias diferenciadas (MICHELOTTI, 2008, p.9).

Os dados de 2007 a 2016 são mais um dado que evidenciam essas medidas, neste período foram criados apenas 38 PAs, e temos um déficit no número de família assentadas em mais de 14 mil, seguindo os dados do quadro proposto por Pereira (2015). Nos deparamos

[14] A Medida Provisória nº 2.183-56/2001 foi, por exemplo, um dos procedimentos que o Governo Federal encontrou para evitar as ocupações de terra e de prédios públicos. De acordo com essa lei, qualquer imóvel ocupado por trabalhadores rurais não poderia ser vistoriado, avaliado e desapropriado para fins de reforma agrária até dois anos seguintes à sua desocupação e o dobro desse prazo caso houvesse reincidência. Ainda de acordo com essa Medida Provisória, as pessoas que participassem dessas ocupações de terra ou de prédios públicos seriam excluídas do Programa de Reforma Agrária do Governo Federal e as organizações identificadas nesses atos estariam excluídas de receber, a qualquer título, recursos públicos. Esses procedimentos impactaram diretamente o processo de luta dos trabalhadores rurais pelo acesso à terra em todo o Brasil. Essa Medida Provisória continuou durante todo o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, sem qualquer alteração, fortalecendo, assim, as ações de reintegração de posse impetradas pelos proprietários rurais. Só entre 2005 e 2006, segundo os dados da CPT, no sul e sudeste do Pará, 5.000 famílias foram despejadas das terras que ocupavam e 98 trabalhadores foram presos pela PM. Nesse período, 19 trabalhadores foram assassinados e 23 outros foram feridos a bala por pistoleiros e seguranças de fazendas (PEREIRA, 2015, p. 314-315).

com duas questões: a primeira é o da redução de famílias nos PAs da região, seguindo os dados tabulados por Pereira, e a segunda no déficit de PA com menos dez anos, uma vez que o INCRA (2016) afirma ter 59 assentamentos com menos de dez anos. A área passou de um total acumulado até 2006 de 4.395.555.9805 ha para 4,679.037,2400 ha em 2016 , uma diferença de 329.765,6081, conforme tabela acima ha em dez anos , fica evidente a dinâmica de desaceleração da criação dos PAs na região.

As disparidades evidenciadas no número de PAs com menos de dez anos, se explica pelo período de colheita dos dados, como os meses de criação do PA variam, teríamos ai vários PAs que já não teriam menos de dez anos.

Quanto ao de número de famílias temos alguns indicativos, o primeiro é a dificuldades de se reproduzir enquanto camponês; o PA quando criado tem uma capacidade de lotes, que às vezes não são preenchidas e/ ou nos primeiros anos há um percentual significativo de vendas de lotes, por dificuldades em se manterem, seriam os assentamentos em áreas distantes de centros urbanos, com dificuldades de logística, estradas para locomoção e comercialização de produtos, ou com dificuldades ambientais; o segundo, lotes desmatados, sem fontes de água sustentável, com solos desgastados, impossibilitando a reprodução desse camponês no lote.

> Quando criamos um PA, assentamos e fornecemos os créditos iniciais, depois ofertamos dentro do possível as infraestrutura para o PA, estradas, créditos posteriores para se manterem na terra, mas mesmo assim temos enfrentado um percentual de abandono em PAs mais afastados da sede do INCRA; as vendas ilegais elas existem em todos, infelizmente, mas não temos pessoal e estrutura para cobrir todas as necessidades dos assentados. O que temos visto é que eles vendem facilmente um lote e voltam a nos pressionar por outro lote, esse ciclo não tem fim, porque não temos estratégias viáveis para mantermos todos os assentados nos lotes. Para você ter uma ideia o PA Sereno aqui de Marabá mesmo, criamos em 1988, com capacidade para 557 lotes, temos 192 lotes ocupados, outro é o PA Tucumã na cidade de Tucumã, criado em 1991 com capacidade de 6.500 lotes, tem 3.561 lotes ocupados, esses dados são de 2015. E estou falando de dois PAs, se pegarmos o SIPRA e comparar capacidade com ocupação, terá um percentual de mais de 20% de diferença entre capacidade do PA e sua ocupação efetiva, isso é significativo! (ENTREVISTADO Nº 22, 2015).

A venda de lotes para outros, em muitos casos tem gerado a aquisição de vários lotes por novos atores, ligados a pecuária, e mais recentemente à soja. Um terceiro indicativo é a mineração, os territórios dos assentamentos rurais foram criados sobre territórios que já estão concedidos a mineração e quando a mesma precisa usar o subsolo, no caso, a Vale, ela o faz independente das territorialidades criadas nesses PAs.

Mesmo com tantos entraves, disputas e conflitos, Pereira (2015) nos chama atenção que é inegável a importância da luta pela terra na região que garantiram a conquista de assentamentos rurais, redefinindo novos territórios no espaço agrário do sudeste paraense.

5. PA BELO VALE: REPRODUÇÃO SOCIAL, PLURIATIVIDADE E TERRITÓRIO

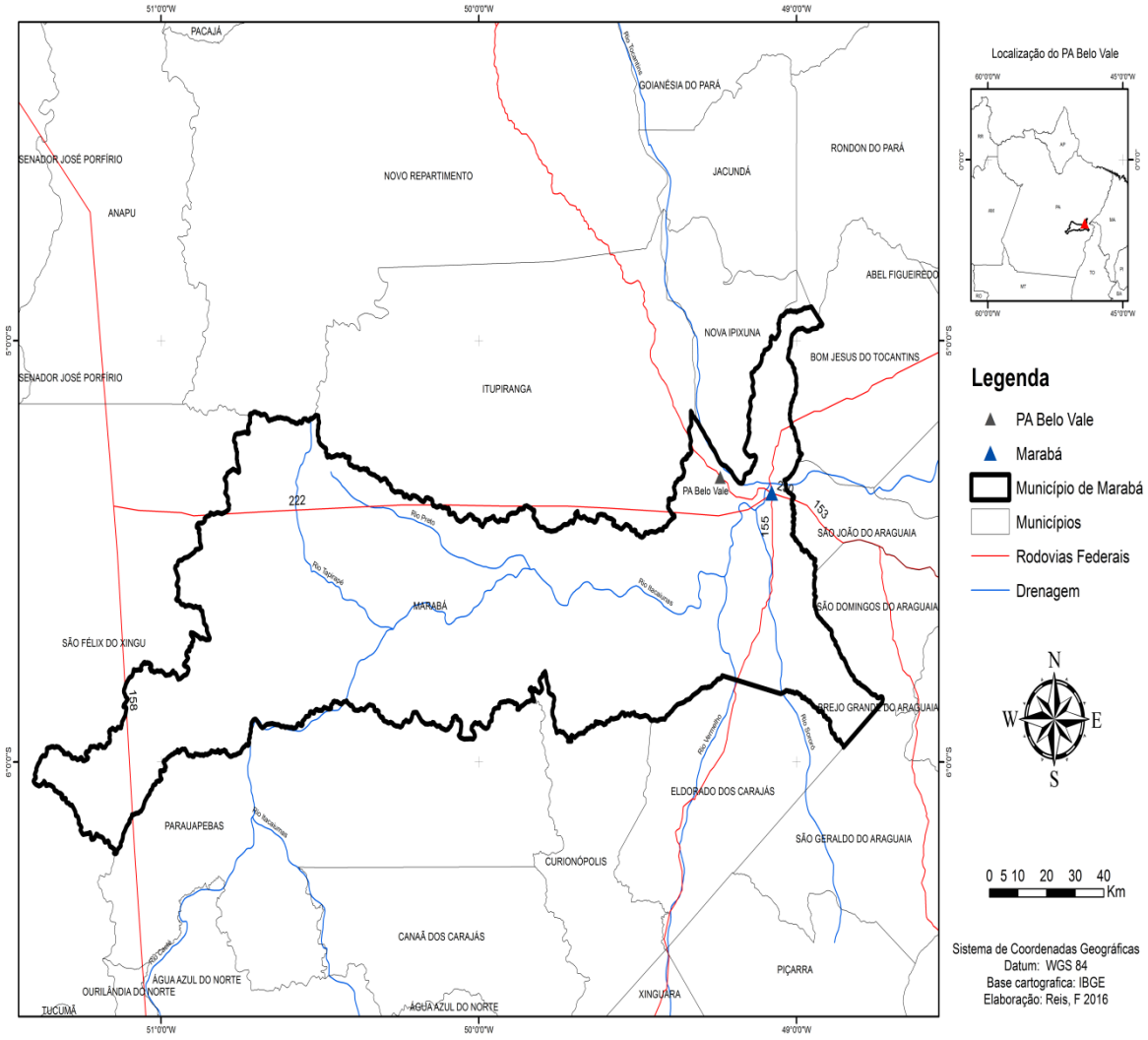
5.1. UM POUCO DE CADA COISA: O PA BELO VALE

O PA Belo Vale está situado na Macrorregião sudeste paraense, ao norte da sede do município de Marabá, numa distância de aproximadamente 16 km. Sua área corresponde àquela chamada "Polígono dos Castanhais" [15]. Ele faz frente com o rio Tocantins, que está à direita, junto à área desapropriada pelo Estado para implantação da 2ª etapa do Distrito Industrial de Marabá (DIM). À esquerda, do mesmo lado do Assentamento, está a Penitenciária Agrícola Mariano Antunes e o PA Grande Vitória. Aos fundos, ele faz fronteira com o PA Palmeira Jussara e áreas de fazendas privadas; possui um perímetro demarcado com uma extensão de 22.523,009 m² (SANTOS, 2012).

Sua localização é privilegiada em relação ao seu acesso através da estrada que liga o assentamento ao centro urbano do município de Marabá, a rodovia Transamazônica BR – 230, asfaltada e em boas condições de trafegabilidade, facilita o deslocamento ao centro distante apenas 16 km o que lhe conferem características próprias e influenciam na reprodução social dos camponeses. A figura 2 ilustra essa proximidade e localiza cartograficamente o PA no município de Marabá.

Figura 1: Mapa: Localização do PA Belo Vale

[15] Área de maior influência de castanhais na região do Tocantins. A partir dos anos de 1980, quando os conflitos fundiários se tornaram mais intensos, a expressão "polígono dos castanhais" tornou-se referência obrigatória nos documentos oficiais para designar a região dos castanhais, localizada no sudeste do Pará, principalmente em Marabá, São João e Xinguara. (EMMI, 1999).



Sobre o Polígono dos Castanhais, Bringel (2015) relembra que foi uma área de predomínio da exploração da castanha, atividade que se desenvolveu no final da exploração da borracha[16], no sul e sudeste paraense; a castanha do Pará, nessa região, foi responsável pela garantia de uma forma de acumulação primitiva, não conseguindo ter o mesmo potencial econômico que a borracha atingiu, porém supriu uma lacuna econômica importante no local e foi responsável pela reestruturação socioespacial e política do setor econômico regional;

[16] O caucho é uma das espécies vegetais produtoras do látex, parente da seringueira; a extração do caucho se dá de forma diferenciada da "sangrado" golpes de machadinha e posteriormente a árvore é derrubada, pois o caucho não renova sua seiva como a seringueira da qual se extrai por longos anos. Na região sudeste do Pará, devido sua forma de extração teve um período curto de extração que se estendeu de 1920 até meados de 1940. Economicamente influenciou na organização política e econômica da regi do município de Marabá. O caucho foi substituído pela castanha que já vinha sendo produzida junto com caucho, mas com declínio da produção de borracha no cenário mundial e "dizimação dos cauchais", a partir de 1940, passou a representar a principal fonte de economia de Marabá (ALMEIDA, 2002).

posteriormente, a pecuária e o minério assumem relevância econômica. Ainda sobre a exploração da castanha destaca-se:

> [...] o poder político sustentava então o domínio político das grandes famílias locais [...]. Mas é na concorrência pela terra que, principalmente a partir da década de 1970 que começa a se manifestar o declínio dessas famílias; com o PIN [...] o domínio mercantil vai ser forçado ao capital industrial e financeiro. (EMMI, 1999, p.15-16).

Destacar que o PA Belo Vale está localizado no Polígono dos Castanhais é localizá-lo num espaço político e, socialmente construído por territorialidades camponesas e de grandes proprietários de terras, os latifundiários. A localização do PA Belo Vale é um dos fatores que permite uma diversificação das atividades produtivas e das relações sociais de seus moradores com o espaço. A proximidade do PA com o centro urbano de Marabá é resultado das novas estratégias de luta pela terra na região, muitas delas influenciadas pelo MST, ao orientar as ocupações de áreas próximas às estradas principais da região, pois assim facilitaria o escoamento e circulação de mercadorias e de pessoas; também em áreas que davam acesso à educação e à saúde. Essa estratégia garantiria, ainda, o alcance da autonomia do assentamento em relação ao INCRA como considera o agente da CPT:

> [...] jogar o camponês para longe das estradas e do urbano, era uma forma de minar a viabilidade do próprio assentamento; quanto mais longe, mais difícil a reprodução social, logo eles vendem os lotes, se legitima, o que o Estado nos quer dizer sempre: camponês não quer terra para trabalhar e sim para vender. Nesta perspectiva buscamos terras cada vez mais próximas da cidade, o PA Belo Vale é um exemplo desse processo; lutamos e conseguimos, e tá aí deu certo, é um PA que funciona, a venda de lotes é pequena, a produção é diversificada, nossa colaboração lá se se restringiu em mediar a conquista pela terra e após a criação, nos primeiros passos na busca pelos créditos. Na atualidade, pouco colaboramos com as atividades do PA, "eles caminham com as próprias pernas", isso é importante, não quer dizer que não haja dificuldades, elas sempre estão presentes na vida dos que lidam com a terra e tentam se manter nela, no entanto, nossa participação, a nosso vê não é mais tão necessária quanto nos outros PAs que temos demandas mais complexas [...] (ENTREVISTADO Nº 21, 2016).

A especificidade da história do PA Belo Vale, remonta aos anos de 1998, quando foi organizado um acampamento por 182 famílias, em uma área chamada de Gleba[17] Santa Rita, na área da antiga Fazenda Belo Vale pertencente ao Sr. João Queiroz, possuidor de um título

[17] Segundo a Lei Nº 6,766, de 1979 definiu gleba é a área de um terreno como um todo, inteiro, que ainda não foi dividida em lotes, isto é, ainda não foi parcelada em lotes para que se possa dar inicio a um parcelamento do solo ou loteamento. Também pode ser a área que ainda não sofreu desmembramento. Quando parcelada, a gleba deixa de existir como um todo sendo dividida em vários lotes de menor tamanho ‘’que, pronto o loteamento receberá escritura e matricula em separado e possibilidade de construção Portanto, Juridicamente na matricula imobiliária, a Gleba se extingue e passa a existir como coisa loteada.

de aforamento para a exploração de castanha. O acampamento é considerado um primeiro momento de um processo de conquista da terra, onde os interessados criam seus espaços familiares e de organização política. No sudeste paraense esses acampamentos marcam a história de luta pela terra, acima referida. Na fase do acampamento que levou a constituição do PA Belo Vale várias entidades apoiaram as famílias tais como: FETAGRI o STR e a CPT.

> A partir de 1997, a cidade de Marabá passou a ser o palco das mais expressivas ações coletivas dos trabalhadores rurais do sudeste paraense, com a realização dos "Grandes Acampamentos". Os principais protagonistas dessas ações foram: os agricultores familiares organizados pelas entidades sindicais (Fetagri Regional Sudeste e Sul e os STRs a elas filiados) e os trabalhadores sem terra organizados pelo MST [...] e um conjunto muito diverso de entidades de apoio, dentre as quais a CPT. O "Grande Acampamento" como um fato político de relevância regional obrigou os atores sociais a demarcarem posições e a tomarem decisões em função dos seus interesses. A característica mais marcante dessa ação coletiva, no entanto, foi a de ter sido desenvolvida pelas entidades sindicais, que detinham a filiação da maioria dos agricultores familiares e pelo MST que se encontrava ainda numa fase de consolidação na região (ASSIS, 2014. p. 154).

Entre o período de acampamento, a ocupação dos lotes e a regularização do assentamento pelo INCRA transcorreram mais de cinco anos; o primeiro passo foi à desapropriação e a divisão da área em 03 Projetos de Assentamento: Palmeira Jussara, Santa Rita e Belo Vale. No dia 07 de Março de 2003 o INCRA decretou a desapropriação e no dia 01 de Setembro de 2003 foi instituída a portaria Nª 019 de criação do Projeto de Assentamento Belo Vale.

> A conquista do assentamento foi pacífica, o dono da fazenda queria a desapropriação para ser indenizado pelas benfeitorias, então no segundo ano, no caso em 1999 nos dividimos, cada um pegou um pedaço de terra e foi plantar, uns pegaram áreas maiores, outros menores para ir sobrevivendo, quando o INCRA veio repartir os lotes quis redividir, ai, em reunião, INCRA e nós da Associação, decidimos que ficaria como estava, tinha gente com roças, com sua fonte de água, quem tinha pouca terra já estava conformado. Porque mexer? Só daria problemas [...] (ENTREVISTA Nº 01, 2015).

A conquista pacífica que o entrevistado se refere, evidencia as novas formas de enfrentamento e organização dos camponeses na luta pela terra, que Pereira (2016) considerará como o processo de "o deslocamento da luta pela terra na região sudeste do Pará". As estratégias de ocupação e luta pela terra se modificam. Para esse autor, entre 1970 a 1996 proximamente, preponderou, na região a lógica, e/ou estratégias de luta e permanência na terra do posseiro, que resulta da história da migração e das políticas públicas que não contemplaram as populações locais.

A partir da década de 1990 com a chegada do MST na região e sua metodologia voltada não apenas para posse e, sim, para legitimação e busca de mecanismos de permanência e ampliação das relações de produção, modificou a forma de luta pela terra, ou seja, provocou um deslocamento dessa luta, agora não mais pautada nas invasões, mas no acampamento, no enfrentamento dos processos em sua totalidade, como observa Pereira (2015):

> [...] as práticas político- metodológicas desse movimento (MST) transformaram as táticas de luta dos trabalhadores rurais pelo acesso a terra e a maneira como os agentes das entidades de mediação e o Estado passaram a tratar a questão agrária. Foi a partir desse momento que a designação sem terra passou a substituir o de posseiro. A nomenclatura mudou porque também o jeito de fazer a luta pela terra mudou. O acampamento que até então era visto pelos sindicalistas e agentes pastorais como uma estratégia equivocada tornou-se uma ferramenta não só para o MST, mas também para o movimento sindical. Houve um deslocamento: a luta dos trabalhadores rurais deixou de ser unicamente na área litigiosa, no enfrentamento direto aos proprietários de terra e seus pistoleiros, para se tornar, sobretudo, uma luta de confrontos direto com o Estado (PEREIRA, 2015. p.51).

Portanto, o processo de constituição do PA Belo Vale resulta dessa nova estratégia de luta pela terra, constituída pelo MST. Uma estratégia que passa pela negociação de propostas entre o Estado, o INCRA e os proprietários de terras, entretanto, esse novo caráter de luta – por meio da negociação- não deixam de ser violentas, assim, não podermos negá-las e nem compreender o "camponeses como passivos e/ ou vítimas do processo, suas lutas continuam mesmo depois da institucionalização dos assentamentos rurais" (PEREIRA, 2015, p. 335).

Essa nova metodologia influenciou significativamente as formas de organização dos camponeses fazerem a luta pela terra no sudeste paraense. Os acampamentos substituíram as invasões posseiras e interferiram nas práticas do Estado, através do INCRA, a medida que exigiu dessa instituição modificar suas políticas públicas para região; atuar como uma instituição negociadora que teve que ouvir e receber as propostas discutidas entre os camponeses assentados ou acampados não tornou o INCRA um órgão dinâmico e potencializador de ações democráticas e pautadas em uma política de Reforma Agrária de interesse dos movimentos de luta pela terra, mas contribuiu para avanços nas organizações e resistência de homens e mulheres do campo.

Nesta perspectiva, Assis (2014) reforça:

> A presença do MST na região impôs um repensar dos símbolos e dos instrumentos de comunicação das entidades sindicais. Não que não houvesse símbolos próprios ou mecanismos de comunicação entre os sindicatos e seus associados. Tratava-se, portanto, de qualificar esses símbolos e aperfeiçoar os instrumentos de comunicação,

> além de incorporar novos elementos, no novo contexto de maior liberdade política. Nesse sentido, aprender com a prática do outro significou também um reconhecimento do outro. O reconhecimento da força política do MST pelas entidades sindicais indicou o quanto o relacionamento melhorou ao longo dos anos noventa, apesar de mantidas diferenças no campo político-ideológico. As entidades sindicais passaram a adotar estratégias próprias do MST como a realização de acampamento em fazendas ocupadas, o uso de símbolos melhor elaborados como bandeiras, bonés e camisas e divulgação massiva das ações [...] (ASSIS, 2014, p.171).

Como exemplo desse novo contexto destacado pelo autor acima, podemos retomar o depoimento do entrevistado 01, que evidência a irregularidade no tamanho dos lotes, já que nas diretrizes do INCRA, após a década de 1990, os módulos rurais deveriam seguir uma padronização métrica de aproximadamente 25 ha cada e no Belo Vale esse padrão não foi seguido. Nesta perspectiva, o PA Belo Vale deveria comportar 45 lotes, no entanto, foi oficializado com 62 lotes. Outro dado relatado pelo entrevistado constitui-se na ampliação do número de famílias camponeses, após a criação do PA, foram relacionados mais 16 famílias. Esta ampliação no número de lotes gerou irregularidade nos tamanho dos lotes que variam de 5 a 31 ha cada, totalizando 1.208,0653 ha (INCRA, 2015).

Figura 2: Mapa do PA Belo Vale: estrutura da divisão dos lotes

A irregularidade no tamanho dos lotes é um dado expressivo na formação socioterritorial do assentamento, como pode ser observado na Figura 2. Existem lotes que variam de 5 ha a lotes com mais de 40 ha. Tabulamos as áreas dos 62 lotes e obtivemos os seguintes resultados; No PA Belo Vale, 5 lotes tem tamanhos entre 5 a 10 ha; 25 lotes entre 10 a 20 ha; 28 lotes entre 20 a 25 ha; 3 lotes entre 30 a 40 ha e apenas 1 com mais de 40ha. Esses dados mostram as disparidades nos tamanhos dos lotes e nos permite indicar que essas variações contribuem para diversidade produtiva e pluriatividade. Mais de 48% dos camponeses do PA vivem em lotes com menos de 20 ha, menores que a média estipulada pelo INCRA após 1990 que é de 25 ha, fator que muitas vezes inviabiliza, por exemplo, a de criação de gado, principal atividade para obtenção de crédito junto ao INCRA, além de, receberem seus lotes com grandes passivos ambientais, como o desmatamento.

O mapa acima consta na base cadastral do imóvel no setor de cartografia do INCRA; construído em 2004, indica apenas a estrada principal de acesso ao PA, no caso, a Transamazônica e uma a vicinal 1, esta ligando a Transamazônica ao PA Palmeira Jussara, construída pelos antigos fazendeiros e/ou madeiros, não tendo indicativo de outras vicinais, levando a conclusão que somente há locomoção na parte leste do PA, enquanto a oeste se pode pensar que os camponeses vivem isolados.

No entanto, a partir da análise do PRA e da pesquisa de campo evidenciou-se que existem vicinais de acesso à maioria dos lotes, são 15,2 km de estradas entre a via principal e as vicinais, sendo que deste total 10,3 km foram construídas pelo INCRA entre os anos de 2006 e 2007, o restante foram construídas através das parcerias com a Prefeitura de Marabá e a Associação do PA, bem como a sua manutenção, na lógica referida no capítulo anterior.

No trabalho de campo foi possível perceber que a dinâmica dos assentamentos favorece a gestação de novas estratégias de produção familiar rural. A fluidez do trânsito e a proximidade com o centro urbano de Marabá permite um olhar diferenciado, a alguns indicadores e suas inter-relações, que certamente influenciam na formação e organização social do PA enquanto território de produção de reprodução econômica, social e cultural.

O PA possui uma infraestrutura básica como estradas, escolas, energia. Em função das parcerias entre a Associação e a Prefeitura, mencionados anteriormente, as estradas são trafegáveis no verão e no inverno amazônico, com exceções em áreas com elevações geográficas, íngremes ou com um inverno mais rigoroso. A figura 5 evidencia essa preocupação com as principais estradas do PA;

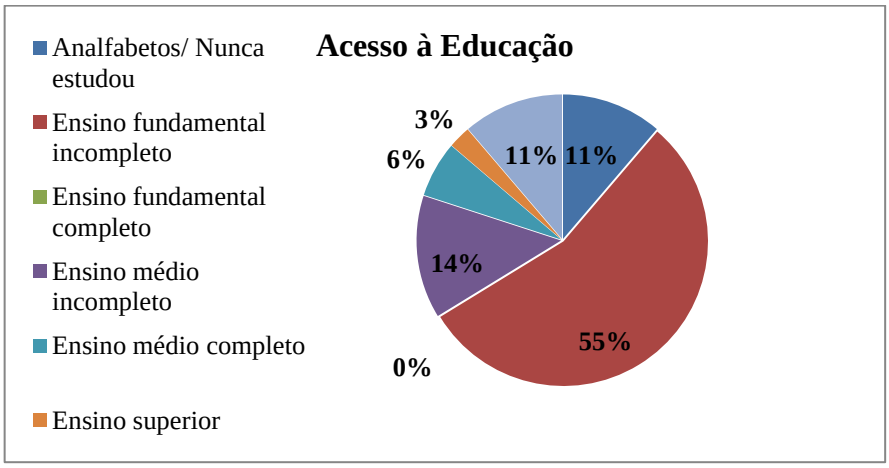
Figura 3: Vicinal 1 do PA Belo Vale – Marabá - PA

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015

A via principal que da acesso ao PA Belo Vale é sem pavimentação, mais encascalhada com boa trafegabilidade, evidencia a capacidade dos camponeses em manterem suas estradas principais trafegáveis; a presença de castanheiras nativas com mais de dezoito anos como a da imagem estão presentes na maioria dos lotes, elas reinam solitárias ou com poucos existentes após a implantação da fazendas pecuaristas na região. Segundo os relatos dos camponeses preservarem as castanheiras era uma forma de deixar o pouco de mata que um dia já existiu na naquela área.

O acesso à saúde e à educação são indicadores sociais básicos e importantes para se analisar as condições de vida de uma população, os dados abaixo são por membros da família.

Figura 4: Acesso a Educação no PA Belo Vale por membros da família – Marabá- PA



Fonte: Pesquisa de Campo/ Ecoassis, 2015

Os dados sobre a escolarização formal dos entrevistados no Belo Vale indicam que a educação deve melhorar, pois 55% fizeram o fundamental incompleto, e apenas 9% tem nível médio e 2% nível superior. Esses dados não são diferentes de outros PAs na região, mas eles são preocupantes se relacionados a outros índices, como por exemplo, o de saúde. Vale ressaltar que, expressam o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Marabá que segundo IBGE, em 2010 era de 0,668.

A educação é promovida pela Prefeitura de forma multiseriada de 1º ao 5º ano na vila do próprio PA; para os alunos de 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental e Ensino Médio, de responsabilidade do governo do estado, é de forma regular na cidade de Marabá ou modular nas vilas localizadas no Brejo do Meio, Km 08 – Vila São José, para onde os estudantes se deslocam através de ônibus escolares que percorrem os PAs Belo Vale, Santa Rita e Palmeira Jussara. Esses transportes fazem parte do Projeto Transporte Escolar do governo Federal. Entre os entrevistados 50% possuem membros da sua família estudando no assentamento, os de nível superior não obtivemos dados.

Sobre a saúde, não há Posto de saúde no PA, os camponeses recorrerem aos postos das vilas próximas, ou na cidade de Marabá:

> A senhora acredita que não temos um Posto de Saúde no nosso Assentamento? A Prefeitura diz que estamos próximos dos postos das vilas e da cidade, não estão errados, com menos de dez minutos eu tô na rua, mais chegar lá é uma coisa ser atendido é outra, agora quem mora em uma assentamento lá longe da cidade, como faz, hein? Não estamos bem de saúde mais pelo menos estamos perto de uma injeção ou remedinho que eles queiram dar. (ENTREVISTA Nº 5, 2015).

5.1.1 O Belo Vale é nosso Lar: De onde vem e para onde vão os camponeses do PA

A migração é um dado importante para a compreensão da realidade do PA e ao mesmo tempo, da reprodução. De onde vem e para onde vão os migrantes na região sudeste paraense? As trajetórias migratórias são válidas no entendimento das especificidades econômicas, sociais, políticas e culturais dos atores trazem novos territórios conquistados na luta pela terra. Como demonstrou Hébette (2002, p. 229) é impressionante o fluxo de pequenos agricultores, chegados de diversas origens, por diversos caminhos, portadores de diversas aspirações, sem dinheiro, com apenas a riqueza da solidariedade de parentesco e

vizinhança, mas deixam como fruto para região e, o país, uma complexa e forte organização camponesa.

As trajetórias dos moradores do Belo Vale reproduzem essa afirmação de Hébette, elas são parecidas na maioria dos relatos, e evidenciam seus sonhos, suas lutas, conquistas.

Para Martins (2009, p. 150) o que se observa é que "os camponeses quando não integrados no mercado de trabalho, são empurrados para 'fora' da fronteira ou para 'dentro' como assalariados sazonais". A tendência migratória segue a dinâmica das terras livres e, posteriormente, a terras improdutivas. "A teia de comunicação, relações de parentesco e de compadrio são difusoras de onde se buscar novas terras, facilitando o deslocamento que seguem ritmos diferenciados, mas constantes" (ibidem, p.150). O autor ainda destaca:

> A verdadeira estrutura social de referência das populações camponesas da fronteira não é o local visível. Ela se espalha por um amplo território, num raio de centenas de quilômetros, e é uma espécie de estrutura migrante, uma estrutura social intensamente medida pela ocupação temporária, ainda que duradoura, de pontos do espaço percorrido [...] (MARTINS, 2009, p. 150).

A estrutura social camponesa se espraia além do visível, a migração, a transumância do camponês faz parte desse contexto, e na região sudeste do Pará a realidade é semelhante, temos a sobreposição das frentes de ocupação e, essa imbricação traz o que Martins (2009, p. 154) chama de "produção de uma situação de contemporaneidade de relação de tempos distintos". Refletindo esse contexto a aqui investigada, os dados da pesquisa demonstram a materialização da realidade da migração camponesa como realidade social, que envolve o mudar, o sair de um lugar a outro com a família em busca da terra, de novas terras para a família que cresce, que enfrenta a expulsão das terras duramente conquistadas. Demonstra também o movimento permanente de territorialidades temporais diversas, é o "encontro de relações sociais, mentalidades, orientação historicamente descompassadas" (MARTINS, 2009, p. 154).

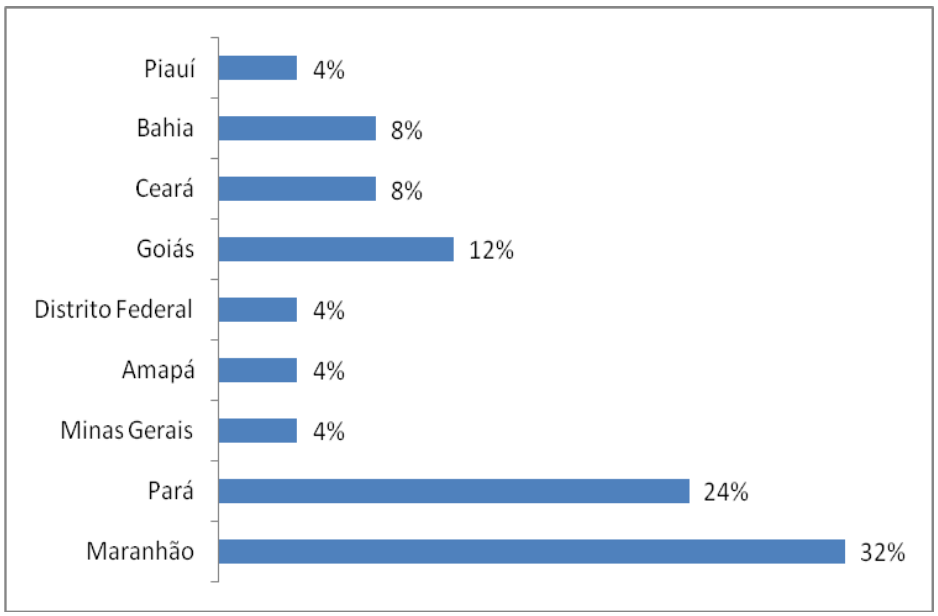
Os assentamentos rurais trazem as marcas da história de seus assentados, das suas vivências, de seus movimentos. O campesinato que está no Belo Vale é de maioria migrante, de origem nordestina, dados da figura 4, principalmente maranhense 32%, seguido por 24% de paraenses, Goiás etc. Muitos desses migrantes já tinham passado por outras áreas desde que partiram de seus locais de origem.

Ressalta-se que essas migrações não ocorrem por vontade própria, ela resulta de condições impostas que no seu conjunto são violentas por causarem desterritorializações, "trata-se aqui, de uma desterritorialização como perda do acesso a terra - terra vista não só no seu papel de reprodução material num sentido físico (como na principal bandeira do

movimento dos camponeses sem terra), mas também como lócus de apropriação simbólica; relacionando a essa noção de desterritorialização a concepção mais integradora de território, ao mesmo tempo espaço de apropriação/reprodução concreta e simbólica" (HAESBAERT, 2003, p.9). As territorialidades continuam a ocorrer depois das desterritorializações, pois o camponês, nesse contexto, tem na busca do seu pedaço de terra, que por motivos diversos nem sempre se que enfrentando as violências, e limites que se constituem na luta por sua autonomia.

Por motivos diversos eles nem sempre fixam a um local na primeira chegada, ele continua migrando em busca de condições dignas para viver da terra e/ou na terra; em outros casos vão para os centros urbanos, engrossar as áreas periféricas, persistindo o ciclo de expropriação violenta (HÉBETTE, 2004).

Figura 5: Origem dos camponeses do PA Belo Vale – Marabá-PA



Fonte: Pesquisa de Campo 2016/ Ecoassis, 2015

Ser migrante ou filho de migrante é uma condição do campesinato. Essa condição está relacionada à busca por melhoria de vida, pois possuir um lote não garante tudo, mas permite a eles condições de reprodução; geralmente longe das cidades, vivendo isolados; outros casos saindo de seus locais para conquistar um pedaço de terra seu, ou ainda vender seu lote para fazendeiros (MARTINS, 2013).

> Minha família desde que eu me conheço por gente mexe com roça, fui criado nessa lida, mas nunca paramos, meu pai não teve terra dele, trabalhávamos sempre para os outros, viemos do Maranhão eu era moleque, morando nas terras alheias, plantando roças na meia. Se a senhora me perguntar qual como é as terras dessa região eu sei lhe dizer [...] mais eu disse que não queria essa vida pra mim e teria minha terra,

> virei posseiro, fiquei um tempo em uma terrinha, mas era perigoso, aí! Deus me abençoou com essa terra aqui![...] queria que meu pai tivesse vivo pra morar comigo e quietar [...] (ENTREVISTADO Nº 03, 2015).

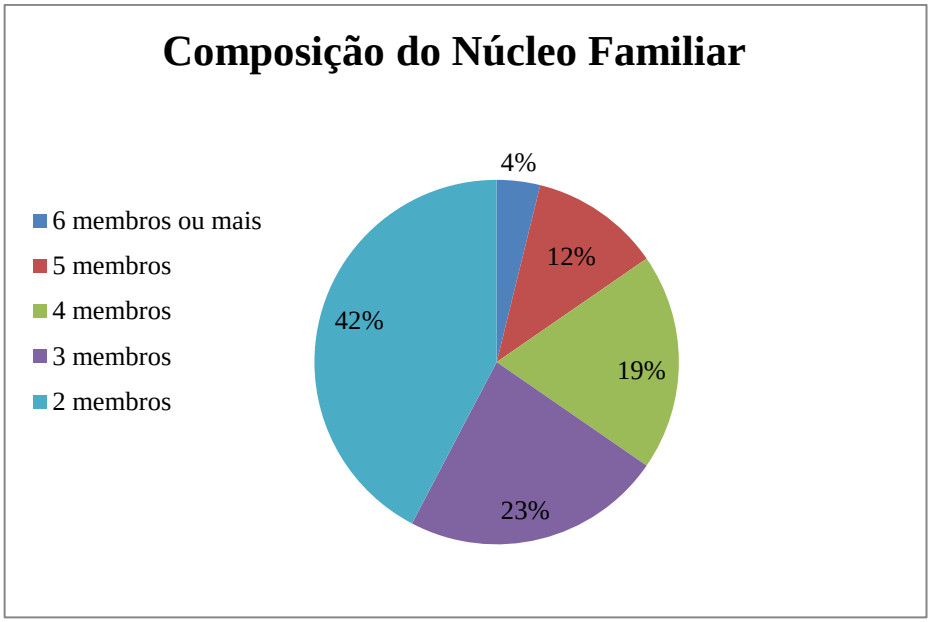
A família no PA tem um papel muito significativo na reprodução do camponês e também influencia nas construções identitárias; essas famílias possuem uma ligação com a terra e desenvolve um modo de vida própria a depender de suas condições objetivas:

> Meu pai sempre sonhou em ter seu pedaço de terra, viemos de Minas Gerais eu ainda era garoto atrás das terras do Pará, chegamos em Conceição do Araguaia em 1979, tudo já tinha dono, eram fazendeiros, ai eu pergunto para senhora, como faziam isso? Toda nossa família mudou, largamos tudo! mais meu pai não desistiu, fomos para uma terra longe, onde hoje é Floresta do Araguaia, lutamos muito, era uma dificuldade, eu e meus irmãos, mãe e pai fizemos roças, casa, ai veio o "tal do dono", mandou a gente sair, voltamos a arrendar terra, trabalhar para os outros, meu pai não desistiu, quando começou as invasões, fomos para luta, meu pai virou posseiro em um pedaço de terra, mas sempre havia o medo do "tal do dono". Na década de 1990 começou os assentamentos eu já trabalhava nas roças alheias, até que parei em Marabá, depois vim ocupar o Belo Vale já homem feito e pai de família, como o mesmo sonho do meu pai, ter meu pedaço de terra, tem horas que eu nem acredito, mas estamos aqui desde de 1998, é uma vida[...] criei meus filhos na lida com a terra, agora eu queria terra para eles (ENTREVISTADO Nº 12, 2016).

O relato evidencia as realidades e vivências dos sujeitos e suas trajetórias sociohistóricas na conquista da terra no sudeste paraense. Os camponeses que fazem o Belo Vale apresentam essa diversidade de origens, experiências de territorialização, desterritorialização e de reterritorialização. Permanentemente criam novas territorialidades e assim se reproduzem.

Neste processo, alguns indicadores demográficos têm sofrido alterações; o número de membros nos lotes rurais tem variado significativamente, apresentando uma queda nas últimas décadas. A redução do número de filhos por casal evidenciada no Brasil, após 1950, se destaca também no espaço agrário, mesmo que em proporção menor. A figura 4 nos traz os indicadores do número familiares por lote pesquisado.

Figura 6: Membros familiares por lote no PA Belo Vale- Marabá-PA



Fonte: Pesquisa de Campo 2016/ Ecoassis, 2015

Com base no gráfico é possível perceber dois fatores concomitantes no PA, o primeiro consiste na redução gradual de número de filhos por casal e, consequentemente, no número de membros na família como descritos acima e na densidade demográfica do PA, como o tamanho dos lotes são pequenos, mapa 1, eles não comportam as necessidades de reprodução de todos os membros, do universo pesquisado, apenas 4% possuem seis membros ou mais, um contraste com os 42% de dois membros.

As famílias do PA Belo Vale são extensas, não são apenas a nuclear formada por pai, mãe e filhos, há netos vivendo com os avós, porque os pais moram e trabalham na cidade, na "rua" como eles dizem. Da mesma forma sobrinhos, afilhados que foram ficando são tratados como parentes e vistos como membros da família em igual importância. Outro fator correlacionado está à média de idade dos camponeses no PA, 17% possuem mais de 60 anos e entre 26 a 60, representam 66%. A idade dos camponeses também segue uma tendência nacional, a maioria da população brasileira, segundo IBGE (2015) encontra-se na idade adulta. Quanto aos jovens eles representam 15% dos membros, entre 16 a 25 anos, a proximidade com a cidade, a preocupação com a educação das crianças e jovens, modificam as relações de vivência e convivência no PA, para muitos seus lotes são espaços de moradia e não de trabalho, são novas relações socioterritoriais, construindo outras territorialidades, combinando diversas atividades agrícolas e não agrícolas.

Neste contexto, podemos enfatizar que delimitação territorial é um dos fatores que interfere nas relações sociais, econômicas e no modo de vida do PA; essa correlação camponês limitação territorial produz novas estratégias de reprodução, como a diversificação

das atividades produtivas, redução do número de familiares nos lotes, aliadas a fatores como a proximidade com o urbano, produzem especificidades socioterritoriais no Belo Vale.

O debate sobre a formação demográfica e suas variações na constituição do PA estudado vai além do descrito aqui, são novas realidades no espaço agrário demonstradas, mas são indicativos que não devem ser desconsiderados e estão nos repertórios de muitos assentados:

> Eu acredito que quando eu ou minha velha morrer, nossos filhos vão vender aqui, eles moram todos na rua, tem suas vidas, eu fiz todo sacrifício para que eles estudassem, montei casa na rua, incentivei, porque não queria que eles tivessem minha vida, agora eu me pergunto: será que isso foi o melhor? estudar é bom, saber as palavras para não ser enganado, mais viver correndo, não ter tempo de vê o dia nascer ou acabar, comer uma galinha saudável, não queria uma vida dura como a minha pra eles, mas será que não ficou pior? Eu já sonho que algum deles queria manter esse pedacinho de terra aqui que lutamos tanto para conquistar, depois de mudar de um lugar para o outro, aqui é bom, próximo da rua, eles podem morar aqui e trabalhar lá na rua como muitos fazem, mais não sei de nada, só quero ir primeiro que minha velha para não vê tudo isso que conquistei parar na mão de outros (ENTREVISTADO, Nº 02, 2015).

O papel da mulher é importante na constituição história dessas famílias camponesas, ela contribui com as tarefas domésticas, atividades agrícolas e não agrícolas. No PA há artesãs e funcionárias públicas que colaboram com os rendimentos financeiros da família, portanto, responsáveis pela construção das moradias, da alimentação, dos cuidados com os animais. Sua participação é importante na luta pela terra, mas elas têm sido pouco visualizadas como protagonistas do processo de construção dos assentamentos. Sua posição é sempre menos considerada pelos homens, mesmo ao chegarem à condição de líder muitas vezes são vistas como mulheres com características masculinas: “trabalham como homem” “é mais brava que muito homem”, tem pulso forte como um homem”. O papel do homem, o chefe do lar, ainda é predominante nos assentamentos e, no PA Belo Vale, não é diferente, tanto que dentre as entrevistas realizadas, apenas duas foram com mulheres. Mesmo quando éramos recepcionados pelas mulheres elas acionavam seus companheiros para entrevista, mas estes as consultavam nas questões que lhe causavam dúvidas. Geralmente, elas sabiam nos fornecer as informações com mais detalhes, mas o dever era do homem falar sobre o PA ou seu lote; em muitos casos elas se restringiam apenas a nos cumprimentar e oferecer água ou café.

Mesmo nesse contexto, a mulher tem buscado também sua autonomia, ter voz ativa nas comunidades onde estão inseridas. Às reuniões da Associação do PA Belo Vale elas se fazem presentes, mesmo que em número reduzido. Segundo o presidente da associação, as

mulheres são importantes na associação, elas contribuem com as burocracias, uma vez que são mais escolarizadas e auxiliam na organização das reuniões, afirma ainda:

> [...] sem as mulheres não sei o que seria de mim nessa associação, tô falando da minha mulher que arruma tudo, até o cafezinho e das outras que colaboram comigo com documentos, sabe, mulher gosta mais de estudar que nós homens, tenho que admitir, quando preciso convencer um assentado a decidir algo importante peço as mulher me ajudar (ENTREVISTADO Nº 01, 2016).

As territorialidades perpassam pelas trajetórias que se imbricam na construção de um novo território, o PA Belo Vale, constitui uma identidade territorial camponesa, o modo de vida, as práticas produtivas, as formas de socialização, a divisão sexual do trabalho, as representações e vivencias estão presentes naquele território.

5.1.2 Os “estranhos” no PA: a criação da vila

Dos 62 lotes do Belo Vale, um deles foi destinado para uso coletivo doado a associação, diferente de outros PAs, criados no mesmo período na região sudeste paraense, construíram suas moradias no lote coletivo - agrovilas - separada dos módulos rurais. Essa doação foi uma decisão dos próprios camponeses assentados que preferiram apenas nos seus lotes.

Uma vila é compreendida como um núcleo de povoamento adensado com características de áreas urbanizadas, situada num ambiente predominantemente rural, concentrando a oferta de bens e serviços o que a torna centro do estabelecimento de diversas formas de sociabilidade e de poder. O processo histórico e o contexto socioeconômico de uma vila são expressões de significativos fluxos migratórios decorrentes das atividades econômicas da região, configurando um espaço territorial caracterizado pela diversidade cultural e econômica dos grupos sociais, tendo em vista as múltiplas origens e estratégias adotadas pelos mesmos diante do quadro de oportunidades com o qual se deparam (SILVA, 2008).

Já em Silva (2011) a vila em assentamentos, é uma formação territorial que tem a função de ampliar a quantidade de pessoas assentadas através da destinação de lotes menores, porém, garantindo a proximidade do assentamento a grandes centros urbanos. A vila permite a diminuição de custos da infraestrutura, especialmente estrada, captação e distribuição de água e energia elétrica, devendo contribuir na exploração multifuncional do assentamento,

especialmente com a valorização de atividades não agrícolas, como educação, saúde, lazer, comércio, etc.

Tendo como parâmetros as autoras acima, o PA em questão, não apresentou em sua constituição a necessidade de formação de uma agrovila; a proximidade com a cidade de Marabá supria parcialmente as funções de uma vila; o lote destinado pelo INCRA para a vila ficou comunitário, ou seja, da associação que nele passou a promover momentos de lazer, educação e reuniões dos assentados para discussões sobre o futuro do PA e outros temas.

A criação de uma vila de moradores no assentamento emerge, em 2009, a partir do projeto do presidente da associação, para o qual dinamizaria o PA e ampliaria a propriedade favorecendo aos demais membros da família, novo espaço de moradia. Após decisão em assembleia no final de 2009[18], recortaram o lote da associação em diversos pequenos lotes que deveriam ser proporcional ao número de camponeses do PA; quatro lotes foram destinados à APPRCPSR e são localizados na área da antiga sede da fazenda Belo Vale, dois para cada assentados e um para os que tivessem interesses em morar na vila, o projeto dividiu a área em 400 lotes medindo 10x30m cada um. A decisão pela formação da vila foi conflituosa, um voto decidiu pela aprovação, segundo o presidente da APPRCPSR:

> Meu objetivo era desafogar os lotes, as famílias iam crescendo e pra onde iam? morar na rua? com a vila eles ficariam próximos e os próprios assentados mais idosos poderiam vir morar. Esse terreno era da associação, fazíamos reuniões, tinha a escola, e confraternizações, e festas, mas se houvesse uma vila, isso ficaria melhor. Eu não contava que meu sucessor, ia fazer da vila um mercado, saiu vendendo os lotes, eram dois por assentado, teve gente que ficou com três outros só com um, foi uma bandalheira grande, até a madeira do curral da antiga fazenda e o trator da associação, ele vendeu, mais ele perdeu as eleições e eu voltei, agora estamos tentando organizar tudo novamente, devagarzinho [...] (ENTREVISTADO Nº 1, 2016).

Para além dos relatos do entrevistado 1, algumas considerações sobre a formação da vila devem ser tratadas: a) criação da vila compreende a um período da proposta de criação de uma indústria de beneficiamento do minério de ferro em aço que afetaria diretamente o território do Belo Vale; b) o fluxo de compra e venda de lotes foram intensos, do final de 2009 a 2011, período de maior especulação em torno da implantação da ALPA[19]; c) a vila

[18] A data da reunião e o teor em ata ficaram de nos ser fornecido, o que não se não se concretizou e os fatos relatados são conclusões a partir das entrevistas colhidas na pesquisa de campo, inclusive com o presidente atual da associação.

[19]Por volta do ano de 2009, estado, União e a mineradora Vale, anunciou a construção da ALPA, indústria de beneficiamento do minério de ferro em aço; A área destinada ao empreendimento compreende um terreno de 1.035 ha, sendo que a planta siderúrgica ocupará 253,71 ha incluindo a área destinada diretamente à produção, além de edificações, ruas, pátios e toda a infraestrutura de apoio operacional. A meta da ALPA é produzir 2,5 Milhões de toneladas/ano de placas de aço e bobinas. O empreendimento fica a cerca de 8,0 km da sede

como espaço de resistência a esse empreendimento, novos atores, novos fluxos, novas territorialidades que se constituem, e estas ao se materializarem no território tendem a gerar formas de resistência quando ameaçados.

Outro fator a ser considerado é a análise de Silva (2011) de que a vila supriria algumas necessidades comerciais dos assentados em PAs distante do centro urbano, não se aplica ao Belo Vale, pois as relações econômicas, sociais e, até mesmo, culturais são realizadas em sua maioria diretamente no centro urbano de Marabá ou em vilas próximas, mais estruturadas, como a do Km 21 e a do Brejo do Meio. Esses aspectos que mostram as características que reforçam o caráter heterogêneo dos assentamentos rurais. A vila se configura como uma nova formação territorial no PA Belo Vale resultado das relações sociais e de poder entre os atores diversos ali presentes, que tem intencionalidades específicas, através das quais justificam a necessidade de ampliar suas ações no território, em um processo dinâmico que nem sempre é concertado, por que é conflituoso dos interesses dos atores.

Dos 18 entrevistados 4 consideraram a vila um avanço para o PA, 14 veem como um retrocesso, muitos dos assentados que não tinham interesse em morar nela, venderam seus lotes para outros que não tinham ligação alguma como o PA, são motivos de reclamações dos assentados que tem seus lotes próximo a vila:

> Depois que fizeram essa vila não temos mais o sossego de antes, eles entram para caçar, roubam peixes dos meus tanques, agora que eu fiz o muro, mas quando se tem uma associação, tem que pensar que suas ideias não podem vencer sempre. Me deram dois lotes, eu não vendi, deixei lá, mas quase todos que conheço venderam, tem gente de todo tipo nessa vila, até retiro para igreja, quando era só o espaço da associação e da escola era outra coisa, mas os presidentes da associação ficaram em uma briga e quem pagou fomos nós. Quem esta do outro lado do PA, que vendeu ou deu para os filhos seus lotes, não acha a vila ruim, agora eu não posso pensar só em mim (ENTREVISTADO Nº 18, 2016).

Em 2012 a Vale anunciou que suspenderia a construção da Siderúrgica, alegando dificuldades do desempenho do aço e ferro no mercado internacional, mas também devido a sequelas da crise de 2008, que provocou a demora nas obras do governo federal, pois a ALPA era um empreendimento complexo que envolvia diversas outras obras, como por exemplo, a

---

municipal de Marabá com acesso através da BR-230 (Rodovia Transamazônica) no sentido Marabá – Itupiranga As perspectivas de investimentos foram divididas entre a Vale e os governos estaduais e federais. Segundo o acordo, o investimento da Vale para a implantação da ALPA será da ordem de 3,7 bilhões de dólares, sendo 45% empregados em equipamentos, e 55% em serviços. Do total investido pelo estado do Pará, 60 milhões foram destinados a desapropriação de áreas, para instalação, instalação da III fase do distrito industrial de Marabá. Entre as áreas desapropriadas estão, inclusive, assentamentos rurais, o Belo Vale seria um dos mais atingidos, com desapropriação de 37 dos 61 lotes (SANTOS, 2012).

hidrovia que demandava ser viável à trafegabilidade. Por outro lado, essa suspensão provocou mudanças em diversos setores do município que até então, se voltava para investir na dinâmica nova que se espera com a ALPA. O setor imobiliário foi um dos que mais sofreu impacto imediato, entretanto, o prejuízo maior foi para população local que não teria mais trabalho ou perspectivas de melhoria vida com o fim do empreendimento. Na verdade, toda divulgação e mobilizações econômicas criadas com ALPA ruiu.

Figura7: Casas em construção na Vila no PA Belo Vale - Marabá- PA

Fonte: Pesquisa de Campo, 2016

Na atualidade a vila tem pequenos comércios, torre de telefonia celular, algumas casas construídas, no entanto, a maioria dos lotes, segundo dados do atual presidente da associação 320 lotes dos 400, ainda estão desocupados ou com casas por concluir, como demonstra a figura acima que apresenta uma parte da vila com aspecto de abandono.

É importante esclarecer que essa vila foi criada a partir dos anúncios da criação da ALPA e da apropriação de uma área contígua do PA Belo Vale para instalação do empreendimento, o que colocaria ameaça direta aos camponeses do assentamento. A vila emerge como forma de barreira para impedir essa ameaça e defesa das territorialidades desses camponeses. Na época o Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular (CEPASP), realizou um estudo com intermediação da Associação de agricultores do assentamento e do STR de Marabá, com apoio da CPT. “O estudo é produto do esforço realizado pelo CEPASP, estudantes do curso de Ciências Sociais, da Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus Universitário do Sul e Sudeste do Pará, Núcleo de Marabá, que se articulam através do Movimento Debate e Ação realizado com 17 camponeses que seriam

diretamente atingidos do PA Belo Vale" (CEPASP, 2010, p. 3) que serviria de base para discussão dos impactos e criação de formas de resistência frente ao novo empreendimento da Vale com apoio do Estado.

O estudo faz um detalhamento do PA apresentando suas características, econômicas, sociais, culturais e ambientais e dos projetos desenvolvidos pelo Estado na região com o avanço do capital sobre os territórios conquistados por camponeses. Os resultados apresentam um PA diversificado produtivamente, que não tem interesse na desapropriação ou desagregação que impactaria seu modo de vida. A resistência é organizada através dos debates na associação e com apoio de várias entidades de mediação. Mostra também, o jogo de interesse do Estado através do INCRA, em favor do empreendimento, pois o fato de o INCRA indicar não ter informações se o PA seria impactado com a obra, só reforça o jogo que está por trás da desapropriação de áreas por essa entidade, que é o de aprovar e legitimar sua instalação, não importando se os sujeitos seriam impactados ou não. O estudo tece suas conclusões da seguinte forma:

> Diante da prioridade que o Estado assumiu de atender os interesses das empresas mineradoras, seria menos perverso se não desagregasse as famílias de agricultores que com muita luta conseguiram conquistar a terra e fazer com que o INCRA criasse os projetos de assentamento, como é o caso do Belo Vale, em que a iniciativa de desagregação está partindo do próprio Estado. Se existem muitos projetos de assentamento que as famílias se encontram abandonadas, sem estrada, sem assistência ou assessoria técnica, sem serviços de saúde e precário serviço de educação, sem poder produzir, até porque não tem como escoar a produção, nem tudo exposto é o caso do projeto de assentamento Belo Vale [...] Consideramos que seja um crime fazer o deslocamento de famílias assentadas que demonstram estarem conseguindo uma certa estabilidade, e constituem danos irreparáveis às condições sociais que as famílias construíram ao longo de anos, os laços de amizade, confianças e considerações. Que sendo destruídas esta relação irão encontrar onde? As pessoas não querem sair, não querem vender ou desfazer de suas áreas, querem continuar e ter a terra para outras gerações; (CEPASP, 2017, p. 17).

Em 2016, o Governo do Estado do Pará, as empresas Vale e Cevital Groupe da Argélia, assinaram um protocolo de intenções que representa um novo passo no processo de implantação da ALPA, mas considerando todos os estudos e projetos já elaborados, a transferência do terreno da siderúrgica à Cevital Groupe, suprimento em bases comerciais de minério de ferro e serviços logísticos para o empreendimento, além das licenças ambientais do projeto inicial. Esse "novo" projeto tem um caráter menor que o anterior e, nos discursos dos gestores da Vale, ele não impactaria diretamente o PA Belo Vale.

A continuidade dos projetos da ALPA é resultado dos novos desdobramentos econômicos voltados para a região, que vive atualmente a expectativa da verticalização da produção mineral um processo de aproveitamento produtivo capitalista que mobilizam não

apenas matéria prima e força de trabalho, mas sim uma dinâmica muito maior na região que envolve migrações, novos núcleos urbanos, periféricos, classes sociais diversas e transformações no território onde se encontra o Belo Vale, outrossim, novas territorialidades serão construídas no futuro resultado do impacto ao modo de vida em todas as suas dimensões no tempo presente.

5.2 O DESMATAMENTO NO PA BELO VALE

As alterações no território no sudeste paraense, nos últimos 40 anos, foram abruptas, principalmente no que se refere à ocupação populacional através do qual houve o aumento da diversidade de atores e das atividades econômicas na região. As modificações nas formas de gestão dos recursos naturais mudaram rapidamente a paisagem local; a biodiversidade da floresta amazônica vai se transformando em uma paisagem uniforme com a implantação de pastagens artificiais (ASSIS, 2014; HÉBETTE, 2004).

No chamado processo de desenvolvimento da Amazônia, a floresta primária era considerada um empecilho para implantação de sistemas produtivos modernos, por isso em áreas próximas aos centros urbanos o desmatamento foi imediatamente realizado. Esta realidade se evidencia no PA Belo Vale onde, inicialmente, ocorreu a exploração da madeira comercial, em segundo lugar o plantio de roças de culturas anuais e, posteriormente, a implantação de pastagens e, em menor proporção, de roças de culturas anuais, com sistema de corte e queima, produziu o desmatamento de grande parte da área. Os dados sobre a evolução da cobertura vegetal[20] do PA, apresentados no PRA (2009) mostram que os camponeses ao receberem suas terras restavam apenas 28,6% de cobertura vegetal nativa primária, ou seja, a reserva legal[21] já estava comprometida;

O desmatamento no sudeste paraense é explicado, em parte pelo padrão de exploração do meio natural, historicamente utilizado para a pecuária extensiva, na extração madeireira e na mineração. A pecuária é apontada como a principal responsável pelo

[20] Cobertura vegetal são tipos ou formas de vegetação de origem natural ou plantada que recobrem uma determinada área ou terreno, termo muito utilizado pelas ciências duras, principalmente no mapeamento por imagens de satélites. Porém, não deve confundir cobertura vegetal com área verde. As áreas verdes são compreendidas por zonas arbóreas, como praças e parques urbanos.

[21] O atual Código Florestal em seu Art 3º define a Reserva Legal como: *(...)III - Reserva Legal: área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, delimitada nos termos do art. 12, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa;*

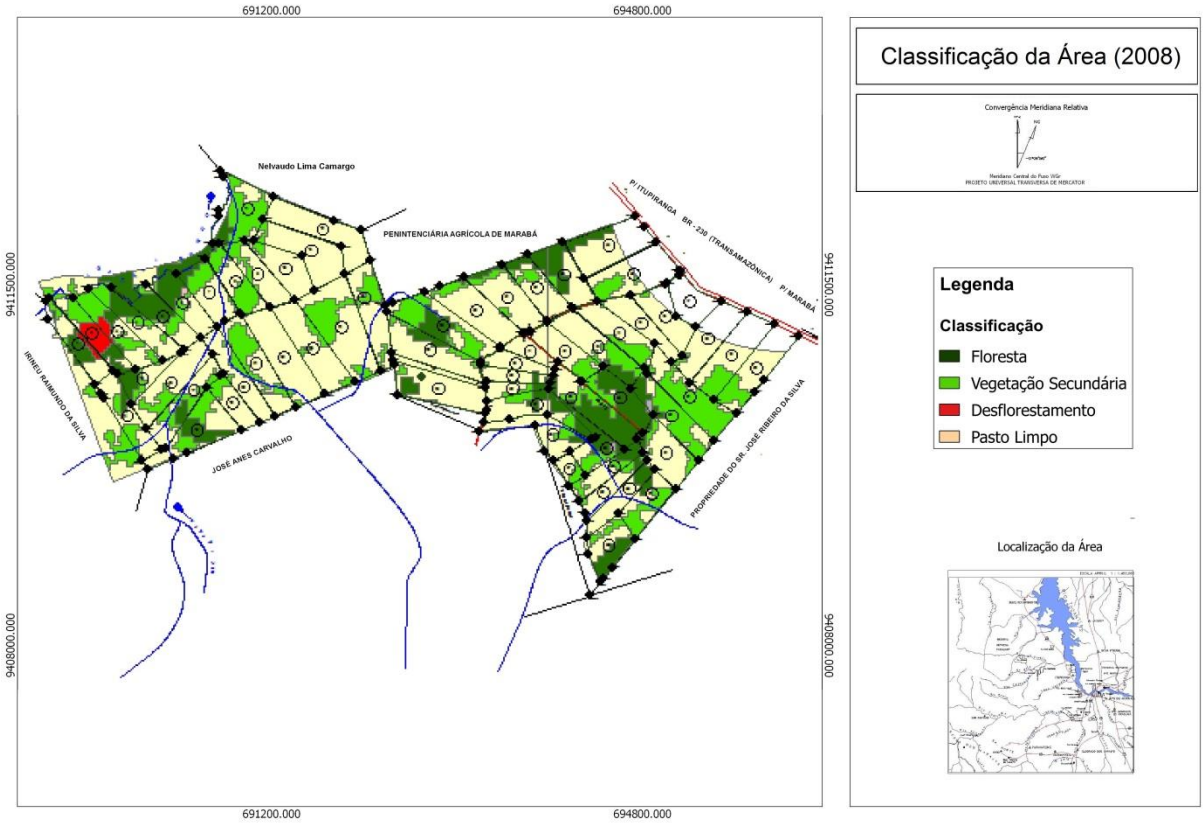
desmatamento na Amazônia, para Castro (2005) a pecuária está ligada a escalas global e nacional, e mais recentemente local.

Martins (2013); Hurtienne (2005) reforçam que a escassez de floresta influência nos cultivos anuais e com essa escassez, numa região como a Amazônia, onde os agricultores adotam o sistema de corte queima culturalmente, é necessário adaptações de novas práticas. As condições de degradação ambiental que os assentamentos na região herdaram, impactaram no desenvolvimento produtivo, social e ambiental dos seus moradores; os solos degradados, pastos juquirados, fontes e nascentes d'aguas reduzidas, colocara enormes desafios a vida local cujas práticas produtivas alternativas serão realizadas através da diversificação de atividades.

Como se refere Schneider (2009) a pluriatividade emerge nessas condições também, ela não só permite a produção, mas garante a reprodução social do agricultor. Ainda segundo o autor, com as novas configurações do mercado, os membros das famílias rurais são levados a buscar algum tipo de trabalho e/ou obtenção de renda, geralmente em tempo parcial, fora das suas atividades cotidianas. No Belo Vale, soma-se a isso, o tamanho reduzido dos lotes, a degradação ambiental causada pelo passivo de áreas desmatadas herdadas e a proximidade com o centro urbano de Marabá.

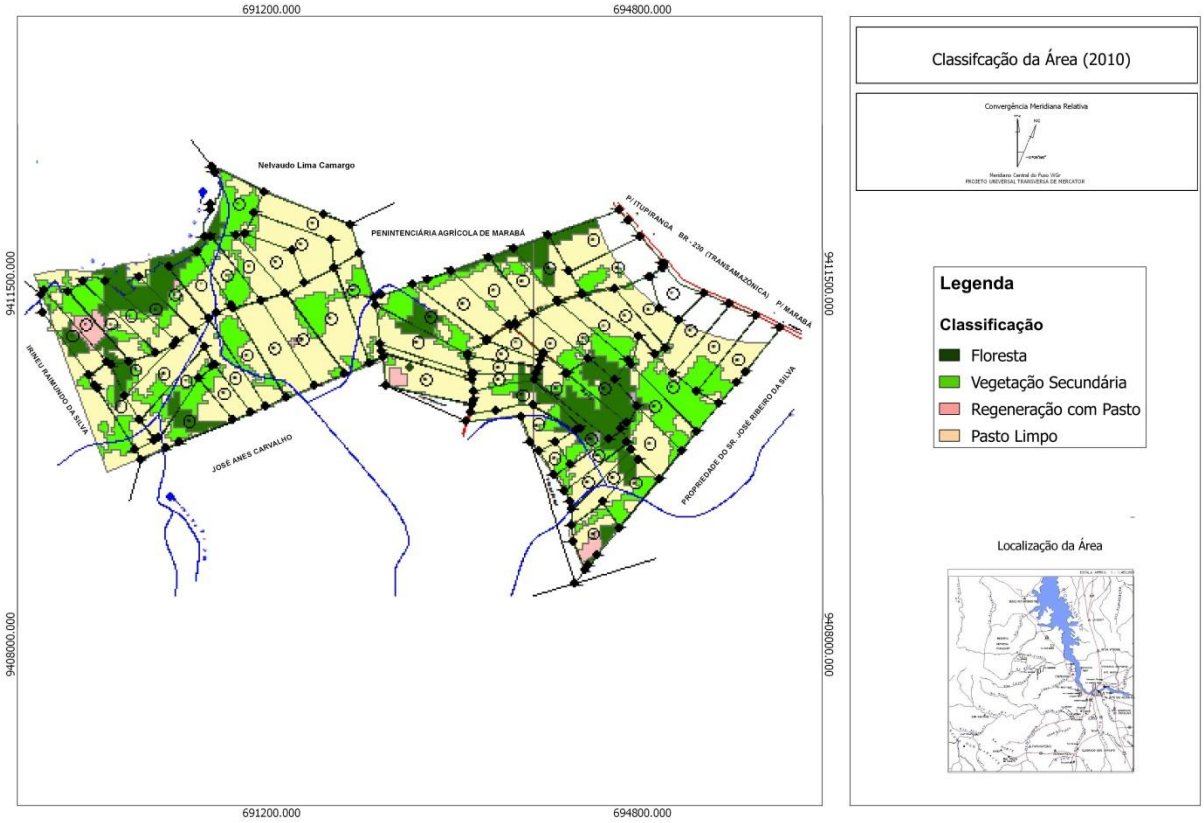
Os mapas abaixo, com dados de 2008 e 2010, apresenta uma ilustração da realidade mais recente quanto ao desmatamento e as atividades pastoris presentes no assentamento.

Figura 8: Mapa: Uso e cobertura do solo em 2008 do PA Belo Vale- Marabá-PA



Fonte: Proamazônia, 2015

Figura 9: Mapa: de Uso e cobertura do solo em 2010 do PA Belo Vale – Marabá- PA



Fonte: Proamazônia, 2015

As áreas de pasto limpo, o desflorestamento e a vegetação secundária ocupam grande percentual da área mapeada no Belo Vale, resultado da forma como aquele espaço fora utilizado, quando ainda era uma fazenda pastoril e a dinâmica de ocupação da região sudeste do Pará e da Amazônia Oriental, sobretudo pós 1970, respondia à lógica capitalista da exploração da terra, através do incentivo às práticas pecuaristas.

Nesse sentido um morador declara que:

> Não fazemos mais derrubadas, quando ganhamos isso aqui, já tinha muito pasto, o dono era fazendeiro de gado, quase tudo era pasto, mais já estava virando capoeira[22] (figura 2), (pasto sujo) [23]". Com o PRONAF[24], limpamos alguns pastos e colocamos os gados que o dinheiro deu para comprar, quem recebeu lote com floresta fez seus currais, cercas, ajuda muito sabe, mais hoje dona, ninguém pode pensar em tirar nada, o IBAMA multa, todo mundo fala que somos nós que estamos desmatando, acabando com o resto das florestas que os fazendeiros deixaram, mais não é bem assim; nós na verdade estamos é segurando o pouco que sobrou, isso sim [...] (ENTREVISTA Nº 03, 2015).

Figura 10: Capoeira predominando na paisagem do lote 44 – PA Belo Vale – Marabá- PA

Fonte: Pesquisa de campo, 2016

[22] Capoeira"' é uma vegetação secundária composta por gramíneas e arbustos esparsos. O termo, oriundo da Língua tupi'tupi , designa o mato que nasceu no lugar de vegetação cortada. Significa, literalmente, "mato do passado", de "ka'a" ("mato") e "uera" ("do passado"). (FERREIRA, 1986. p.334)

[23] Para o TerraClass não há como fazer uma classificação regional para vegetação secundária como a capoeira, logo sendo essa formação vegetal denominada de Pasto Sujo; uma generalização e uniformização do processo necessária à classificação.

[24] O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) destina-se a estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas (INCRA, 2016).

Quando ocorre o desmatamento de uma área e ela é convertida em pastos há uma redução brusca da cobertura vegetal, quando esse pasto não é limpo, como no lote 44 nasce o "mato alto" a capoeira predomina na paisagem, na Figura 10 é possível visualizar duas castanheiras, um morta devido às queimadas realizadas ao longo dos anos e, a segunda, viva, mas solitária, resultado do processo de antropização da área.

A lógica capitalista provocou consideráveis alterações no território do Belo Vale. Entretanto, esse território apresenta-se com grande antropização, marcas de mudanças que certamente provocaram a emergência de novas territorialidades em espaços que foram criados para os pecuaristas:

> [...] a diversidade da produção camponesa está subordinada, definida e inscrita nas formas de organização da produção social, no caso, o capitalismo. Tal relação da forma camponesa com as relações de produção capitalista levou um "caráter independente", mas não autônomo do campesinato. Por outro lado, para certas frações do capital existe uma indiferença em relação a origem dos produtos, desde que sua circulação viabilize a absorção compensadora de mais-valia social. Isto levaria a convergência de ordem econômica, política e ideológica entre os agentes não-capitalistas e formas diversas do capital (BRINGEL, 2015, p. 78).

Vale ressaltar que o Terra Class considera 13 itens a serem classificados numa leitura de imagem sobre o uso e cobertura da terra em um determinado município, classificando desde a área urbana, hidrografia, desflorestamento, área não observada, etc. Optamos por utilizar apena seis dos itens relacionados nesse sistema para a análise do PA Belo Vale, são eles: área não observada, floresta, pasto limpo, regeneração com pasto, vegetação secundária e desflorestamento.

Atualmente, identifica-se a presença de pasto limpo e áreas de florestas secundárias em alguns lotes. Mas, uma observação cuidadosa percebe-se uma dinâmica crescente no assentamento que é a constituição quintais agroflorestal, no entorno das residências, figura 11, com árvores frutíferas e nativas, como castanheiras, e mognos, os pomares são comuns na prática produtiva tradicional dos moradores do campo. No caso do Belo Vale os pomares no entorno das residências, bem como as práticas extrativistas por parte de alguns que ainda possuem áreas de matas em seus lotes, complementação a renda ou o consumo próprio são exemplos de práticas ambientais tradicionais do camponês.

Figura 11: Quintal Agroflorestal no lote 39 – PA Belo Vale - Marabá- PA

Fonte: Pesquisa de Campo, 2016

Essa paisagem recente no Belo Vale é resultado de ações coletivas dos camponeses que exigem do Estado, desde 2005, medidas para reverter à situação degradante das suas áreas produtivas. Os resultados dessas ações contribuíram para a constituição de quintais agroflorestais para o desenvolvimento de outras atividades:

> Nos últimos anos a partir do apoio da Assessória Técnica, Social e Ambiental (ATES) e da Secretária Municipal de Agricultura (SEAGRI), vem ocorrendo em alguns estabelecimentos do PA Belo Vale a implantação de frutíferas, principalmente no que consiste a cultura do abacaxi, maracujá, banana e outros, como também a criação de peixe, justificados pelas condições do meio biofísico e principalmente pela proximidade dos centros consumidores. Entretanto, apesar da média-baixa fertilidade natural dos solos, o assentamento possui uma grande disponibilidade de área agricultáveis, podendo ser utilizado para as mais diversas atividades agrícola (cultivo de roçados, implantação de pastagens, cultivo de frutíferas e implantação de sistemas agroflorestais) [...] (COOPSERVIÇOS, 2009, p. 54).

É muito desafiador viver e se reproduzir no Belo Vale, pois sua área sofre com o desmatamento, o que exige do camponês repensar seu processo produtivo, criar e recriar novas atividades de trabalho. Nesse contexto, a alternativa tem sido o desenvolvimento de práticas agrícolas e não agrícolas, num processo que apresenta erros, acertos, novos modos de se relacionar com o território.

Em situação de permanente desmatamento aqui compreendido como uma prática social que, os atores desenvolvem na região. O camponês desmata, vale ressaltar, em escala e ritmo reduzidos, devido sua capacidade financeira, o tamanho de sua área e a sua capacidade

de intervenção tecnológica limitada. Esse comportamento é completamente diferente dos outros atores cuja lógica produtiva esta voltada ao mercado capitalista.

Para Assis (2014), os camponeses na região sudeste do Pará e na Amazônia grosso modo, ficaram com um passivo ambiental significativo e a difícil tarefa de se reproduzir em ambientes desmatados. Havia um consenso entre técnicos e dirigentes sindicais de que o sistema tradicional de corte e queima estava chegando a pontos impraticáveis e de estrangulamento, e que novas alternativas deveriam ser apresentadas.

Neste sentido, a sobrevivência do camponês como categoria passa pela preocupação ambiental, no Belo Vale, esta realidade é latente nos relatos dos camponeses, cujos seus lotes já estavam desmatados quando os adquiriram, parcial ou totalmente, com pastos e solo degradados, e onde as plantações como, mandioca e milho, apresentam pouca produtividade.

5.3 “A GENTE TEM QUE SER CRIATIVO”: A REPRODUÇÃO E A PLURIATIVIDADE NO PA BELO VALE

O espaço rural no sudeste paraense deve ser visto pela diversidade e especificidade camponesa nos “novos territórios” chamados assentamentos rurais, cujas possibilidades de organização e reinvenção cotidianas fazem parte de suas dinâmicas. A inserção de atividades não agrícolas em seu modo de vida é cada vez mais presente e tem mantido a base familiar dos camponeses que moram nesses territórios.

Hébette (2004), Schneider (2005; 2009), Martins (2013), dentre outros, evidenciam a diversidade produtiva como uma estratégia de reprodução social do camponês. Hébette em seus estudos na região mostra que a diversificação é uma necessidade à reprodução, uma reinvenção adaptativa do campesinato frente às inserções capitalistas em seu modo produtivo e, consequentemente, em todas suas relações sociais. Martins (2013), em sua analise marxista também encontra nessa reinvenção às estratégias do camponês para o enfrentamento e resistência ao capital que poderia transformar o camponês rural em operário, que viveria das relações capitalistas e sua relação com a terra não mais como parte do seu convívio, mas como mercadoria.

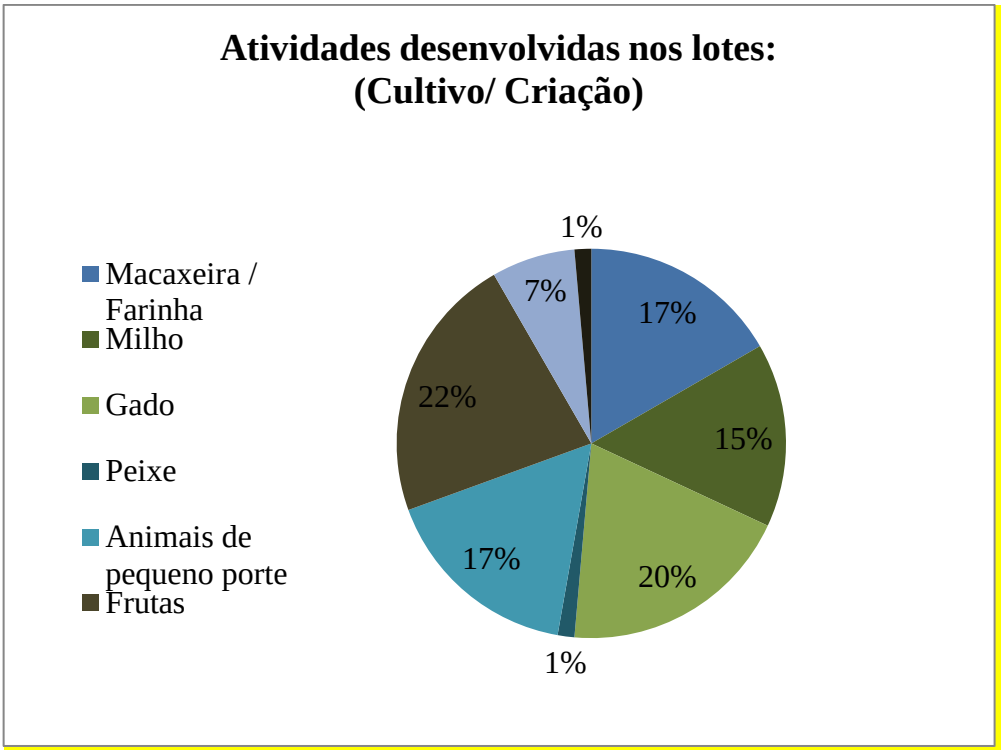
Ressalta-se que o capital expropria ao se penetrar nas relações que aparentemente não são visíveis imediatamente, como considera Santos (2012) se for interesse do capital, ele transforma o espaço, retira populações, modifica a formação socioterritorial da região “o capital só entra, só se configura, onde sua racionalidade é possível” (MARTINS, 2009, p. 156).

Santos (2012) ao realizar um estudo dos impactos socioeconômico da implantação de um novo Distrito Industrial no assentamento Belo Vale pelo viés da expropriação e espoliação do capital, não considera as estratégias ou reinvenção do camponês como uma forma de permanecer no assentamento, mas que sua produção e modo de vida será diluído pelo modo de produção capitalista. Entretanto e mesmo considerando que as reflexões de Santos (2012) se aplicam à realidade dos assentamentos, destaca-se que o camponês desse novo território desenvolve formas de resistência tal como aludidas por Hébette (2004) e Martins (2009) acima descritas, a pluriatividade, no nosso entendimento, tem sido uma forma de recriação e de enfrentamento camponesa, portanto como meios para a reprodução social no PA.

O PA Belo Vale se mantem territorialmente, se reproduz, enfrenta dificuldades e adversidades, em contextos que lhe conferem especificidades como o tamanho dos lotes e a proximidade com o centro urbano de Marabá que interfere nas relações de trabalho e promovem novas relações no processo de constituição desse camponês. Enfim, é um PA que se desenvolve enfrentando a lógica do capital e encontrando na pluriatividade um caminho para resistir a essa lógica e se reproduzir, permanecendo no seu lote. Essas dinâmicas estão imbricadas e não são físicas somente, elas influenciam as relações sociais, econômicas e culturais do PA.

As atividades produtivas são significativas no assentamento, tanto em volume, quanto na sua diversificação, como pode-se observar na figura 13, abaixo. As famílias criam bovinos, suínos, ovinos, peixes, aves, abelha. Cultivam, em grande escala o abacaxi, mandioca, e outras frutas, bem como hortaliças e leguminosas; produzem farinha, tapioca, puba, tucupi, mel, doce de leite, bolos, pão de queijo; e outros derivados para a comercialização e consumo (SANTOS, 2012).

Figura 12: Atividades de Cultivo e Criação - PA Belo Vale, Marabá-PA



Fonte: Pesquisa de Campo/ Ecoassis, 2015.

A criação de bovinos ou a constituição de pastos é presente em praticamente todos os lotes, resultado dos incentivos do PRONAF, que estimulou à pecuária. Mais de 86% dos entrevistos dizem ter dificuldades de manter os pastos ou ampliar o número de gado por lote.

Figura 13: Criação de Bovinos no lote 30 - PA Belo Vale - Marabá-PA

Fonte: Pesquisa de Campo, 2016

Além das dificuldades mencionadas para viabilizar a criação dos bovinos, os camponeses recentemente enfrentam prejuízos com a diminuição das chuvas, na figura acima é possível visualizar a estiagem precoce dos pastos, baixa fertilidade da terra e ataque de pragas nos pastos:

> Dona, criar gado aqui é difícil demais, nos deram dinheiro para 9 vacas e 1 touro do Pronaf, ainda com a ajuda da COOPESERVIÇOS, mais vem as pragas no pasto, não podemos abrir mais pastos porque já temos pouca matas, e limpar pasto juquirado é muito caro, por isso vou vivendo da minha aposentadoria, dos meus porquinhos, das galinhas, da farinha, minha maior renda vem da mandioca, faço farinha, e como é perto da rua, o carro vem buscar aqui, se eu fosse viver só do gado já tinha ido embora (ENTREVISTADO Nº 2, 2015).

A diversidade produtiva já mencionada é presente na paisagem do PA, são plantações de abacaxi, plantações de mandiocas, contrastando com pastos e gados, casas construídas todas com pomares frutíferas circulando as casas (figura 12).

Segundo Schneider (2009) o espaço agrário deveria ser pensado além das atividades agrícolas, já que o crescimento das atividades não agrícolas em espaços rurais é evidente, atualmente, nas relações produtivas desses espaços.

O autor acima mencionado entende que a prática de combinar uma atividade agrícola com outras atividades não agrícolas em uma mesma unidade familiar trata-se da estratégia de pluriatividade, como nova forma de trabalho possibilita a ampliação da renda familiar e a reprodução do camponês, que está presente, sobretudo, quando há proximidade das áreas rurais com os centros urbanos.

Diante disso, a pluriatividade é um dos fatores que nos permite compreender as dinâmicas socioespaciais construídas no PA. No que consiste a mão de obra utilizada para a produção e a possível contratação de pessoas, a diversidade e ampliação produtiva em alguns lotes, denotaria contratação de força de trabalho externa, no entanto, os dados da pesquisa mostram que a base da produção ainda é familiar, de maioria masculina, em idade adulta e com a força de trabalho contratada de forma esporádica e/ ou temporária (colheitas, limpeza de pastos, concertos de cercas, etc.). Em campo identificamos, apenas, dois casos que trabalhador assalariado.

A pluriatividade como uma estratégia econômica em assentamento rural revela diversas atividades não agrícolas desenvolvidas pelos assentados. No PA Belo Vale onde a diversificação das atividades agrícolas está presentes entre a maioria das famílias muitas camponeses praticam atividades agrícolas e não agrícolas como produção de pão de queijo, criação de peixe, revendem produtos agrícolas do próprio PA, trabalham como caseiros em

chácaras ocupadas em fins de semana, são funcionários públicos e trabalham nos comércios da cidade.

Para Schneider (2009, p.4) "A pluriatividade é heterogênea e diversificada e está ligada, de um lado, as estratégias sociais e produtivas que vierem a ser adotadas pela família e por seus membros e, de outro, sua variabilidade dependerá das características do contexto ou do território em que estiver inserida". Neste contexto, destacamos o caso mais emblemático de produtor pluriativos que identificamos no PA Belo, o entrevistado Nº 09, este tem sua maior renda na produção de pão de queijo, produz em média 120 pães por dia e os vende assado para lanchonetes da cidade de Marabá, gerando uma renda líquida de mais de R$1.600,00. Sua história, no entanto, não difere de muitos dos migrantes camponeses que constroem suas territorialidades no Belo Vale:

> Sempre sonhei em voltar para roça, vivi lá até os 14 anos, no Ceará mais a seca nos mandou a gente embora e fui para Fortaleza com minha família, e desde dessa idade trabalho em padaria, de lá vim pro Pará, diziam que aqui era bom, então viemos, fui pra garimpo, trabalhei em terra dos outros, mais voltei pra cidade, ser padeiro era melhor. Morei em Marabá muitos anos sustentando minha primeira família só de padeiro aí apareceu essa oportunidade desse lote, eu já tinha outra mulher e viemos pra cá. No início foi sofrido, minha vontade quando comprei esse lote, era viver do roça, criar gado, galinhas, porcos, plantar macaxeira e milho, mas tudo foi um fracasso, só não foi total porque ainda tenho uns gadinhos, galinhas, meu pomar é cheio de frutas, até abacaxi plantei! Mas, o lote meu é pequeno e muito desmatado, tive que voltar a vender pão de queijo para melhorar a renda e hoje é minha renda principal, mais da pra viver aqui, fazer meus pães, vender na rua cedo, voltar pra casa e cuidar das minhas coisas, é uma vida muito melhor (ENTEVISTADO Nº 09, 2016).

O PRA já apontava a diversificação como estratégia de reprodução social e propunha o apoio a pluriatividade para as famílias assentadas, considerando que é muito comum que as famílias agricultoras desenvolvam atividades econômicas que não são estritamente agropecuárias para aproveitar melhor o potencial que elas possam desenvolver (COOPSERVIÇOS, 2009, p. 59).

O crescimento das ocupações não agrícolas por membros das famílias se iniciam com a tentativa de complementar a renda da família e a proximidade do assentamento com a cidade colabora para a sua adoção. Dos 18 entrevistados, 4 vendem artesanatos, 3 são funcionários públicos, 2 trabalham no comércio em Marabá, 1 se declarou panificador e agricultor, 1 comerciante e produtor de peixes. Esses moradores optam por combinar duas ou mais atividades para se reproduzir, assumindo a condição de pluriativos:

Tabela 04: Visualização geral dos sistemas de produção do PA Belo Vale - Marabá-PA

Produto	Especificação	Produzido	Consumido	Vendido	Venda	Valor da

						Produção
Gado	Unidade	232	0	232	116.000,00	116.000,00
Leite	Litros	681800	58000	623800	249.520,00	272.720,00
Queijo	Unidade	422	102	320	3.200,00	4.220,00
Suínos	Unidade	285	0	92	23.000,00	71.250,00
Mel	Kg	253	?	253	3.840,00	3.840,00
Aves	Unidade	5771	663	2097	31.455,00	41.400,00
Ovos	Dúzia	4848	368	4480	179.200,00	193.920,00
Ovinos	Unidade	8	2	6	150,00	200,00
Peixes	Unidade	20580	380	20200	101.000,00	102.900,00
Cupuaçú	Kg	543	336	207	207,00	543,00
Tangerina	Caixa	55	8	47	940,00	1100,00
Manga	Kg	3935	3300	635	952,50	5.902,50
Açaí	Saco	30	10	20	1.200,00	1.800,00
Limão	Caixa	37	32	5	125,00	925,00
Murici	Kg	140	130	10	10,00	140,00
Arroz	Saco	300	237	73	3650,00	15.500,00
Milho	Saco	548	498	50	2.150,00	23.564,00
Mandioca	Saco	4146	2263	1883	37.660,00	82.920,00
Banana	Cacho	4480	290	4190	29.330,00	31.360,00
Abacaxi	Unidade	150960	757	150203	120.162,40	120.768,00
Acerola	Kg	1540	385	1155	2.310,00	3.080,00
Goiaba	Kg	155	145	10	10,00	155,00
Maracujá	Kg	505	5	500	1.000,00	1.010,00
Cajú	Kg	7745	3715	4030	4.030,00	7.745,00
Polpa Fruta	Kg	700	50	650	2.600,00	2.800,00
Artesanato	Unidade	-	-	-	-	4.000,00
Feijão	Saco	75	68	7	945,00	10.125
Hortaliças	Unidade	-	-	-	-	88.040,00
Farinha	Saco	84	6	78	7.800,00	8.400,00
Tapioca	Kg	250	50	200	500,00	625,00
Tucupí	Litro	340	40	300	900,00	1.020,00
Puba	Kg	100	20	80	240,00	300,00
Doce de Leite	Unidade	1950	50	1900	5.700,00	5.850,00
	Total					**1.224.122,50**

Fonte: Dados de campo/ COOPSERVIÇOS, 2009, adaptado pela autora, 2016

A tabela de visualização da produção do PA Belo Vale demonstram a variedade e volume produtivo no ano de 2009. Na pesquisa de campo por nós realizada os mesmos vieses produtivos ainda estão presentes, só não tivemos condições de tabular os valores do sistema produtivo, uma vez que nossa análise é amostral. No entanto, os relatos colhidos nos permitem tecer algumas considerações: o gado ainda é o maior produto do PA, no entanto, o leiteiro sofreu uma redução significativa, os custos do gado leiteiro são maiores que o de corte, muitos que ainda criam é para consumo próprio ou venda em feiras, produção de queijos, doces, etc. A produção de abacaxi e peixe vem se ampliando e ganhando espaço no PA. Sobre a criação de peixe:

> Eu crio peixes, antes eu só vendia, comprava do lago de Tucuruí e revendia para todos os lugares, mas quando tive oportunidade de ter minha terra comprei aqui. O Belo Vale é excepcional, fica próximo da rua, posso ir e voltar várias vezes no dia, recebi um crédito do banco, o técnico veio aqui, mas ajudou muito pouco, perdi um tanque por falta de direcionamento correto; começamos a produzir devagar aprendendo com nossos erros, hoje temos 7 tanques que produzem 5 toneladas de peixe por semana, vendo alevinos, além disso criamos galinhas, bovinos, carneiros,

> mais meu forte é o peixe, vendemos nos supermercados da cidade de Marabá, e temos um comércio próprio no Bairro das Laranjeiras, ainda vendemos para todo sudeste do Pará, principalmente Parauapebas. Todos produzem várias coisas, quantos assentamentos são assim na região, onde todos produzem várias coisas? (ENTREVISTADO Nº 16).

No caso da piscicultura, seu crescimento é fruto da ampliação e aceitação do mercado consumidor pelos peixes criados em cativeiro na região, essa expansão tem impulsionado os criadores no PA, bem como os incentivos do Estado através da liberação de créditos específicos e assistência técnica inicial. Dos 62 camponeses 8 criam peixes, mas apenas 2 tem o peixe como atividade principal, segundo informações da Associação. Um dos principais produtores (entrevistado 16) informou que vende para Marabá e região uma média de 5 toneladas por semana, em sete tanques, na Figura 14, visualizamos o tanque principal de tambaquis, o mesmo ainda vende alevinos para outros criadores.

Figura 14: Tanque principal de peixes do lote 39 - PA Belo Vale - Marabá-PA

Fonte: Pesquisa de Campo, 2016

As condições de infra-estrutura, localização e do tamanho dos lotes são fatores que contribuem para a diversificação produtiva, e a pluriatividade, que ao mesmo tempo integra os sistemas produtivos do lote e aproveita ao máximo o que a cada unidade produtiva tem a oferecer, no Belo Vale quando as estratégias de diversificação em sua maioria vem de iniciativas individuais, com recursos próprios. Um dos casos de destaque é o entrevistado nº 05, este é o maior produtor de abacaxi da cidade de Marabá, possui em seu lote mais de seis

mil pés de abacaxi, o tamanho do lote, segundo o entrevistado inviabilizava para criação de gado, então começou a plantar abacaxi, atividade que desenvolvia em PA próximo a Floresta do Araguaia, cidade que é abastece toda região de sudeste do Pará, fornece abacaxis para várias cidades do Brasil. No seu lote sua produção é de base familiar, sua relação com a terra mesmo com viés comercial ainda é típica do campesinato, conforme descreve:

> Nós fomos o primeiro a produzir abacaxi no Belo Vale, eu trouxe a experiência do outro lote que tinha em Floresta do Araguaia (PA), pra cá. No começo foi complicado, porque não sabíamos lidar com as diferenças no solo, o abacaxi gosta desse solo daqui, mais tá muito estragada pelas queimadas, as pragas eu tinha ideia, mas aqui temos menos que lá, mas encapamos cada abacaxi para as abelhas não estragarem, é uma trabalheira, nessa época contratamos nossos vizinhos, ou alguém da vila. No começo não foi fácil competir com o abacaxi de Floresta, todos estavam acostumados e parecia que assentado não produz, começamos na feira, pra poupadeira do Km 21, mas agora, produzimos e abastecemos lanchonetes, alguns supermercados da Cidade Nova e outros bairros, vendemos na Feira do Produtor, se o lote fosse maior poderíamos esta fazendo frente aos abacaxis que vem de Floresta, amassando nessas estradas, a perca deles é maior que a nossa mais, ta bom! Aqui eu e minha família podemos viver melhor, meu filho e nora moram comigo e posso vê minhas netinhas crescer, estudam na aqui no PA mesmo e quando não tiver tem ônibus levaremos para Marabá. Olha dona, não é fácil a lida na roça, mais comer galinha caipira que criamos, quando tem muitas vendemos um pouco, comer um porquinho, e dormir bem, sem o calor louco da cidade é saúde, paz, esquecemos qualquer dificuldade. (ENTREVISTADO Nº 5, 2015).

Figura 15: Produção de abacaxi no lote 11 - PA Belo Vale - Marabá-PA

Fonte: Pesquisa de Campo, 2016.

O plantio de abacaxi no PA ocupa mais de 17 ha distribuídos em três lotes de camponeses diferentes, sendo que o entrevistado 5 é responsável por 8 ha, na figura acima a plantação está envelopada, processo de cobertura da coroa do abacaxi com papel para

contenção de pragas, demonstrando a implantação de técnicas no processo produtivo para garantia da produção.

O porco, assim como os outros animais de pequeno porte estão presentes em praticamente todos os lotes dos camponeses; no lote 43, ele é a principal fonte de renda. Os animais são produzidos e comercializados para uma rede de restaurantes na cidade de Marabá; são animais, pertencentes às raças landrace e duroque, produzidos apenas por esse camponês:

> Meus porcos são diferenciados, precisava ganhar dinheiro no meu lote que é um dos menores do PA, gado eu não teria renda, então resolvi criar essas raças de porco aqui e hoje vendo toda semana uma média de 60 a 80 kg de carne de porco para esses restaurantes, também crio galinhas, vendemos ovos, polpa das frutas, mas a renda garantida vem da minha aposentadoria, do serviço da mulher que é merendeira e dos porcos [...] mesmo a vida não sendo fácil eu prefiro aqui do que viver na cidade, já morei na rua, mas não troco minha vida aqui por lugar nenhum! Vivo na roça quase dentro da rua, onde eu acho uma vida dessa? (ENTREVISTADO, Nº 14, 2016).

Os produtos são comercializados em feiras principalmente na Feira dos Produtores Rurais, na Marabá Pioneira, também chamada de Feira da 7 de Junho e comércios na cidade de Marabá e, em menor quantidade, em outras feiras da região. No entanto, outras atividades são desenvolvidas no PA que vão além das agrícolas, pois os assentados desenvolvem outras atividades, como trabalho em serviço público, trabalho doméstico e no comércio privado da cidade de Marabá.

Figura 16: Feira dos Produtores Rurais na Marabá Pioneira- Marabá- PA

Fonte: CEPASP, 2010

A Feira dos Produtores Rurais funciona todos os sábados, das 4 às 12 horas da manhã; nela produtores de PAs da cidade de Marabá e região trazem seus produtos para serem comercializados, inclusive os do Belo Vale.

Para os moradores do PA Belo Vale a feira é muito relevante, pois é onde eles podem vender seus produtos e estabelecer contatos familiares e de amizade, trocar informações sobre diversos assuntos. A feira garante sua socialização para além do PA, e garante a sua reprodução social também.

O relato do entrevistado fortalece nosso debate de que a diversificação produtiva do PA e a pluriatividade são fundamentais para a reprodução dos assentados, pois nos contextos onde estão inseridos as resistências e os conflitos permeiem essas relações, a reprodução social e as territorialidades ali desenvolvidas ocorrem em movimento acelerado com acertos e erros e com alternativas das mais diversas, podendo ser a venda ou troca do lote ou, ainda, introduzindo novas práticas agrícolas ou não agrícolas, indo e voltando da "rua", vendendo seus produtos nas feiras ou para os supermercados ou no comércio local, pois viver no Belo Vale é ter que acompanhar a dinâmica que se impõe a região.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões apresentadas permitiram compreender as condições da reprodução social em assentamentos rurais no sudeste paraense. Esses assentamentos instituídos pelo Estado constituem-se como novos territórios resultado da ação de diversos atores sociais (camponeses, Estado, Associação e Cooperativas de Assistência Técnica) que constroem territorialidades, a partir de seus múltiplos interesses, disputas ações econômicas, sociais, culturais e ambientais.

As mudanças sociais em curso no sudeste paraense, a partir de 1970 implicaram em políticas públicas de ocupação, implantação de projetos agropecuários, de infraestrutura e de exploração dos recursos naturais, minerais e florestais, com o propósito de desenvolvimento da região aos moldes do capital internacional. Mas também promoveu processos de violência intensos, resultados de conflitos sociais, tanto é assim que os assentamentos rurais são marcados pela história de seus sujeitos na luta pela terra, pois o que está em jogo é também a autonomia do camponês, ainda que esta esteja em contaste conquista.

Os assentamentos rurais devem ser vistos como um novo território, não só pelo seu caráter jurídico único de delimitação através de políticas públicas, mas também, através das mudanças das relações estabelecidas neste espaço e das territorialidades neles desenvolvidas. O assentado incorpora o novo, modificando as práticas sociais tradicionais, diversificando a produção e introduzindo novas atividades, recorrem ao que lhe é possível para reproduzir seja reformulando práticas já realizadas, como as roças, seja inserindo ou valorizando novos cultivos e atividades não agrícolas, como os pequenos agronegócios, artesanatos rural, ou seja, sendo pluriativos.

É relevante afirmar que, os camponeses utilizam a pluriatividade como estratégia de reprodução social, é mais um mecanismo para se manter na terra, conferindo ao espaço novas territorialidades, ela ganha importância no desenvolvimento das relações socioeconômicas e políticas do PA.

O camponês do Belo Vale está inserido neste universo rural que apresenta um modo de vida onde se recria as condições básicas e de ajuste social para a sobrevivência, portanto ele tem a capacidade de criar alternativas que garanta sua reprodução social. Essa reprodução social ocorre pela pluriatividade, mas também pela luta pela terra, pelo jogo de interesses entre diversos atores e onde a Associação assume posição central nas discussões, negociações e decisões sobre as ações que se desenvolve no PA.

No processo de consolidação do PA, a importância do papel da associação e mediadores políticos através de parcerias na viabilização da infraestrutura necessária para o desenvolvimento das atividades permeou e ainda permeia as relações de poder no território. Essas práticas permitem compreender como os atores políticos e entidade de representação se territorializam. Neste sentido, a sobrevivência do camponês como categoria passa pela preocupação ambiental, no Belo Vale, esta realidade é latente nos relatos dos camponeses, cujos seus lotes já estavam desmatados quando os adquiriram, parcial ou totalmente, com pastos e solo degradados, e onde as plantações como, mandioca e milho, apresentam pouca produtividade.

O PA Belo Vale se mantem territorialmente, se reproduz, enfrenta dificuldades e adversidades, em contextos que lhe conferem especificidades como o tamanho dos lotes e a proximidade com o centro urbano de Marabá que interfere nas relações de trabalho e promovem novas relações no processo de constituição desse camponês. Nesse sentido a reprodução social ocorre na disputa por interesses dos diferentes atores, essa perspectiva desloca a reprodução social do lugar da produção das condições objetivas do campo para o âmbito das disputas políticas, pois o território e as territorialidades nele desenvolvidos resultam de relações de poder, no entanto, ainda sob práticas tradicionais clientelistas que fundamentaram a história do espaço agrário na região e, na atualidade, travestido de "parcerias" influenciam fortemente a dinâmica do PA.

Essas dinâmicas estão imbricadas e não são físicas somente, elas influenciam as relações sociais, econômicas e políticas do PA, e em vários momentos só é possível graças a uma cadeia clientelística entre a Associação, Entidades de Mediação e o Estado através da Prefeitura e do INCRA, na medida em que somente através de "parcerias" estabelecidas entre esses atores conseguem construir pontes, manter estradas trafegáveis, auxiliar na burocracia do INCRA para financiamentos, regularização dos lotes, num jogo que objetiva ganhos políticos, sociais, ambientais e econômicos que não estão claros da mesma forma para cada um deles, o que favorece a dominação e o controle de uns sobre outros. Os camponeses nesse processo buscam se reproduzir por meio da associação ou não, em meio a lutas pelo poder.

Durante toda a construção dessa dissertação nos perguntamos se o termo apropriado para os camponeses do PA Belo Vale seria: camponeses, moradores, trabalhadores rurais, assentados, em vários momentos esses termos pareciam o mais apropriado a esse debate. Por fim convergimos com os teóricos que defendem que o camponês não estaria fadado a extinção e sim se adaptando, se transformando.

Além das considerações evidenciadas neste trabalho, muito ainda se tem por pesquisar no que tange a reprodução social em assentamentos rurais no sudeste paraense, e na realidade no PA Belo Vale, são territórios em constantes transformações carregados de características sociais, econômicas, culturais e ambientais próprias e com temporalidades distintas que produzem territorialidades em mutação. Como ficará o PA Belo Vale com a perspectiva da retomada da ALPA, mesmo que em menor proporção? A proximidade com o urbano que é outro ponto explorado nessa dissertação como afetaria? E as relações de poder entre os atores como seriam afetas? Muitas questões que evidenciam que o PA Belo Vale é um território com questionamentos pertinentes a serem investigadas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W**.** Processo de Territorialização e Movimentos Sociais na Amazônia. In: OLIVEIRA, A. U; MARQUES, M. I. (Org.) **O Campo do Século XXI: território da vida, de luta e de justiça social.** São Paulo: Paz e Terra/ Casa Amarela, 2006.

ALMEIDA, et al. TerraClass: classificação dos padrões de uso e cobertura da terra da Amazônia Legal. In: EMÍLIO. T; LUIZÃO. F (Org.) **Cenários para a Amazônia: clima, biodiversidade e uso da terra. Manaus**: Editora INPA, 2014.

ALMEIDA, F. **O entroncamento como forma espacial no urbano em área de fronteira**: caso do Km 06, Marabá-PA. 2002. 102 f. Monografia (Graduação em Geografia), Universidade Federal do Pará, Marabá, 2002.

ASSIS, W. S. **A construção da representação dos trabalhadores rurais no Sudeste Paraense.** Curitiba: CRV, 2014.

BECKER, B.K. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990.

_____ Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, São Paulo , v. 19, n. 53 , p. 71-86, jan/abr 2005.
_____ **Amazônia: Geopolítica na virada do III milênio**. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

_____ Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas. **Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v.5, n.1, p. 17-23, jan./abr. 2010.

BERGAMASCO, S. M; NORDER, L.A.C. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996. (Col. Primeiros Passos).

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil. **Novo Código Florestal LEI Nº 12.651 , de 25 de Maio de 2012.**

BRINGEL, F. O; GONÇALVES, C. U. Fronteiras agrárias e processos de territorialização do campesinato na Amazônia- uma análise comparativa de projetos de assentamentos no sudeste e sudoeste do Pará. **Sociedade e Território**, Natal, vol. 27. Edição Especial I – XXII ENGA. p. 270-288, set. 2015

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Duas Cidades, 1982.

CARDOSO, R. C. L**.** Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: CARDOSO, R. C. L. (org.) **A aventura antropológica: teoria e pesquisa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 95-105.

CASTRO, E. Estado e políticas públicas na Amazônia em face da globalização e da integração de mercados. In: COELHO et al. (Org.) **Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão do desenvolvimento regional**. Belém: Cejup, 2004. p.51-69.

_____ Dinâmica socioeconômica e desmatamento na Amazônia. **Novos cadernos do NAEA**, Belém, v. 8, n.2, p. 5-40, 2005.

CEPASP. **Como é belo nosso vale.** Marabá: Cepasp, 2010. Relatório.

COPSERVIÇOS. **Plano de Recuperação do Projeto de Assentamento Belo Vale** – Município de Marabá – Copserviços, 2009.

CORRÊA, R. L. **Região e organização espacial**. 5 ed. São Paulo: Ática, 1995. (Série Princípios).

_____ **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

COSTA, P. H. F; GODOY, P. R. T. de. O capitalismo contemporâneo e as mudanças no mundo do consumo. Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. **Atas** do X Colóquio Internacional de Geocrítica, Universidade de Barcelona, 26-30, maio de 2008.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa**: **Métodos qualitativo, quantitativo e misto**; tradução Magda Lopes. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DIAS-FILHO, M. B. **Degradação de pastagens: processos, causas e estratégias de recuperação**. 3 ed. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2007.

EMMI, M. F. **A Oligarquia do Tocantins e o Domínio dos Castanhais**. 2 ed. Belém: NAEA/UFPA, 1999.

FERNANDES, B. M. **MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: formação e territorialização em São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____ Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais, **Revista Nera**, Presidente Prudente, ano 8, n. 6, p. 12-32.Jan/Jun, 2005.

FRANCÊS, C. R. L. **O Projeto Desenvolvimento de Competências e Formação de Recursos Humanos em Recuperação de Áreas Degradadas em Projetos de Assentamentos em áreas Amazônicas**. Marabá: UFPA/ UFRA/UFMA/UNIFESSPA, 2013. Projeto de Pesquisa.

FONSECA, A. A. M. Em torno do conceito de região. **Sitientibus**, Feira de Santana, n.21.p.89-100, jul./dez. 1999.

FOUCOULT, M. **Microfísica do Poder**. 28 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FURTADO, R.; FURTADO, E. A intervenção participativa dos atores (INPA) – uma metodologia de capacitação para o desenvolvimento local sustentável. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) Brasília, 2000.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade: a rede "gaúcha" no Nordeste**. Niterói: EdUFF, 1997.

_____ **Territórios Alternativos**. Niterói-RJ: Contexto, 2002.

_____ Da desterritorialização à multiterritorialidade**. Boletim Gaúcho**, Porto Alegre Vol.29, p.11-24., 2003.

_____ **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HARVEY, D. O Novo Imperialismo: Acumulação por Espoliação**.** In: O novo desafio Imperial**, CLACSO**, Buenos Aires, 2006.

HÉBETTE, J. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Belém: Ed. Universitária UFPA, 2004. v. 01-04.

HURTIENNE, T. Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável na Amazônia. **Novos cadernos do NAEA**.Belém, n. 1, p.19- 71, 2005. v.8.

IBGE Disponível em:< http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/indicadores.php> Acesso em :16 de abril 2016.

INCRA Disponível em:< http://www.incra.gov.br/assentamento> Acesso em: 25 de jun 2016.

INCRA (2015) SIPRA- **Sistema de Informações sobre Projetos de Reforma Agrária**. Atualizado em 30 de mar 2015 [digital].

INPE Disponível em: < http://www.inpe.br/cra/projetos_pesquisas/terraclass2010.php> Acesso em: 25 de mai 2015.

LEFEBVRE, H. **A Re-produção das Relações de Produção.** Porto: Publicações Escorpião, 1973.

_____ Lógica concreta (dialética). In: _____. **Lógica formal/lógica dialética**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

_____ **O direito a cidade**. São Paulo: Ed. Moraes, 1991.

_____ **A Produção do Espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. Primeira versão: início – fev. 2006.

_____ Estrutura Social: A Reprodução das Relações Sociais. In: FORACCHI, M.M; MARTINS, J. S. **Sociologia e Sociedade: leituras e introdução a sociedade**. 29 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

LEITE, S. P. et. al. **Impactos dos assentamentos rurais: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. São Paulo: Editora da Unesp, 2004.

LÜDKE, M. e ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARQUES, A. P. S. **Construção do Espaço à Construção do Território**. Fluxos & Riscos n.1, p. 75-88, 2010.

MARTINS, J. S. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

MARTINS, S. A. **Campesinato no sudeste paraense: diversidades e diversificações nas estratégias de reprodução social**. 2013. 70f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). FCSAT/UFPA, Marabá, 2013.

MONTEIRO, M. A. Mineração Industrial na Amazônia e suas Implicações para o desenvolvimento Regional. **Novos Cadernos NAEA**. Belém, n. 1, p. 141-187, Belém, Jun. 2005. V. 8.

MICHELOTTI, F. **Luta pela Terra e Assentamentos no Sudeste do Pará. In: 3o Encontro da Rede de Estudos Rurais**, 2008. 3º Encontro da Rede de Estudos Rurais. Campina Grande, 2008. Anais.

NEY. V. S. P. **Atividades agrícolas e não agrícolas no meio rural do estado do Rio de Janeiro**. 2010. 202f. Tese (Doutorado em Produção Vegetal), Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, CCTA. Rio de Janeiro, 2010.

PÁDUA, J.A; LAGO, A. **O que é ecologia?** São Paulo: Editora Brasiliense, 2004 (Coleção Primeiros Passos).

PAULINO, E. T. **Por uma geografia dos camponeses**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

PERREIRA, A. R. **Ocupações e conflitos de terra no sul e sudeste do Pará**. 2014.12º Encontro Nacional de Historia Oral. Teresina, 2014. Anais.

_____ **Do Posseiro ao Sem-Terra: luta pela terra no sul e sudeste do Pará**. Recife: Editora UFPE, 2015.

QUIVY, R. **Manual de investigação em ciências sociais**. 2 ed. Lisboa: Gradiva, 1998.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, M. M. dos. **Acumulação primitiva e permanente e impactos sócio-territoriais**: O caso da ALPA x Belo Vale. 2012. 90f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). FCSAT/UFPA, Marabá, 2012.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método**. Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo: AGB, p. 81- 99,1977.

SANTOS, M; SILVEIRA, M.L. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo: Record, 2001.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma abordagem territorial.** In; SAQUET, M. A; SPOSITO, E. S. Territórios e territorialidades: Teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão popular, 2009.

SILVA, D. M. **Significados do PRONAF "A" Para Famílias Beneficiadas do Assentamento 1º de Março em São João do Araguaia, Pará – 2000 a 2002**. 2008, 93f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós- Graduação em Agriculturas Amazônicas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

SILVA, D. W. **Entre a Vila e o Assentamento: Conexões que dinamizam a Agricultura Familiar na Amazônia Oriental**, 2011, 195f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

SILVA. R. P. **Assentamento rural: um novo momento de ocupação econômica no Pontal do Paranapanema**. 2003. 196f. Dissertação (Mestrado em Economia). Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2003.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

_____ **A pluriatividade no meio rural brasileiro**: características e perspectivas de investigação. GRAMMONT, H. C.de; MARTINEZ VALLE, L. (Org.). La pluriactividad en el campo latinoamericano. 1. ed. Quito/Equador, Ed. Flacso - FORO, , p. 132-161.2009. v. 1.

SCHNEIDER, S.; TARTARUGA, I.G.P. Território e abordagem territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. **Revista Raízes**, Campina Grande, ns 01 e 02, p.99-116, jan/dez 2004.v. 23.

SCHMINK, M; WOOD, C. H. **Conflitos Sociais e a Formação da Amazônia**. Belém: Edufpa, 2012.

SOUZA, M. J. L. de. O Território: Sobre Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento. In: CASTRO, E; GOMES, P. C. da C; CORRÊA, R. L. **Geografia: Conceitos e Temas**. 15 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

TOURNEAU, F. M. L; BURSZTYN, M. Assentamentos Rurais na Amazônia: Contradições entre a política agrária e a política ambiental. : **Ambiente &Sociedade**, Campinas, 2010.

VELHO, O.G. **Frentes de expansão e estrutura agrária. Estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2009.

ANEXOS

ANEXO A - QUESTIONÁRIO

Assentamento: PA Belo Vale

Identificação

1- Nome:

2- Idade: Sexo:

3- Escolaridade:

4- Profissão/ocupação: Estado Civil:

5- O Senhor (a) nasceu em que localidade? O que fez sair da sua localidade?

6- Conte-me um pouco da sua trajetória de vida

7- O senhor (a) tem filhos? Estão na escola? A escola é no assentamento?

8- Recebe algum tipo de auxílio do governo? Qual?

9- Qual a renda média da família? (Ela vem da produção no lote, aposentadorias, outras rendas complementares).

Caracterização da área de estudo

1- Como adquiriu seu lote?

2- Número e tamanho do lote:

3- Como era o lote quando você chegou? (condição ambiental)

4- Há água em eu lote? Como faz uso dela? (rios, igarapés, represas, poços, etc.).

5- O que o motivou para vir para esse assentamento?

6- Como descreveria a história desse assentamento? (Participou da primeira ocupação? Teve alguma ajuda nessa ocupação? Alguma entidade ou movimento social, participou, orientou ou esteve junto nessa ocupação? Se houve conflitos).

7- Há associação aqui no assentamento? O que vocês aprendem lá?

Produção e Comercialização

1- O que produz no lote? (ressaltar a importância do que eles produzem para o consumo)

2- Quais alimentos são consumidos pela família? Quais deles são comprados na cidade, na rua?

3- Quem ajuda o senhor (a) nas atividades desenvolvidas no seu lote? Realizam atividades comunitárias e /ou mutirões?

4- Quais técnicas e instrumentos de produção utilizados? (enxada, máquinas, fertilizantes, adubos, vacinas, ração, aluguel ou propriedade de trator, etc.).

5- O que você acha que precisa melhorar a produção no seu lote?

6- Onde consegue vender seus produtos? _____

7- Quais as principais dificuldades o senhor (a) enfrenta para vender seus produtos? Porque isso acontece? O que acredita que deveria ser feito para resolver e/ou amenizar essa dificuldade?

Crédito e assistência técnica

1- Já obteve algum crédito para produção? Quais? Onde foi aplicado? Conseguiu pagar a dívida?

2- Achou importante/satisfatório pegar o crédito? Pegaria outro?

3- Você que escolheu o que iria ser produzido ou foi o pessoal da assistência técnica? Como foi esse processo de decisão?

4- Quem presta assistência técnica para orientar sua produção? Como ela funciona?

Questões ambientais

1- Qual era a área de mata quando adquiriu seu lote? E área de pastagem na época que você entrou no lote?

2- O senhor (a) já vendeu madeira? (verificar se houve no assentamento a participação do madeireiro)

3- Fez derrubada com queimada para plantar?

4- O senhor (a) pratica alguma atividade extrativista? (observar se ainda há extração de castanha, açaí, etc. se isso auxilia na renda).

5- O senhor (a) realiza alguma inciativa para conter o desmatamento? (pedir detalhamento se tiver)

6- Faz alguma atividade de reflorestamento? Existe algum incentivo da associação, sindicato ou órgãos públicos para o reflorestamento no seu lote?

7- Como você descreveria as condições ambientais do seu lote hoje?